

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Wesley Monteiro Cantelmo

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL: AS
PROMESSAS DO TERRITORIALISMO
COMPETITIVO**

Belo Horizonte

2014

Wesley Monteiro Cantelmo

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL: AS
PROMESSAS DO TERRITORIALISMO
COMPETITIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Linha de pesquisa: Produção e organização do espaço.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Lobo

Co-Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia

Belo Horizonte

2014

C229d
2014

Cantelmo, Wesley Monteiro.

Desenvolvimento econômico e a produção do território no Brasil [manuscrito] : as promessas do territorialismo competitivo / Wesley Monteiro Cantelmo. – 2014.

162f., enc.

Orientador: Carlos Lobo.

Co-orientador: Ricardo Alexandrine Garcia.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Bibliografia: f. 152-162.

1. Desenvolvimento econômico – Teses. 2. Território - Teses. I. Lobo, Carlos II. Garcia, Alexandrino Garcia III. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. IV. Título.

CDU:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Desenvolvimento e a produção do território brasileiro: as promessas do territorialismo competitivo.

WESLEY ANTONIO TADEU MONTEIRO CANTELMO

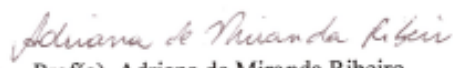
Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 05 de setembro de 2014, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Carlos Fernando Ferreira Lobo - Orientador
UFMG


Prof(a). Ricardo Alexandrino Garcia
UFMG


Prof(a). Célio Augusto da Cunha Horta
UFMG


Prof(a). Adriana de Miranda Ribeiro
PUC/MG

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2014.

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho envolveu assumir um desafio de sair de uma zona de conforto em busca de novos horizontes do conhecimento. Nesse processo, em que assumi buscar na Geografia respostas às questões levantadas durante minha formação em Economia, muitas pessoas me proporcionaram sustentação e conforto.

Agradeço ao grande amigo, Professor Roberto Monte-Mór, quem, ainda em tempos de economia, me incentivou e apoiou a buscar outros caminhos que correspondessem aos meus anseios. Agradeço, também, a todo o corpo de professores, funcionários e colegas do IGC/UFMG que tão bem me recepcionaram e se tornaram meus novos amigos, de modo especial, o Professor Ricardo Alexandrino García, com quem tive a oportunidade de trocar as primeiras ideias a respeito deste trabalho. Agradeço fortemente ao amigo, Professor Carlos Lobo, pela ótima orientação e, sobretudo, pelo incentivo, liberdade e críticas que me foram ofertados durante o desenvolvimento de minhas reflexões.

A todos com quem tive oportunidade de ter conversas inspiradoras.

A minha mãe, Nina, que sempre me apoiou em toda caminhada.

A minha amada esposa, Simone, por me apoiar tanto e, sobretudo, pela paciência.

Fundamentalmente, a Deus, a Quem peço que continue a guiar meus passos.

[...] E era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns (Atos, 4, 32).

Resumo

O presente trabalho procura discutir a produção do território no Brasil, tendo como categoria de análise a noção de desenvolvimento e sua influência sobre as práticas hegemônicas na sociedade brasileira. O processo histórico-geográfico de formação da sociedade brasileira foi regido por promessas acerca da inserção na modernidade. A noção de desenvolvimento, desdobrada da noção de progresso, foi o combustível social de sustentação desse movimento de inserção das relações capitalistas no Brasil durante o século XX. Assim, a ideia prevalecente nos governos, de um modo geral, tem sido a inserção das regiões brasileiras no circuito competitivo capitalista. Contudo, esse processo apresentou diversas distorções, que foram causadoras de movimentos de resistência política em favor da produção de territórios pensados em perspectivas diferentes da defendida formalmente, ou seja, capitalista-desenvolvimentista. Desse modo, procura-se com este trabalho identificar os elementos de um movimento dialético entre a forma de produção territorial baseada nos princípios lógicos do desenvolvimento e formas outras, contestadoras dessa racionalidade. Nesse sentido, verificou-se que o pensamento desenvolvimentista tem sido construído, no espaço social brasileiro, sob a influência de suas elites, como uma estratégia de reprodução, que ressalta o discurso em favor da produção de territórios competitivos.

Palavras Chave: território; territorialismo; poder; desenvolvimento.

Abstract

This study aims to discuss the production of territory in Brazil, for which category of analysis is the concept of development and its influence upon hegemonic practices in Brazilian society. The historical and geographical processes of Brazilian society's development were driven by promises of inclusion in modernity. The concept of development, unfolded from the idea of progress, was a social fuel which supplied this move of capitalist relations in Brazil in the 20th century. Therefore, the dominant idea of rulers has generally been the inclusion of Brazilian regions in the circuit of capitalist competition. Nevertheless, the process showed several distortions from which arose political resistance movements in favor of better planned territorial production perspectives as opposed to those formerly theoretically provided, i.e. developmental capitalism. Thus this study means to identify the elements of a dialectical movement between territorial production based on logical principles of development and other forms, contrary to this principle. It was then verified that the developmental conception has been enhanced in Brazilian social domain, under the influence of its elites, with strategies based on reproduction, which stress the discourse in favor of production of competing territories.

Keywords: territory; territorialism; power; development.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1: Território, poder e territorialismo: a importância dessas noções para explicação das práticas desenvolvimentistas	17
1.1. Concepções de território: a pluridisciplinaridade e a abrangência conceitual.....	17
1.2. A importância da noção de poder para a construção de uma visão relacional de território	26
1.3. O territorialismo como estratégia-prática de poder.....	37
Capítulo 2: A produção de territórios a partir da noção de desenvolvimento.	44
2.1. A noção de desenvolvimento enquanto processo de evolução do sistema econômico	46
2.2. A noção de desenvolvimento e a busca pela superação da desigualdade	53
2.3. Desenvolvimento, territorialismo e relações de poder	77
2.4. Disseminação da diferença enquanto consciência	83
Capítulo 3: Bases históricas do territorialismo competitivo no Brasil	95
3.1. A era liberal e a consolidação das bases do territorialismo competitivo	96
3.2. O período desenvolvimentista e a produção de território(s) à brasileira	104
3.3. A “onda” neoliberal: territorialismo competitivo generalizado, em um movimento de religação do local ao global	113
3.4. União dos momentos históricos por uma lógica única.....	119
Capítulo 4: O territorialismo competitivo e políticas de desenvolvimento regional: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).....	122
4.1. Territorialidade e desenvolvimento regional no âmbito da PNDR.....	129
4.1.1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido.....	130
4.1.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020).....	132
4.1.3. Plano Amazônia Sustentável.....	134
4.2. A revisão da PNDR.....	139
Reflexões finais	148
Referências bibliográficas	152

Introdução

Atualmente no Brasil, no debate acadêmico, no âmbito das políticas públicas, nas conferências empresariais, nos discursos políticos-eleitorais, consolida-se o discurso do desenvolvimento, principalmente referenciado à escala local. Comumente esse discurso é utilizado como argumento que coloca na esfera das obviedades a ação de diversos agentes sociais, para a efetivação de algumas práticas econômicas que são substanciadas pelo suposto objetivo da promoção da qualidade de vida da população. Essas práticas refletem, na maior parte das vezes, na utilização de mecanismos de inserção do local nos circuitos econômicos globais. Não raro, faz-se referência à venda estratégica da imagem local na atração de novos investimentos que, habitualmente, representa ações de estímulo fiscais e mecanismos que oferecem benefícios a empresas, sobretudo aqueles de maior porte e ligadas a capital internacional. Investimentos em infraestrutura são projetados e efetivados pelos governos no intuito de colocar o local, espaço considerado estratégico aos governos e a seus parceiros, em situação de maior visibilidade perante aqueles que buscam oportunidades de efetivação de seus capitais. Surgem ainda iniciativas locais que pregam a organização social em estruturas de governança territorial, para a formulação de processos de planejamento estratégico que teriam o papel de orientar o caminho pelo qual as relações do local devem ser conduzidas mediante o global com o propósito de inserção no circuito como um local, ou uma região desenvolvida.

Ao mesmo tempo, a referência ao local, ou à região, parece colocar a questão do desenvolvimento mais próxima das pessoas, do ambiente cotidiano, como uma “verdade” dada. Assim, o estímulo à busca por oportunidades, pela melhor maneira de inserção no mercado, desde o nível pessoal, parece ser algo fundamental aos projetos de desenvolvimento. A busca pelo desenvolvimento, no contexto brasileiro, geralmente é motivada por experiências “bem sucedidas” no exterior, como tem sido difundido por meio dos exemplos da “Terceira Itália” (AMARAL FILHO, 2009; VEIGA, 2004) e do “Vale do Silício” nos Estados Unidos (LEMOS, 2001). No contexto desses “exemplos”, são encontradas todas aquelas referências que fazem dessas categorias espaciais um atrativo para o capital.

Contudo, a consolidação da proposta de desenvolvimento corresponde a um processo de produção do espaço baseado em modelos específicos de reprodução das relações capitalistas, conforme a região, que, ao mesmo tempo, está vinculado ao processo capitalista de reprodução ampliada. Nesse contexto, são forjadas novas práticas de poder, aqui denominadas de “territorialidades competitivas”, marcadas por uma competição em diferentes escalas (local, regional, continental e global) e dimensões (econômica, política, social, dentre outras), necessárias e típicas do capitalismo contemporâneo. Nesse aspecto, o objetivo central desse trabalho é reunir esforços teóricos de crítica à profusão de estratégias de produção do espaço baseada no discurso de desenvolvimento, principalmente das nuances que envolve a competição territorial no contexto brasileiro.

Procura-se, desta forma, destacar as práticas e esforços que diversos agentes da sociedade empregam sob o baluarte de certa noção desenvolvimentista. Mas, o que se pode conceber como práticas desenvolvimentistas? Adianta-se que a questão do desenvolvimento fomenta, há algum tempo, um conjunto de práticas, principalmente governamentais, que se desdobram em diversos níveis da vida em sociedade: no ambiente de vivência, no nível da nação, no nível do governo de um estado, de uma metrópole, de uma cidade, nas conversas cotidianas, nos discursos governamentais e não governamentais; enfim, práticas vivenciadas em todas as *escalas*, as quais são desdobramentos das relações sociais. Contudo, não se trata de uma questão de fácil solução, pois, nota-se que, comumente, ao se investigar as motivações de determinada prática a chance de se descobrir outras faces, ou, até mesmo, seu desdobramento em outras práticas, é real e provável. Entretanto, o que é passível de se verificar como prática desenvolvimentista são ações que têm como fundamento a busca por mecanismos que permitam uma maior produtividade do fator trabalho e suas repercussões na forma como se organiza, inclusive espacialmente – nas diversas escalas possíveis –, e na forma de distribuição e utilização do produto social, e suas repercussões, não só econômicas, mas políticas. Nesse sentido, defronta-se ao primeiro conceito de importância para esse trabalho, socialmente usado e reutilizado nos discursos contemporâneos brasileiros, o *desenvolvimento*, principalmente sua qualificação enquanto *desenvolvimento local, regional, territorial*, e as questões derivadas dele – como o *desenvolvimento desigual*: noção fundamental para o desdobramento deste trabalho. O que se percebe é que ao redor do conceito de desenvolvimento diversos agentes formatam seus discursos, ações e estratégias em virtude de um modo específico de transformação/produção do espaço. Por exemplo, nos últimos anos há um estímulo à formação de consórcios intermunicipais de desenvolvimento, que corresponde a um modelo institucional que reúne os representantes de diversos municípios com o intuito de

estabelecerem uma estratégia regional de desenvolvimento, geralmente voltada ao ganho de escala nos investimentos em infraestrutura urbana. Percebe-se, também, a formação de conselhos de desenvolvimento regional, em que se vê o empenho ao estabelecimento de um sistema de governança, responsável por reunir diversas classes sociais com o intuito de formular “consensos” estratégicos ao desenvolvimento¹. Ao mesmo tempo, organizações de representação dos interesses empresariais se estruturam espacialmente e se articulam com as instituições públicas no traço da estratégia “espacialista” de desenvolvimento.

Desde meados da década de 1940 se fez intenso o debate acerca do uso do conceito de desenvolvimento, normalmente adjetivado para compor temas como o social, o ambiental, o econômico, o urbano, o regional e o territorial. O termo é utilizado como cimento que une o fragmentado campo de temas que dá o tom da vida social. De modo que, o discurso do desenvolvimento envolve as pessoas como algo unânime e desejável; um caminho a ser traçado perpetuamente e inevitavelmente. Ribeiro (2009), por exemplo, destaca, com base nas elaborações de Bruno Latour, como o debate acerca do desenvolvimento está vinculado à concepção moderna de ciência, que traz consigo a defesa da neutralidade científica. Para esse autor,

Apesar desse intenso debate, duas “verdades ou mitos” ainda parecem persistir: a primeira, a ideia do desenvolvimento como um caminho linear a ser perseguido a partir de experiências dos países desenvolvidos, e a segunda, a crença de que a aplicação dos conhecimentos disponíveis podem ser transferidos e aplicados de maneira universal. Esses dois princípios partem do pressuposto de que tanto a ideia de desenvolvimento como a de ciência seriam neutras e que o avanço desta traria necessariamente o progresso para todos. A “crença” na neutralidade da ciência e na “universalidade” dos indicadores de desenvolvimento continua a orientar a elaboração de políticas de desenvolvimento tanto no Norte como no Sul. Desconsidera-se a existência de valores sociais e interesses econômicos implícitos na produção do conhecimento científico e tecnológico, bem como as consequências de sua aplicação em contextos histórico-culturais específicos. Deixa-se de lado, entretanto, a contribuição dos estudos sociais da ciência na definição de estratégias de desenvolvimento (LATOURE, 2004). Permeia essa visão a concepção de que a produção “científica” do conhecimento leva sempre à eficiência e nega a importância de outras formas de conhecimento e saberes construídos ao longo da história, por diferentes sociedades (RIBEIRO, 2009, p. 23).

Nesse mesmo sentido, pode-se perceber que as adjetivações do desenvolvimento funcionam como alibis na construção de sentido para as práticas sociais. Pelas práticas sociais é possível perceber que, nesse movimento de significações em ato, existem diversas controvérsias, que dão origem a tensões entre diferentes ideias e que culminam em disputas políticas, desdobra em embates entre discursos entre práticas diferenciadas de produção do espaço. No âmbito dos discursos é preciso alertar, criticamente, que,

¹ Esse modelo geralmente é reproduzido em diversas escalas de relações, desde uma associação de bairro às estruturas mais complexas em esfera nacional.

A complexidade e a natureza pluridimensional da realidade não cabem em modelos analíticos generalizantes e com alto grau de abstração. Tais abordagens excluem a História e acabam procurando submeter as várias dimensões da realidade concreta ao isolamento do econômico, do ecológico, do social etc. Ao recortar, separar e compartimentar os aspectos e as dimensões do real-concreto, criam-se os adjetivos e as especializações do “desenvolvimento econômico”, do “desenvolvimento sustentável”, do “desenvolvimento social” etc. (BRANDÃO, 2009, p. 156).

Existe o contraditório no âmbito das práticas e das ideias e, nesse sentido, o desenvolvimento pode ser para “um” e não ser para “outro”. O movimento entre pensamentos e práticas constrói as concepções de mundo, os saberes, que são, por essência, sociais (LEFEBVRE, 1974; HISSA, 2009). Ou seja, os saberes são expressos nas práticas e relações que os dão pertinência².

Sob o olhar apresentado neste trabalho a noção de desenvolvimento é um componente da visão de mundo predominante em nossa época. Essa noção está presente nas práticas que se colocam como hegemônicas e tem o papel fundamental, para os que se postam como hegemônicos, de promover a diferença em termos temporais e espaciais (HISSA, 2009). Nesse sentido,

Impõe-se a discussão da necessidade de análise da natureza da esfera privada; de sua racionalidade/mentalidade; do real dimensionamento dos poderes (público e privado). O aprendizado de se discutir desenvolvimento requer a pergunta “com que sujeitos sociopolíticos históricos contar?” - (BRANDÃO, 2009, p. 155).

Quando se volta o olhar para a realidade das questões abordadas por aqueles agentes que se apossam do discurso e das ações chamadas de desenvolvimentistas, destaca-se uma discussão sobre a produção de espaço-tempo de maneira desigual. As desigualdades precisam ser reconhecidas socialmente para a construção do “consenso” referente à sua superação – ou da condição de subdesenvolvimento relativo. A construção desse consenso só pode ser construída por meio de práticas de poder. Claramente, a produção do espaço por meio das práticas justificadas pelo desenvolvimento revela a questão de relações de poder características, conforme o contexto sócio-espacial específico. Assim, o processo de desenvolvimento, em suas diversas escalas, em termos de inserção competitiva, só faz sentido na medida em que há o estabelecimento de articulações entre os diversos níveis de poder. Assim, na busca por uma noção capaz de reunir os elementos

² Sobre os significados de *concepção de mundo*, Henri Lefebvre (1974) encaminha anotações que são incorporadas à argumentação. “O que é uma concepção de mundo? É uma visão de conjunto da natureza e do homem, uma doutrina completa. Num sentido, uma concepção de mundo constitui o que chamamos, tradicionalmente, uma filosofia. Contudo a expressão possui um significado mais amplo do que o termo filosofia. Em primeiro lugar, toda a concepção do mundo implica uma ação, isto é, algo mais do que uma ‘atitude filosófica’. [...] Em segundo lugar, uma concepção do mundo não é, forçosamente, obra deste ou daquele ‘pensador’. Trata-se, antes, do produto e da expressão de uma época” (HISSA, 2009, p. 43).

pertinentes às relações de poder na produção do espaço, típica do processo capitalista, tem-se a necessidade de introduzir um importante conceito da Geografia e ciências afins: o *território*.

O território aparece como um conceito amplo, que abarca as relações sociais sob as mais diversas nuances da vida social, as quais podem ser caracterizadas através das dimensões: cultural, política e econômica.

Evidentemente, trata-se de um conceito complexo que leva o pesquisador a um emaranhado de interpretações e tensões decorrentes das diferentes visões de mundo. O território não foge a esse perfil. Contudo, o território guarda uma contenda ainda maior, já que, nas discussões em torno dessa noção, os desdobramentos interpretativos não se restringem à esfera epistemológica. O território é visto, usado e produzido; um corpo social híbrido, de modo que, ele traz consigo uma ontologia, pois ele é produto e produtor de relações (SANTOS, 1996, COSTA, 2006, HISSA, 2009).

O território se faz fundamental para a presente análise, pois entender suas características e possibilidades é algo crucial para se compreender como as práticas, que trazem como base uma ideia de desenvolvimento, se constroem e se propagam como mecanismos de transformação do próprio território.

Sob a influência do conjunto das ciências sociais, o território passa da situação de uma descrição de uma malha espacial (no sentido jurídico-administrativo) para o estatuto de conceito que busca dar conta da complexidade da realidade e das construções sócio-econômicas inseridas em um espaço físico. O conceito de território remete tanto aos aspectos formais (distribuição no espaço de materiais naturais e construídos, divisões administrativas, políticas e jurídicas), bem como os aspectos ligados ao sentido dessas formas (as ideologias espaciais, representações e sistemas de valores), como lembra Benko (2007). O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Nesse sentido, o território cultural precede o território político e precede o espaço econômico (HAESBAERT, 2006). O território é um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes e laços de pertencimento e símbolos. É através do conhecimento desses símbolos que podemos restituir toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares e aos territórios de vida (RIBEIRO, 2009, p. 26).

Desse modo, chegou-se à constatação de que para se construir uma compreensão segura das práticas, as quais caracterizadas como desenvolvimentistas, antes, é preciso compreender a noção de território e o debate em torno dele. Por esse motivo, inicia-se esse trabalho discutindo e evidenciando as concepções de território.

Outro aspecto importante é demonstrar a historicidade e a espacialidade dessa discussão em relação ao desenvolvimento. Assim, verifica-se que tal discussão se constrói ao longo último Século, a partir do surgimento de um consenso salvador, em que o entendimento é o de que a estratégia

adequada para a superação das desigualdades entre as diversas regiões do país, em termos de pujança econômica, mobilidade social e, no extremo, qualidade de vida, está na inserção dos lugares na *competitiva* economia mundial. Isso corresponde à necessidade da busca por alternativas, para que o lugar encontre as condições para a superação da estagnação que o envolve; que seja procurada, nas oportunidades que lhes são características, a estratégia adequada para sua integração à dinâmica do mundo globalizado. De modo que cabe ao lugar, ou à região, o dever de planejar estrategicamente, encontrar seus potenciais em busca do desenvolvimento. Nesse sentido, foram formatados diversos programas de governo, ações de agentes paraestatais – como o SEBRAE –³, de instituições de representação dos interesses empresariais – por exemplo, FIEMG –⁴, e práticas de *governança* regimentadas por leis e outras normas que dão o tom do “consenso” praticado. Carlos Brandão (2007) ilustra bem as formas decorrentes dessas práticas em busca da competitividade salvadora do local:

Muitas das diversas abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais etc. possuem tal viés. A banalização de definições como “capital social”, redes, “economia solidária e popular”; o abuso na detecção de toda sorte de “empreendedorismos”, voluntariados, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, “comunidades solidárias”; a crença em que os formatos institucionais ideais para a promoção do desenvolvimento necessariamente passam por parcerias “público-privadas”, baseadas no poder de “governança” das cooperativas, agências, consórcios, comitês, etc., criam uma cortina de fumaça nas abordagens do tema (BRANDÃO, 2007, p. 38).

Verifica-se, desse modo, um viés de entendimento acerca da noção de *desenvolvimento*, em que a *competitividade* e a *inserção* do “local” no mercado global são as ideias principais. De tal modo, a hipótese em que se sustenta esse trabalho é a de que essas práticas competitivas, baseadas no que se pode nominar de *instituições regionais e no planejamento estratégico*, são elementos orgânicos de um processo determinado por articulações multiescalares para o estabelecimento de *práticas de poder* construídas no âmbito da sociedade, em favor da naturalização de determinadas relações capitalistas. De modo que, existem conexões endógenas e exógenas vinculadas a essas manifestações, que são centrais para o entendimento do processo contemporâneo de produção do território no Brasil e que precisam ser desnudadas. Complementarmente, existe o interesse implícito neste trabalho de evidenciar as características de uma concepção contemporânea da noção de *desenvolvimento*, que guia, padroniza e compendia as ações “ideais” que ganham forma no funcionamento das políticas públicas, na ação e na organização, sobretudo, das elites regionais, em favor de um suposto desenvolvimento. Adianta-se que essa concepção ganha corpo teórico nas

³ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

⁴ Federação das Indústrias de Minas Gerais.

formulações das escolas do desenvolvimento, que promovem leituras específicas de teorias do desenvolvimento econômico regional e que, de alguma maneira, alimentam um exacerbado localismo/regionalismo político, como exposto por Brandão (2007).

Nessa linha, pretende-se que a crítica sobre a elaboração teórica do “localismo/regionalismo” adentre o campo das discussões metodológicas e epistemológicas, mas que não se furte de adentrar o campo da crítica política. Nesse sentido, busca-se evidenciar que a força de tais concepções está nos agentes que, por sua posição privilegiada, exercem as práticas por ela subsidiadas e se aproveitam dos acobertamentos da realidade que ela promove. Como exposto por Brandão:

[...] assiste-se atualmente ao crescente poder de veto, de bloqueio e de burla de grupos nitidamente demarcados territorialmente, com numerosos movimentos exprimindo demandas com expressões regionalistas, bem como à propagação de ondas de separatismos, fragilizando as ações dos Estados nacionais e desintegrando pactos federativos. Com o aprofundamento da crise, diversos grupos de pressão regionais procuram vocalizar suas demandas, e o regionalismo nada mais é que a expressão política desses grupos, que buscam construir sua identidade no recorte territorial, mobilizando-se para o enfrentamento com outras unidades e escalas espaciais no Estado. A coesão é criada simbolicamente, com a elite local articulando o discurso “em prol dos interesses legítimos da região”. Os donos do poder local instrumentalizam-se contra os valores universais e reacendem toda sorte de particularismos (BRANDÃO, 2007, p. 54).

No entanto, essas ações localistas, contraditoriamente, no intuito de promover um enfrentamento frente às forças da globalização, procuram o estabelecimento de uma agenda estratégica que leva a produção de territórios diretamente ao circuito global, por meio de uma inserção competitiva (COMPANS, 2005; BRANDÃO, 2007). Desse modo, procura-se explorar as atuais conexões escalares entre os processos de desenvolvimento local e regional a necessidade de produção do espaço para a reprodução ampliada do capital (SOJA, 1993; MANDEL, 1982).

É fundamental evidenciar que, pelo menos na concepção a ser desenvolvida, para compreender o processo contemporâneo de produção territorial se faz necessário o resgate das determinações herdadas pelo processo histórico. Assim, entende-se que as estratégias decisórias que guiam o desenvolvimento brasileiro na contemporaneidade são formatadas como parte de um processo histórico-geográfico de (re)produção do território. Processo em que estão inseridos diferentes interesses e práticas de poder que dão forma à complexa sociedade brasileira. Nesse sentido,

Cabe notar que existe uma cumulatividade estrutural inerente a esse processo que irá determinar uma fixidez do arranjo espacial da reprodução da vida social. O peso da experiência passada – “espaço construído” – afirma cicatrizes, sinais e vestígios que posicionam “rugosidades” (Santos, 1985) no (e do) espaço. Muitas vezes encontramos, por exemplo, capitais fixos e infra-estruturas ociosas que não estão sendo bem utilizados e que precisam ser desvalorizados (Harvey, 1982). Temos a história e a geografia contando, também, como herança e inércia. Ou seja, legados e “resíduos” nos pontos do espaço que obstaculizam a fluidez e a mobilidade, constituindo formas fixadas através do prolongamento do passado no presente. Nesse contexto, não há sentido em buscar qualquer

desses fenômenos “fora da história” e “fora da geografia”. O movimento de acumulação do capital, sobretudo em sua face homogeneizadora de relações, vai procurar suplantar essa durabilidade das formas, das estruturas, das relações e dos processos preexistentes que soem limitar e dirigir as transformações em curso requeridas por aquele movimento contínuo. Esse é um processo conflitivo e contraditório, que nunca se completa plenamente e “de uma vez por todas...” (BRANDÃO, 2007, p. 53).

Em busca das determinantes contemporâneas de produção do território brasileiro, procura-se fazer um resgate histórico-geográfico, a partir do que se entende como produção da frágil integração territorial brasileira decorrente do processo de industrialização conservadora, a partir da década de 1930. Tal processo incorre em peculiaridades que são as bases do processo de formação territorial atual e que tem como questão central as relações, de conflito ou não, entre as elites mercantis regionais e o movimento geral do capital globalizado e sua forma de penetração no Brasil. Dentre as peculiaridades enunciadas também será destacada a conciliação de interesses mercantis e industriais, promovida pelo Estado brasileiro, durante o processo de industrialização conservadora, o que permitiu a manutenção de práticas regionais de poder, que são bases do que se propõe como sendo *territorialismo competitivo*: processo que tem a ver com um fechamento ideológico territorial voltado à inserção competitiva global.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, mais reflexões finais. O primeiro, denominado “Território, poder e territorialismo: a importância dessas noções para explicação das práticas desenvolvimentistas”, busca-se fazer uma revisão teórica crítica das noções de território, poder e, principalmente, territorialismo. Chama-se a atenção para a necessária e fundamental articulação entre as três noções e apresenta-se um destaque para a noção de territorialismo; noção que aparece como controversa, mas de fundamental importância para a explicação das práticas desenvolvimentistas contemporâneas, no contexto brasileiro.

No segundo capítulo – “A produção de territórios a partir da noção de desenvolvimento” – o intuito é apresentar como evoluiu o debate acerca da noção de desenvolvimento e como esta noção está vinculada às discussões sobre a produção do espaço. Como desdobramento dessa discussão, forja-se outra noção, a de *territorialismo competitivo*, como tentativa de evidenciar entrelaçamento entre esses dois movimentos, quais sejam: o de desenvolvimento e a produção do território.

No terceiro capítulo, “Bases históricas do territorialismo competitivo no Brasil”, busca-se fazer um resgate histórico das determinações do processo de inserção das relações capitalistas no Brasil. Para isso foram exploradas as peculiaridades desse processo histórico, em termos de conformação de práticas de poder sócio-espacialmente estabelecidas, que foram condição para a reprodução de práticas que são centrais na atual produção do território regional/nacional, formado por um

complexo arranjo de articulações que envolvem as elites mercantis regionais, os poderes políticos nacionais e o capital global-globalizante, que se expressa cada vez mais através da influência do sistema financeiro global e dos novos centros de acumulação mundial.

O quarto e último capítulo, “O territorialismo competitivo e políticas de desenvolvimento regional: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)”, o trabalho manterá um diálogo com a Política do governo brasileiro que traz em sua essência a questão da superação das desigualdades regionais.

No ano de 2003, através do Ministério da Integração Nacional, o governo brasileiro apresentou a PNDR⁵, que tem como objetivo principal o combate do que tem sido chamado de “desigualdades regionais” (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012). A desigualdade regional, no âmbito da PNDR, é uma noção posta como resultado de um processo histórico de distribuição das riquezas de forma desigual, que teria implicação na produção e reprodução de espaços – territórios – de concentração da riqueza (meios de produção, fluxos de recursos financeiros, materiais e humanos) e espaços pouco dinâmicos economicamente. Assim, a PNDR tem como ponto de partida para sua atuação os diferenciais de desenvolvimento entre as regiões do território nacional. A partir desse patamar, buscam-se através dessa política, mecanismos de compensação, principalmente institucionais e financeiros, que permitiriam aos espaços pouco dinâmicos economicamente construir condições que levem ao estabelecimento de bases produtivas que garantam um processo de acumulação de capital.

Os termos da PNDR apresentam como forte estratégia o estabelecimento de estruturas de gestão e planejamento das áreas elegíveis para a sua atuação. Trata-se de estruturas institucionais responsáveis pelo alinhamento das estratégias locais de desenvolvimento às diretrizes postas pelo governo federal através da PNDR e de outras políticas elaboradas em seu âmbito. Os espaços de preocupação da Política são tratados como Regiões Programa que contam com estruturas institucionais (formas jurídico-administrativas que se estabelecem no território) que buscam moldar as relações sócio-espaciais em virtude de uma lógica de inclusão, nos termos de inserção do território nas relações econômicas globais.

⁵A PNDR foi, a princípio, apresentada pelo Ministério da Integração Nacional através de um documento para discussão e posteriormente foi institucionalizada como uma Política de governo através do Decreto nº 6.047, 22 de fevereiro de 2007.

Capítulo 1: Território, poder e territorialismo: a importância dessas noções para explicação das práticas desenvolvimentistas

Sobre o estudo da noção de *território* há disponível uma variada gama de possibilidades de interpretações, sejam elas de caráter político-econômico, biológico, semiológico, etc. (COSTA, 2006). Dentre as possibilidades, grande parte das interpretações se alinha de alguma forma à noção de *poder*. Não raro, seguindo uma tradição dos estudos desdobrados da filosofia política moderna, o tema do poder remete às ações vinculadas ao papel do Estado (POGREBINSCHI, 2004).

Assim, a premissa básica deste trabalho é que para compreender a produção do território, em especial o território brasileiro, é preciso aprofundar no debate acerca das nuances e conflitos que envolvem a noção de *território*, e como consequência a noção de *poder*. Tais noções permitem o aprofundamento na explicação de práticas que envolvem o estilo de desenvolvimento socialmente construído, conforme cada contexto histórico-espacial.

1.1. Concepções de território: a pluridisciplinaridade e a abrangência conceitual

O senso comum a respeito da noção de território frequentemente nos remete a áreas ou zonas, sobre influência de uma lógica, geralmente, imperativa, restritiva e fechada em si. Nesse sentido, o senso comum nos leva a vários exemplos possíveis de serem vistos no cotidiano, que incluem desde o território conquistado em um jogo juvenil, em que a guerra se faz no tabuleiro, até o discurso de um presidente ao enfatizar a necessidade de se proteger o território nacional. Fala-se, também, em território de um grupo, de uma empresa, por exemplo, em uma clara referência à propriedade privada, e uma série de outros exemplos, quase sempre relacionados à perspectiva de zona delimitada.

Destarte, essas interpretações, relacionadas ao senso comum, a noção de território guarda contendas intensas e vastas no horizonte de sua interpretação. Ao que diz respeito às concepções acerca da noção de território, o trabalho de Rogério Haesbaert da Costa (2006) se apresenta como

uma importante referência na literatura nacional. Esse autor⁶ faz um exaustivo levantamento das elaborações sobre território e territorialidade e sua importância no que se refere à reprodução das relações sociais (HISSA, 2009; MUSSET, 2009). Em suas reflexões, ele demonstra que território, além de ser um conceito fundamental para a Geografia, enquanto disciplina, também tem tradição em outras áreas do conhecimento com enfoques diferenciados, dentre as quais se destacam a antropologia, a economia, a sociologia, a ciência política e a psicologia (COSTA, 2006; HISSA, 2009).

Uma característica central da discussão sobre o conceito de território é a dinâmica que envolve a sua criação e seu desaparecimento, caracterizada por Costa (2006)⁷, tendo como fundamentos as ideias de Deleuze e Guattari.

Uma interpretação das concepções de território, engenhada por Costa (2006), aborda o binômio *materialismo-idealismo*, o qual se desdobra em função de duas outras perspectivas: uma visão parcial de território, que enfatiza separadamente uma determinada dimensão dentre as consideradas possíveis, quais sejam, natural, econômica, política e cultural; e uma perspectiva integradora do território, que tem como fundamento a integração das concepções fragmentadas, como resposta ampla às questões socioespaciais decorrentes das relações homem-natureza (COSTA, 2006).

Essa leitura feita pelo autor evidencia um olhar ontológico sobre o território. Olhar que direciona as atenções sobre duas realidades que o compõem: a realidade físico-material (materialista) e realidade no campo das ideias (idealista).

Dentro do campo das concepções materialistas, a vertente naturalista se destaca por apresentar, de maneira evidente, as relações do homem perante a natureza. Vale destacar que tais relações apresentam uma série de conflitos e, além disso, se entrecruzam com os processos sociais. Ou seja, o caráter ecológico das relações conclama o pensamento em torno do território como relação ampla, entre homens e as outras formas de vida planetária. Por outro lado, como contraponto, a lógica moderna, que tende a separar as relações concernentes a homem e natureza, procura

⁶ “Haesbaert”, ao qual iremos nos referir como Costa (2006), conforme indica a ficha catalográfica da edição que se teve acesso de “O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”. Cabe ressaltar que, este autor, mais especificamente esta obra, acompanhará as reflexões apresentadas praticamente por todo este trabalho, dada a importância de sua formulação.

⁷ “Destacam-se, nesse debate, as contribuições de Rogério Haesbaert (2004)⁷, sobre a criação e desaparecimento dos territórios, desenvolvendo um diálogo oculto – na medida em que esse não se dá de forma explícita e efetiva – entre a Geografia e as demais ciências sociais preocupadas com a dimensão espacial da sociedade” (HISSA, 2009, p. 24).

produzir o território sob sua conveniência e ignorar os seus conflitos (GONÇALVES, 2001). Por exemplo, como descreve Costa (2006):

[...] a reclusão a que algumas áreas do planeta foram relegadas, em função de sua condição de áreas “protegidas”, provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausura ao contrário, já que muitas vezes têm praticamente vedadas a intervenção e a mobilidade humana em seu interior. É claro que, aí, as questões de ordem cultural, política e econômica envolvidas são tão importantes quanto as questões ditas ecológicas. De qualquer forma, trata-se de mais um exemplo, muito rico, de um território interpretado numa perspectiva materialista e que, embora entrecruze fortemente áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, também é bastante focalizado a partir de perspectivas como a da Ecologia (COSTA, 2006, p. 55).

Sobre a discussão a respeito das concepções naturalistas, Costa (2006) conclama a interpretação de Bruno Latour, que apresenta em seu trabalho uma noção que assume relevância especial: o hibridismo. Essa noção se torna importante, pois abre caminho para o debate da complexidade social que envolve a produção do território, isto é, ele é um híbrido na medida em que abarca as diversas perspectivas da vida social. Nesse sentido, Latour (1994) ressalta a importância do desenvolvimento de conceitos que permitam a reconstrução do pensamento em torno das visões naturalistas, ou seja, de cunho não antrópico, dentro de um complexo hibridismo em que cada vez mais estão se transformando (COSTA, 2006).

Ainda dentro da concepção materialista, seguindo o levantamento de Costa (2006), destaca-se a visão de território vinculada às práticas de controle, uso e exploração dos recursos encontrados em seu âmbito. Assim, seguindo essa vertente interpretativa, o território é produzido a partir de dois elementos: a disponibilidade e o uso. Chama-se atenção para esses dois elementos, pois mostram a complexidade que toma forma na ligação entre as relações sociais e a natureza. Costa (2006) se refere a essa concepção inserindo-a adentro da vertente econômica do território. Nesse sentido, destaca as visões da tradição antropológica como a de Maurice Godelier (1984), que apresenta o território como uma porção da natureza (do espaço, como interpreta Costa) sobre o qual uma determinada sociedade reivindica os direitos de acesso, controle e uso dos recursos que aí se encontram, enquanto objeto, e que deseja explorar.

Entre os geógrafos, Costa (2006) destaca Milton Santos como um dos principais autores que desenvolveu uma abordagem sobre o território em uma perspectiva materialista da economia espacial. Esse enquadramento feito por Costa (2006), que, em certa medida, simplifica a abordagem de Milton Santos, talvez não dê o devido valor a contribuição desse autor, que evidencia o território como um conceito híbrido. Milton Santos faz uma análise rica sobre os usos do território e enfatiza a força com que os processos econômicos influenciam sua produção enquanto relação social. Nesse sentido, não se trata de um mero economicismo, mas de uma

minuciosa e exaustiva busca das determinantes relacionadas às práticas hegemônicas na sociedade e seus circuitos (SANTOS, 1996; SANTOS, 2005). Milton Santos expõe, por exemplo, que o hibridismo do território é fundamentado em sua característica de “usado”, ou seja, enquanto objeto de uso o território pode ter diversas faces. Assim, como destaca o próprio Costa (2006), faz uma distinção acerca dos possíveis usos do território.

Para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados (SANTOS, 2000, p. 108).

Nesse sentido, o uso do território se dá em um contexto essencialmente relacional, em que se tem o ator e o agido que, por sua vez, também emprega um uso ao território, o de abrigo para a sua sobrevivência (SANTOS, 2000). No entanto, Costa (2006) reconhece as contribuições de Milton Santos ao afirmar:

Devemos reconhecer, entretanto, o rico processo de ampliação e complexificação do conceito, verificado especialmente nos seus últimos trabalhos, além do fato, extremamente relevante, de o autor nos alertar para que nunca vejamos a des-re-territorialização apenas na sua perspectiva político-cultural, incluindo de forma indissociável os processos econômicos, especialmente a dinâmica capitalista do “meio técnico-científico informacional” (COSTA, 2006, p. 61).

Os usos do território como domínio, campo de poder, propriedade, produto do exercício político, são usos que procuram construir sua síntese, como expõe Hissa (2009). Nessa acepção, o *espaço* é utilizado, ou melhor, *socialmente usado*, decorrente de processos e dinâmicas, ao qual se insere o processo de produção do espaço (HISSA, 2009). E é dessa forma que Santos (1988; 1996; 2002) ressalta que as práticas hegemônicas da sociedade moderna produzem espaço através do uso, no sentido da produção de bens, do consumo e das transações mercantis, e a natureza desse uso dá pertinência ao território.

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 2005, p 137).

Certamente, uma das mais fortes tradições de utilização do território como conceito central está nas concepções que o entendem através de sua forma jurídico-política. Nesse contexto, território e territorialidade, como expressão geográfica do poder, tem delineado as formulações da Geografia Política (COX, 2002).

Tradicionalmente, seguindo essa linha de raciocínio, relaciona-se território aos fundamentos materiais do Estado. Nessa discussão Friedrich Ratzel é uma referência clássica. Na acepção ratzeliana o território é espaço sob a égide do domínio humano. É uma área sobre controle político que, para Ratzel, corresponde a controle do Estado (MORAES, 2000; COSTA, 2006). Para Ratzel, como demonstram Raffestin (1993) e Costa (2006), o território pode ser definido como o *espaço vital* - espaço ótimo de reprodução de um grupo, ou uma civilização, que oferece a esse coletivo, conforme suas dimensões e necessidades, as condições materiais, ou o “substrato material” necessário e a dimensão política que tem como representação a figura do Estado. Para Raffestin (1993), Ratzel desenvolve uma ontologia ecológica responsável por uma visão biogeográfica do Estado, que corresponde à existência de uma relação íntima entre o “substrato material” e o Estado (como unidade jurídico-política). Isto é, o território se define por meio de um elo entre uma dimensão natural e uma dimensão política do espaço (COSTA, 2006).

As transformações incessantes, internas e externas, dos Estados, testemunham precisamente a sua vitalidade. Quer seja nas fronteiras, que só saberíamos apreender, cientificamente, como uma expressão do movimento tanto inorgânico quanto orgânico, ou nas formações estatais elementares, em que a semelhança com o tecido celular salta aos olhos (...), em todo lugar se constata uma analogia formal de todos os vivos, no sentido de que eles retiram do solo a sua vitalidade. Esta ligação, de fato, constitui para eles todos, quer sejam líquens, corais ou homens, a característica universal, característica vital, pois ela constitui a própria condição de sua existência (RATZEL, 1988, p. 12; citado por COSTA, 2006, p. 65).

De acordo com Costa (2006), é possível perceber aspectos de cunho idealista, ou seja, de acepção subjetiva, não material, na elaboração de Ratzel. Na verdade ele teria elaborado uma concepção idealista do conceito de natureza, em que a simbologia passa a ser parte essencial da existência de uma sociedade.

Dentre as visões materialistas de caráter jurídico-político em relação ao conceito de território é preciso destacar a produção de Gottman (1952). Para esse autor, o território pode ser concebido como um compartimento espacial distinto, pois é político, uma vez que se coloca como entidade jurídico-administrativa. Seria, assim, um conjunto de terras agrupadas sob a égide de uma autoridade comum (COSTA, 2006; GOTTMAN, 1952).

Costa (2006) alerta que, mesmo que a concepção de Gottman apresente um cunho materialista, cuja noção de território é tomada como compartimento espacial, também é possível perceber aspectos idealistas em sua elaboração. Da leitura de Gottman podemos extrair uma perspectiva que aborda o território enquanto movimento. Os “sistemas de movimento”, mais concretos, estariam ligados a “tudo o que chamamos de circulação no espaço”, enquanto os “sistemas de resistência” ao movimento seriam “mais abstratos do que materiais”, “uma série de símbolos” os quais o autor denomina como “iconografias”. Desse modo, a partir das iconografias haveria uma espécie de “cimento sólido” a unir os membros de uma comunidade política (COSTA, 2006).

Assim, a elaboração de Gottman nos apresenta duas nuances importantes de serem destacadas para se compreender a noção de território: a primeira diz respeito à ideia de movimento, ou seja, que oferece elementos para a compreensão das dinâmicas, ou práticas de poder que tem como fundamento a apropriação, o domínio, a influência sobre os fluxos, sobre a circulação no espaço enquanto prática territorial; a segunda, chama a atenção para as “iconografias”, que em seu juízo são as representações simbólicas de resistência ao movimento, no sentido de um enraizamento. Isto é, a partir das iconografias, acrescenta-se ao debate um conteúdo idealista, como uma ideologia territorial que sustenta a comunidade enquanto território⁸.

Ainda dentro da tradição jurídico-política observa-se a relação entre território e defesa, que atualmente se faz presente nas elaborações sobre relações internacionais do neo-realismo. Seriam espaços em que uma coletividade defende a exclusão de certas práticas em favor de outras, que são aquelas defendidas no território (COX, 2002; COSTA, 2006). Dois destaques podem ser feitos a partir dessas elaborações: um que diz respeito à exclusão de práticas - que desvincula a noção de poder a um apego pessoal, ou seja, não necessariamente se fala em exclusão de pessoas, mas de práticas, atividades que não seriam aceitas no/pelo território; e outro que se refere à importância da *exclusão* (de práticas) na formação do território enquanto ideologia, isto é, a formação de uma visão social de mundo específica ou uma visão social de território própria do agrupamento social, formatada pelas práticas de poder vigente.

Costa (2006) destaca como a visão antropológica de Godelier permite uma aproximação entre o que se pode chamar de vertentes materialistas e idealistas, pois a autor aponta que as reivindicações de uma sociedade se direcionam ao acesso, controle e uso de seus componentes físicos e subjetivos. Nesse sentido o próprio Godelier aponta:

⁸ A noção de iconografias como resistência, pode ser contraposta por uma ideologia do movimento na produção do território, que pode ser reconhecida na ideologia do desenvolvimento.

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos *poderes invisíveis* que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GODELIER, 1984, p. 114; citado por COSTA, 2006, p. 69).

Apoiando-se na importância das questões subjetivas alguns autores⁹ construíram uma tradição que intenta por entender o território como um signo que dá sentido à reprodução da vida numa sociedade.

Costa (2006) aponta como referência para as concepções idealistas as elaborações de García (1976), para quem o território somente pode ser compreendido a partir de códigos culturais que o dão significado. Isto é, o território deveria ser visto como um signo, uma ideia, de maneira que o olhar fosse direcionado a um território “semantizado” - o que quer dizer, um território “socializado e culturalizado”, já que cada aspecto da vida humana contém alguma lógica ou significado. Este significado se coloca entre o meio natural e a atividade humana, de modo que o estudo da territorialidade deve dizer respeito à análise das práticas humanas como intento de semantização do espaço territorial (GARCÍA, 1976).

Esse tipo de olhar desenvolvido por García (1976) abre campo para uma investigação a respeito das ideologias presentes na produção do território. Contudo, é preciso fazer as devidas mediações entre as vertentes de compreensão do território, para a não incursão em determinismos, seja no idealista, seja no materialista ou ecológico. Dessa forma, as diversas concepções além de parecerem conchamar por complementações, abrem possibilidades muito ricas de articulação. Existem alguns esforços que procuram conciliar cada uma dessas concepções. No intuito de evidenciar essas propostas, Costa (2006) classifica-as como “*perspectiva integradora de território*”, que sugerem esforços teóricos capazes de apontar o território como um objeto que integra as dimensões política, cultural, econômica e ecológica das relações sociais.

Cassio Hissa (2009), sobre esse aspecto, sugere que não é possível a compreensão do território através do isolamento disciplinar e faz uma crítica ao movimento técnico da modernidade que, esvaziado de saber, gera recortes conceituais e entre os conceitos que possuem alcance reduzido.

Em suas palavras:

[...] a demarcação dos diversos domínios do conhecimento, através do delineamento das tessituras conceituais, é meramente produto de um *movimento técnico*, esvaziado de saber, que não se sustenta teoricamente. Os conceitos têm uma natureza híbrida, assim como os objetos teóricos disciplinares, tanto como a ciência que se expressa através das disciplinas.

⁹Como Hall (1977) e García (1976).

Assim, o conceito de território jamais poderá ser monopolizado por um campo disciplinar (HISSA, 2009, pp. 60-61).

Para o desenvolvimento da perspectiva integradora Costa (2006) chama a atenção para a influência do conceito clássico de região na discussão sobre território, por ela trazer um esforço fundado em um elemento estruturador, que serviria como uma espécie de amálgama na organização do espaço regional, conforme as visões de La Blache. Por outro lado Chivallon (1999), como expõe Costa (2006), defende o uso da noção de espacialidade ao considerar a impossibilidade contemporânea do uso da noção de território, definido como uma espécie de “*experiência total’ do espaço que faz conjugar-se no mesmo lugar os diversos componentes da vida social*” (CHIVALLON, 1999, p. 5). Desse modo, o território seria o espaço capaz de integrar as múltiplas dimensões da vida: econômica, política cultural e natural (COSTA, 2006).

Contudo para a construção de uma visão integradora de território, em que os componentes da vida social estejam de alguma forma conectados, Costa (2006) argumenta ser necessário que se coloque em evidência determinadas características, que são

[...] em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (COSTA, 2006, p. 76).

Distinto dos argumentos apresentados por Chavillon (1999), concordando com Costa (2006), entende-se que, entretanto, é necessário recorrer a contextualização histórica em uma dada forma de território. Isto é, para uma leitura integradora de território requer uma análise específica das “relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (COSTA, 2006, p. 78), dado que os elementos determinantes das relações estão em perpétua modificação. Trata-se, portanto, de um processo histórico evidenciado pelas transformações das atividades econômicas, das de poder político, das formas de “semantização” e de criação de cultura, bem como das conexões entre essas experiências da vida humana. Desse mesmo modo, enquanto integrador das atividades humanas, o território se transforma. Ele é desconstruído e se reconstrói. Nessa acepção, Souza (2007), por exemplo, destaca as propriedades cíclica e móvel do território: em que a territorialidade pode se construir, enquanto relação social produtora de espaço, em momentos condicionados por uma dinâmica cíclica de ocupação do substrato material (caso, por exemplo, da prostituição em áreas

obsoletas de uma cidade durante o período noturno); e serem móveis na medida em que as relações são deslocadas espacialmente em virtude de um processo, de tensão (conflito), por exemplo¹⁰.

Pressupõe-se, nesses termos, que a utilização do espaço, do território, desse corpo social híbrido, além de econômica, seja sempre política, mas também seja sempre a expressão de um processo social, cultural. Se o território é espaço político, instância de poder, o próprio processo de estruturação da sociedade – para produzir e consumir – encerra, também, uma natureza política e uma ordem ética (HISSA, 2009, p. 61).

Atualmente, não parece razoável apreender as diferentes experiências da vida (econômica, política, cultural e natural) sob a perspectiva exclusivamente zonal de território, restringida a um espaço contínuo e delimitado. Conforme abordado por Milton Santos (1996), as decisões em escala global influenciam as práticas na escala cotidiana, que podem responder de maneiras diferenciadas conforme os contextos socioespaciais. Abre-se, nesse contexto, a possibilidade de analisar o território sob outra perspectiva, considerando as conexões entre as diversas escalas das relações humanas e suas interações com natureza.

Hoje, poderíamos afirmar, a “experiência integrada” do espaço (mas nunca “total”, como na antiga conjugação íntima entre espaço econômico, político e cultural num espaço contínuo e relativamente bem delimitado) é possível somente se estivermos articulados (em rede) através de múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global. Não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas. (...), antes vivíamos sob o domínio da lógica dos “territórios-zona”, que mais dificilmente admitiu sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos “territórios-rede”, espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si (COSTA, 2006, p. 79).

O território pode, portanto, ser compreendido como uma rede de conexões assimétricas e socialmente desiguais. Movimentos, valores, racionalidades diferenciadas produzem a dinâmica de produção do território a partir de conexões que interligam diversas escalas (HISSA, 2009), inclusive em uma lógica de sobreposição entre territórios-zona. Dessa forma, a realidade contemporânea revela a importância dos territórios-rede, espacialmente descontínuos, mas conectados através de relações de diversos tipos.

¹⁰ No que concerne ao caráter móvel da territorialidade, nota-se que, a abordagem de Souza (2007) se constrói sob uma perspectiva zonal do território. Essa perspectiva poderia se confundir frente ao trato da importância dos fluxos frente à dinâmica do território, isto é, territorialização/(re)territorialização. No entanto, ela evidencia algo fundamental dessa mesma dinâmica, que é a existência do conflito, muitas vezes substanciados pela lógica decorrente dos fluxos que permeiam a produção do território. Souza exemplifica a questão dos territórios móveis a partir das relações conflituosas entre prostitutas e travestis por ocupação de áreas do centro de uma cidade durante a madrugada. Para ratificar a importância dessa propriedade (mobilidade) do território, um bom exemplo seria os processos de gentrificação nas grandes cidades, onde moradores são expulsos dos locais onde se estabeleceram (geralmente durante gerações) em decorrência de práticas estatais que promovem uma valorização rentista da terra que não os permitem (financeiramente) permanecer. Assim, esses, que são vistos como moradores, são obrigados a se reterritorializar em outro lugar enquanto grupo.

Marcelo de Souza (2007), por exemplo, afirma que a questão dos territórios-rede representa outro olhar sob a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, de modo que o território possa ser visto como um *campo de força*, enquanto *rede de relações sociais* que, inerente a sua complexidade, define, além da teia reticular, os seus limites que se expressam nas diferenças entre os nós. Nesse sentido, Souza (2007) em busca de uma mediação teórico-conceitual entre os territórios-zona (territórios contínuos, para utilizar os termos do autor) e rede, propõe denominar o território-rede de *território descontínuo*. Dessa maneira, “cada território descontínuo é, na verdade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos” (SOUZA, 2007, p. 94).

Souza (2007) chama a atenção para a existência de sobreposições e contradições entre as territorialidades. Demonstra essas possibilidades reais inerentes à dinâmica de produção do território utilizando como exemplo a luta dos camelôs do Rio de Janeiro, à época de seu trabalho, na defesa de seu território em contraposição aos lojistas e às práticas de Estado expressadas na atuação da guarda municipal. Sendo assim, defende-se o aprofundamento de uma abordagem sob a noção de território que seja capaz de se aproximar das reais necessidades sociais e das relações que determinam o movimento político-espacial dos grupos que compõem a sociedade. Novamente se ressalta o caráter híbrido do território, isto é, a necessidade de se compreender o território como resultado da interação de complexas características da vida humana. Conforme aponta Costa:

Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na *indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade* – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o *território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder*, do poder mais material das relações econômico-políticas, ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (COSTA, 2006, p. 79).

Aproxima-se, assim, com base em uma noção de território que integra as relações humanas, daquilo que podemos chamar de concepção relacional do território (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2007; COSTA, 2006), de modo que o território pode ser entendido como espaço definido “*por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 2007, p. 111).

1.2. A importância da noção de poder para a construção de uma visão relacional de território

Na medida em que se aprofunda na análise a respeito da noção de território, reforça-se a necessidade de entendê-lo como algo definido por *relações de poder* mediadas pelo espaço. A

noção de poder, no senso comum, está associada a contextos como os de dominação, violência e comando. O juízo comum, de fato, oferece elementos interpretativos significativos a respeito das problemáticas que envolvem a questão do poder. Ainda assim, é preciso qualificá-la com perspectivas mais amplas que permitam a construção de uma abordagem relacional da noção de território. Para isso, é preciso aprofundar no entendimento sobre como essa questão se encontra embutida nas relações sociais. Nesse sentido, torna-se relevante recorrer às formulações de Michel Foucault, cuja noção de poder tem sido considerada suficientemente ampla e tem gerado inspirações para diversas abordagens acerca do conceito de território, presente na obra de Raffestin (1993) e, em certa medida, também na de Robert Sack (1986), dentre outros (SOUZA, 2007; HISSA, 2009; COSTA, 2006).

Assim como acontece com a noção de território, seguindo uma tradição dos estudos desdobrados da filosofia política moderna, o conceito de *poder* tem sido relacionado a questões vinculadas ao Estado (POGREBINSCHI, 2004, SOUZA, 2007). Contudo, contrapondo-se às elaborações predominantes, conforme nos expõe Pogrebinschi (2004),

[...] o conceito de poder de Foucault tem a ambição de, a um só tempo, romper com os esquemas predominantes de interpretação – seja aquilo que ele chama de economicismo na teoria do poder, no caso das abordagens jurídicas e marxistas, sejam aquelas concepções outras que privilegiam o conteúdo belicoso ou repressivo do poder. Além disso, outro importante pressuposto que informa amplamente todo o ponto de partida de Foucault em suas investigações sobre o poder é [...] a necessidade de encontrá-lo fora do âmbito do Estado e de suas instituições (POGREBINSCHI, 2004, p. 184-185).

A elaboração de Foucault propõe uma análise das formas de poder para além de certos argumentos considerados como universais pelas teorias modernas. Em “Segurança, Território, População”, Foucault (2008a) se propõe a fazer uma história das formas de poder, ou dos dispositivos de poder sobre os quais se constrói a sociedade moderna. E, nesse sentido, mostra que existem ao longo da história, a partir dos séculos XVI e XVII, alterações ou ajustamentos na forma de manifestação do poder, ou na primazia das formas, passando dos dispositivos de soberania aos de disciplina, para chegar aos dispositivos de segurança.

Conforme aponta Thamy Pogrebinsch (2004), Foucault adota algumas precauções metodológicas em sua elaboração genealógica sobre o poder, que são apresentadas como princípios. O primeiro deles seria o princípio da *localidade*, em que Foucault analisa o poder em suas formas e instituições mais locais, ou seja, através de seus mecanismos específicos em contraponto aos mais gerais. O segundo princípio é o da *exterioridade* ou da *objetivação*: trata-se de “buscar o poder naquele exato ponto no qual ele se estabelece e produz efeitos” (POGREBINSCHI, 2004, p. 182); ou seja,

Foucault opta por não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão¹¹. O terceiro princípio é o da *circularidade* ou *transitoriedade*, que sugere que, potencialmente, todos os indivíduos estão na posição de exercer ou serem submetidos ao poder. O princípio da *ascensão* é o quarto, de modo que Foucault conduz sua análise do poder a partir de seus menores mecanismos até chegar a seus mecanismos globais. O quinto e último princípio aparece como o da *não-ideologização*, de modo que Foucault opta por substituir as concepções ideológicas de poder pela compreensão dos saberes. “O que está na base do poder, diz Foucault, não são as ideologias, mas instrumentos de formação e acúmulo de saber. Ao exercer-se, o poder forma, organiza e coloca em circulação um dispositivo de saber” (POGREBINSCHI, 2004, p. 183).

Quanto ao movimento dos mecanismos de poder ao longo da história, até chegar à primazia das técnicas de segurança na sociedade moderna, Foucault aponta:

Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os sistemas jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança. Em outras palavras, vocês vão ter uma história que vai ser uma história das técnicas propriamente ditas (FOUCAULT, 2008a, p. 11-12).

Assim os fenômenos da vida social são inseridos dentro do sistema de poder predominante à época. Os sistemas de poder vão se tornando menos simplificados na medida em que os mecanismos de saber-fazer tornam-se, também, mais complexos ao incorporar os mecanismos outrora primários.

Em “Segurança, Território, População” Foucault desenvolve uma análise a respeito de como se chega aos *espaços de segurança*, ou seja, a formação do espaço a partir das tecnologias de poder.

[...] os problemas de espaço são igualmente comuns a todas três (soberania, disciplina e segurança). No caso da soberania, é óbvio, pois é antes de mais nada como uma coisa que se exerce e no interior do território que a soberania aparece. Mas a disciplina implica uma repartição espacial, e creio que a segurança também [...](FOUCAULT, 2008a, p. 17).

Para tal, Foucault utiliza-se do exemplo da cidade, ou melhor, das cidades produzidas conforme a forma de poder estabelecida como dominante. No caso da soberania a relação com o território é essencialmente primária, pois o poder é exercido em uma relação do soberano com seu território, de modo que a cidade é pensada externamente a partir de um sistema hierárquico-funcional de formação do território, em que, por exemplo, são estabelecidos os parâmetros de localização da cidade-capital, o centro do poder do soberano, e como ela se relaciona com o restante do território (FOUCAULT, 2008a).

¹¹ Ver diretamente em Foucault (1999).

Em relação aos mecanismos de disciplina o foco de pensamento social sobre a cidade se transforma, e passa a fazer sentido se voltar ao planejamento da disposição hierárquica de seus equipamentos, de maneira que, pensa-se na disposição interna à cidade, conforme expõe Foucault:

Creio que, nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, [a] constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc. (FOUCAULT, 2008a, p. 23).

Já no momento histórico, quando a cidade se vê em desenvolvimento, em meio a acontecimentos, mazelas, pressões internas e externas, há a necessidade da abertura frente aos seus entraves. Passa-se, então, a fazer sentido o pensamento do espaço a partir de algo dado, no sentido estratégico, com o propósito de minimizar os inconvenientes que atrapalham ou impedem o exercício das práticas de poder, aquelas que se estabelecem como verdade.

No âmbito da cidade permeada pelos dispositivos de segurança, Foucault destaca a importância da noção de *meio*, que é o mecanismo pelo qual se promove a circulação das causas e dos efeitos da relação de poder.

[...] o meio aparece como um campo de intervenção em que, [...] vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

A noção de meio em Foucault coloca, em nossa interpretação, um contraponto à noção de território posta pelas abordagens materialistas que o trabalham como substrato material. Contudo, mais importante que isso é o fato de Foucault demonstrar que, através das relações e de seus mecanismos, um grupo pretenderá naturalizar os mecanismos de saber-fazer que lhe aprouver. Em outras palavras, o poder é resultante de relações que podem se transformar no tempo-espaço e que visam plasmar socialmente uma verdade: aquela que orienta as relações. Assim, o poder se constrói a partir de práticas, as mais gerais possíveis, que contribui para a construção e disseminação de um saber-fazer. O poder se faz um campo aberto, de potência ao surgimento de novas verdades, apesar de, dialeticamente, as relações incorporarem elementos que reproduzem o *status quo*.

Desse modo, autores que trabalham a questão do território, materializada pelas relações sociais mediadas pelo espaço, direta ou indiretamente, tem incorporado a noção de poder elaborada por Foucault. Primeiro, destaca-se Raffestin (1993), que incorpora os princípios foucaultianos, de modo que passa a considerar o território como algo inerente às relações sociais. Na concepção de

Raffestin o ideal das práticas de poder envolveria impelir relações exclusivamente através de símbolos, em uma dinâmica em que há um afastamento entre “trunfo real” (que seria o referencial, ou seja, a população, os recursos e o substrato material¹²) e o “trunfo imaginário” (os símbolos que expressam a “verdade” produzida socialmente). Em uma elaboração muito interessante sobre como os elementos da “unidade-trabalho” – energia (trabalho manual) e informação (trabalho intelectual) – são separados pelo processo de produção capitalista, em que, as organizações (empresas) se apropriam do produto do trabalho, na medida em que, durante esse processo, é produzida uma alienação. Por outro lado, Raffestin evidencia, também, a possibilidade de retomada do controle do poder original, por parte dos trabalhadores, que paulatinamente podem desenvolver esse desejo (RAFFESTIN, 1993). Essa possibilidade reativa de retomada do poder colocada pelo autor, frente à separação entre energia e informação derivada da supremacia das relações capitalistas, exalta uma positividade quanto ao movimento do poder. Portanto, do mesmo modo, abre alas a possibilidades, inclusive reativas, de produção do território.

Robert Sack (1986), segundo Costa (2006), do mesmo modo, não associa poder exclusivamente à agressividade. Entretanto o poder é tido como uma forma de controle¹³. Isto é, o poder territorial é colocado como estratégia espacial para se controlar, influenciar, atingir pessoas e recursos por meio do controle de uma área geográfica. Tal estratégia se constrói em meio às relações, tanto de dimensão material, quanto de caráter cultural. Essa vertente de entendimento acerca da noção de poder permite o aprofundamento nas principais abordagens sobre o caráter relacional do território, o que reforça a necessidade de uma abordagem integradora, capaz de comungar diferentes perspectivas e reorientar o próprio conceito de território. Nesse aspecto,

Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem (COSTA, 2006, p. 93).

Concordando com Raffestin (1993), considera-se o espaço e o tempo como suporte não apenas das relações sociais, mas também como trunfos, ou seja, são também recursos que se valem para a sustentação ou construção de relações de poder, nos termos foucaultianos. São mediadores, suporte e recursos dos mecanismos de poder, que se sustentam através da construção histórico-espacial de

¹² Cabe ressaltar que, quando trata da questão, Raffestin se refere ao território e não ao substrato material. Contudo, Souza (2007) faz uma crítica à Raffestin, em alguma medida acatada por Costa (2006), destacando que o autor não teria discernido que o território não é o substrato material (mais detalhes ver em SOUZA, 2007, p. 97).

¹³ É importante destacar que para Sack (1986) nem toda relação de poder é territorial. Portanto, ele ressalta a importância de um olhar específico sobre a territorialidade, que representa uma estratégia de controle territorial.

tecnologias que evidenciam um saber-fazer, uma “verdade”. Contudo, essa “verdade” produzida pelas relações não é isenta de contestação, o que faz do espaço-tempo, em suas variadas escalas, essencialmente político, como colocado por Lefebvre (1991). Assim o território, enquanto relações de poder mediadas e delimitadas pelo espaço, também é produzido, por exemplo, por relações decorrentes de práticas como as das prostitutas que ocupam uma área obsoleta da cidade (SOUZA, 2007), das práticas das populações extrativistas da Amazônia e de suas relações com organizações do contexto nacional que se apropriam do produto de seu trabalho (GONÇALVES, 2001), das práticas governamentais, sob a forma de programas que visam orientar o local, a região ou a cidade a encarar como estratégico o reforço da competitividade das empresas ali estabelecidas (BRANDÃO, 2005) ou, ainda, programas de atração de empreendimentos industriais que procuram enquadrar a população de um local mapeado pelo Estado às atividades, geralmente secundárias do ponto de vista do retorno financeiro, relacionadas ao empreendimento.

Nessa acepção, conforme expressa Costa (2006):

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx (COSTA, 2006, p. 82).

Outro aspecto importante da ênfase no sentido relacional do território é que, desse modo, ele incorpora a complexidade, já destacada aqui, que o faz, em muitos contextos, móvel, cíclico e contraditório. Em outras palavras, no sentido relacional evita-se uma visão simplista do espaço que tem o território como enraizamento, limite ou fronteira. Ao contrário disso ele é, também, movimento, fluidez, interconexão (COSTA, 2006). Nesse sentido, Hissa (2009), chama atenção para uma reflexão acerca dos significados de fronteira. O autor, a partir do uso comum e autêntico da noção de território enquanto propriedade, fechamento, vigília, portanto, limite e fronteira, propõe uma qualificação da discussão, de maneira que: limites são construídos por relações voltadas para o interior do território, uma noção associada a guarda dos territórios; enquanto que as fronteiras são “espaços de transição”, “zonas de contato”, abertura e são formadas por relações voltadas ao exterior. Porém, destaca que os usos pela literatura se confundem e a noção de fronteira tem sido utilizada enquanto representação de limite (HISSA, 2009). Apesar disso, essa reflexão de Hissa (2009) permite reforçar ainda mais o caráter relacional do território, sem que se negligenciem suas características híbridas. Ou seja, o território nem é só fechamento, limite dentro de suas relações de poder internas, nem é só relação exterior expressa nos conflitos entre os territórios e nem é experiência total, enquanto espaço geográfico. De modo que a noção de fronteira, que dentro

da perspectiva defendida neste trabalho é complementar à de rede, guia na elaboração desta mediação rumo ao hibridismo e ao caráter relacional do território. A fronteira representa uma abertura às relações entre os territórios e se coloca como fio conector responsável pela formação dos territórios-rede. Para Hissa:

A abertura se expressa através da própria estrutura do corpo territorial que não é exatamente feito de uma rede, mas de diversas redes que se entrecortam e que constituem, no *corpo do mundo*, um *recorte sem bordas*. Um entrelaçado de redes de lugares que dificulta ou impede a percepção de limites ou de arremates. No entrelaçamento de redes há sempre pontos, afunilamentos, nós, fechamentos, limites, assim como aberturas que nos conduzem à leitura de corpos territoriais para adiante. Tais redes, por sua vez, são feitas de uma tessitura social, além de política, cultural, econômica, física. Não há uma disciplina que dê conta, na sua pretensa autonomia, da leitura desse *corpo de fronteiras* que se apresenta também como um domínio delimitado para existir como corpo territorial. O fechamento e a abertura da malha dependerão dos olhos do sujeito, dos olhos do corpo do mundo. *Há mundos nos olhos*. Ao contrário, o território é mesmo a contraditória manifestação do limite e da abertura e demandará, cada vez mais, movimentos que se aproximam da transdisciplinaridade (HISSA, 2009, pp. 76-77).

Como aponta Costa (2006), o território enquanto relação social tem como uma de suas características fundamentais a historicidade, de modo que é necessário diferenciá-lo conforme a especificidade do período histórico, assim como Foucault (2008a) faz a diferenciação histórica da formação dos mecanismos de poder.

Para Raffestin (1993) o território é um espaço apropriado e produzido através de relações de toda natureza, ou seja, relações de poder que têm incluídas em sua estrutura as dimensões materiais e simbólicas da vida humana. É um espaço criado pelos homens para controlarem a si mesmos. Desse modo, não existe uma “materialidade neutra”, mas uma materialidade mergulhada nos processos de significação (COSTA, 2006), de maneira que o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização das sociedades é comandado pelo acesso à informação (RAFFESTIN, 1993) e pelos processos de formação ou manutenção cultural-ideológica.

Para Robert Sack (1986), descrito em Costa (2006), a territorialidade funciona como uma “qualidade necessária” para a produção do território e é incorporada ao espaço para a mediação de uma relação de poder, que a utiliza com o objetivo de controlar e influenciar pessoas e recursos. Enquanto estratégia, o controle de uma área permitiria o controle sobre as pessoas e seus processos sociais. Como uma estratégia, a territorialidade poderia ser ativada e desativada, passível de ser utilizada de maneira ampla e em múltiplas escalas, desde o nível pessoal, cotidiano, a rua, por exemplo, até blocos políticos internacionais. Trata-se de uma visão que é corroborada por Souza (2007) e que não se restringe, como vimos, ao nível do Estado-nação. Nesse sentido,

[...] para Sack, “a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle”. O território se torna

assim um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de padronização – internamente a este território, e de classificação – na relação com outros territórios. Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram fora de seus limites (COSTA, 2006, p. 89).

A elaboração de Sack ganha relevância ao indicar uma tentativa de reboque ideológico, estrategicamente posto, ao que se pode chamar de projeto/agenda territorial, muito frequentemente também denominada agenda regional/territorial de desenvolvimento. Ao utilizar a lógica proposta por esse autor, pode-se pensar que agendas estratégicas criam barreiras para outros projetos passíveis de serem territorialmente implementados, uma vez que são instrumentalizadas através de mecanismos de interpelação ideológica. Contudo, é preciso ressaltar que, a formulação de Sack, mesmo fundamentada em termos de territórios-zona, ou seja, controle de área, não tem substância suficiente para negar a lógica de territórios-rede e uma dinâmica multiterritorial complexa. Ao contrário, a territorialidade de Sack (tendo-se como referência as relações de poder contemporâneas), enquanto estratégia, está subordinada, em grande parte, às determinações de uma dinâmica multiterritorial e multiescalar, vinculada à ideologia do desenvolvimento. Desta feita, entender a proposta de Sack torna-se fundamental, em um raciocínio dialético, para compreender, também, como uma lógica global complexa se faz presente, materializada, politizada e culturalizada em diversas escalas mais próximas do cotidiano (COSTA, 2006).

Ao conjugar essas contribuições é possível considerar o território – como uma forma de mediação espacial do poder – como resultado de um processo de interação entre as múltiplas dimensões do poder, que em um processo histórico-espacial produz mecanismos de afirmação. Isto é, os mecanismos de poder são produzidos na contemporaneidade como modo de sustentação de um saber-fazer político, em um movimento de promoção do entrelaçamento das dimensões simbólica, econômica e jurídico-política da vida humana. Nesse sentido, fala-se do processo político ocidental, capitalista, ao qual a produção do território está arraigada, seja no sentido de reprodução das relações capitalistas através de práticas estabelecidas nas mais diversas escalas, seja em um movimento de contraposição que afirma as práticas voltadas à sustentação de outras formas de reprodução social.

Ao que diz respeito à produção do território na sociedade capitalista, parece haver uma constante tensão entre os movimentos de apropriação e dominação, ou seja, um conflito ao redor do uso do espaço, conforme nos aponta Lefebvre (1991). A apropriação estaria vinculada à modificação do espaço em favor das necessidades de um coletivo. A dominação (propriedade), por outro lado, se

coloca como uma funcionalização do espaço, uma possessão, que unifuncionaliza o uso do espaço, que, por conseguinte, tende a se fechar à apropriação.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempos e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipularam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por que? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1984, pp. 411-412, citado por COSTA, 2006, p. 95).

A formulação de Lefebvre chama a atenção para a *funcionalização* excludente do espaço apresentada como uma estratégia de posse que exclui a apropriação diversificada, em favor de práticas sustentadas por uma ideologia de organização do espaço que propõe a exacerbação da estratégia de desenvolvimento mercadologicamente inclusivo.

Para Lefebvre, dominação e apropriação do espaço deveriam andar juntas, “mas a história (aquela da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição. Quem vence é o *dominante*” (1986:193). [...] Assim, de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo (COSTA, 2006, p. 96).

Assim, torna-se necessário investigar os detalhes das estratégias de produção e reprodução do território sob a égide das relações capitalistas. Isto é, estratégias que visam promover a territorialização funcional, que geram a especialização material via especialização produtiva dos lugares e que se utilizam de instrumentos que compõem a vida social ocidental: o Estado e suas derivações escalares – no caso brasileiro, expressada no pacto federativo e nas instâncias de governança; estratégias de promoção da especialização produtiva que beneficia as elites locais; estratégias que procuram enquadrar formas de reprodução social não capitalistas no circuito competitivo de valorização capitalista; a promoção da ideologia do desenvolvimento sob a perspectiva territorial-competitiva. Deve-se, portanto, considerar que as variações geográficas influenciam na produção das estratégias de territorialização, sejam elas com o propósito de promover o saber capitalista, ou de afirmação de modos de reprodução social não-capitalistas frente às tensões a que esses coletivos são submetidos. Como aponta Costa (2006),

[...] territorializar-se para um grupo indígena da Amazônia não é o mesmo que territorializar-se para os grandes executivos de uma empresa transnacional. Cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global (COSTA, 2006, p. 97).

Essa concepção permite investir na busca pelos determinantes da territorialização, em seus diversos contextos histórico-geográficos. Mais que isso, possibilita identificar as tensões entre

territorializações, que podem se construir por meio de diversas relações: entre territórios-zona; local-global, dominação-apropriação. Tal perspectiva traz, em potência, a contestação de uma ordem de produção do território, em função de uma nova dimensão de (re)territorialização.

Contudo, também é preciso examinar amiúde as formas de territorialização, as quais são determinantes do processo de construção da sociedade brasileira. Os conflitos e as práticas de poder que se desenvolveram em nossa história e produziram território(s) distintos. Assim, deve-se aprofundar na investigação de decisões, nas articulações entre microprocessos e macroprocessos nas várias escalas em que se estruturam os diferentes interesses que geram o movimento de produção do território (BRANDÃO, 2009), de modo que uma das condições determinantes da produção do território em nossa sociedade é a implementação de determinado modelo de desenvolvimento. Com base em cada modelo, desenrolam-se processos e estratégias que procuram guiar o corpo social a colocar seus esforços em práticas que tem como intuito a inserção no conjunto de práticas características da reprodução capitalista. A proposta de desenvolvimento se revela como um modo “ideal”, “natural” da reprodução humana, sob a qual (procura-se persuadir cotidianamente que) não há contestação. Segue-se, procura-se, ao desenvolvimento, perpetuamente. Assim, as articulações em escalas diferenciadas tomam destaque, pois é nelas que se constroem os movimentos, sejam os de reprodução dessa “verdade”, sejam os de sua contestação, em um quadro de “interdependência” (CARDOSO, 1980). Milton Santos, por exemplo, mostra, no âmbito das relações econômicas, a existência de um circuito superior que expressa a modernização das trocas no nível global e que tem como estratégia definidora das práticas a influência sobre as relações locais, ou seja, um espaço global de comando frente ao espaço local de realização das ações cotidianas (SANTOS, 1996). Por outro lado, evidencia a existência de um circuito inferior, local, da economia e suas atividades, as quais se enraízam como relações privilegiadas de reprodução social (SANTOS, 1979; MUSSET, 2009).

A respeito das escalas é preciso evidenciar a existência de um debate que reflete a existência de diferentes abordagens. Por um lado, há aquelas que consideram as escalas como instrumentos de análise ou recurso epistemológico; por outro, são também tomadas como categoria da prática, instrumento das lutas sociais (MOORE, 2008; BRANDÃO, 2009). Nesse sentido, Carlos Brandão expõe:

Como “categoria e unidade de análise”, muito se avançou na investigação teórica e empírica da escala enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geograficamente determinadas. Logrou-se afastar das concepções restritas e estáticas que a tomavam como um dado e avançou-se ao tomá-la sob o prisma de sua natureza eminentemente relacional e processual, passando a ser interpretada como *locus* e veículo *in situ* através dos quais as relações socio-espaciais se estruturam e operam. [...] Como

“categoria da prática”, a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado ângulo de luta social pelo controle do espaço. Como modo particular de organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos) a “política de escala” se manifesta na constituição de arenas e instâncias em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc., possibilitando lançar mão de instrumentos, dispositivos e recursos diversos, segundo este prisma (BRANDÃO, 2009, p. 171).

Entende-se a discussão da escala como importante na análise sócio/espacial, pois, como demonstraram Swyngedouw (2004) e Brandão (2009), evidencia como um *locus* de enfrentamentos, sob a construção coletiva e política. Assim, ela não se define em si mesma, mas em relação ao outro, de modo que, desenha compromissos socioespaciais, seja como forma explícita de conflitos ou compromissos não tão conflituosos. Para Swyngedouw (2004), as escalas estão sujeitas a mecanismos de *empowering-disempowering* e processos de *upscaling-downscaling* (BRANDÃO, 2009). Ainda como esclarece Brandão,

Há processos de reescalonamento, por exemplo do Estado, do capital e do trabalho, jogos de *jumping scale*, em constante pugna de escalas. Neste sentido, Neil Smith (2002) afirmou que “a escala de luta e a luta sobre a escala são dois lados da mesma moeda.” Em suma, a escala reflete, expressa e concretiza espacialmente as respostas e contraposições dos sujeitos sociais aos desafios e conflitos postos concreta e conjunturalmente em cada momento e circunstância histórica e geográfica (BRANDÃO, 2009, p. 172).

Pode-se, por exemplo, destacar a exploração de alguns localismos exagerados, embasados pelo discurso do desenvolvimento local e alicerçado sob as formas institucionais que buscam cristalizar o espaço em virtude da acumulação, em favor das interações locais com o capital global. Interações que na atualidade, por muitas vezes, fazem-se possíveis por mediações do capital financeiro e pelas facilidades apresentadas pelos meios técnicos e informacionais. Os conflitos inerentes a esse processo escalar podem estar presentes nas relações de competição intercapitais, mas também nas relações com o outro, não-capitalista. Desse modo, movimentos insurgentes podem arquitetar suas próprias interpretações escalares, mobilizando recursos discursivos, institucionais ou, até mesmo, recursos violentos, de contestação (BRANDÃO, 2009). Para Brandão (2009, p.172), “*Essas tensões na correlação de forças sociais e escalares podem criar coalizões (inclusive em outras escalas) e constituírem bloco histórico com alguma organicidade (ou tratar-se-ia mesmo de um bloco “geográfico”?)*”. Assim, as escalas, têm sido objetos de táticas e estratégias espaciais de poder, bem como expressão do conflito socioespacial (MOORE, 2008; BRANDÃO, 2009), de modo que os agentes sociais às propõem e se dispõem perante elas, como terreno incerto em constante disputa (VAINER, 2006). Nesse aspecto, há uma perpétua redefinição das escalas.

[...] as escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Há contestação e transformação perpétuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações consideráveis das posições relativas de poder

social a depender de quem controla o que, em que escala (SWYNGEDOUW, 1997, p. 141, citado por BRANDÃO, 2009).

As disputas políticas instalam e rompem com escalas conforme a estratégia que fundamenta as práticas de poder que produzem o território. Assim, há uma constante redefinição das relações e dos sujeitos responsáveis pela produção do território através da redefinição das escalas de disputa política, nos diversos campos da vida humana. Na articulação entre as escalas constrói-se a articulação entre o econômico, o cultural e o natural, em um movimento de integração relacional, em constante transformação política no espaço-tempo. Como sugere Vainer (2006), assim como as escalas, seu próprio significado e nomeação indicam as redefinições das relações a que estão vinculadas. Nesse sentido, os modelos escalares, como representação de estratégias de poder no movimento de territorialização, devem ser devidamente tomados. Vainer (2006) ressalta os localismos, nacionalismos, regionalismos e globalismos, que se evidenciam como representação de estratégias de poder, as quais são compreendidas como estratégias produtoras de movimentos que buscam a cristalização de relações no território: territorialismo, territorialismos. Tem-se, dessa forma, um importante embate ao desenvolvimento deste trabalho: o conceito de *territorialismo*. Como a noção de território, esse conceito não escapa sem maiores polêmicas e contendas, ainda que seja central à argumentação proposta.

1.3. O territorialismo como estratégia-prática de poder

A incursão teórica sobre a noção de territorialismo pode ser iniciada por intermédio da obra de Giovanni Arrighi (1996). Em um plano teórico, territorialismo, para este autor, aparece como uma dinâmica de poder estatal, em que o controle do *território*, enquanto área de controle da terra e da população, se estabelece como o principal elemento das práticas de poder de uma determinada sociedade. Arrighi argumenta que esse seria o contexto das sociedades medievais que fora contraposto pela lógica de reprodução do poder da sociedade ocidental moderna. A noção de território no trabalho de Arrighi parece estar limitada por um entendimento a partir da dimensão material que diz respeito à área, ou quantidade de terra sob domínio de uma pessoa, ou grupo. Portanto, parece estar aquém da amplitude e complexidade com relação a essa noção, explorada por outros autores. Isto é, a elaboração do autor parece estar vinculada às concepções que procuram entender o território como área, fragmento de solo sobre domínio de um grupo, na verdade sobre domínio de um Estado, em que, “*território, aqui parece ter sua conotação mais banal e do senso comum ligada a ‘terra’, ‘pedaço de chão’, e como se o território pudesse aparecer separado da população*” (COSTA, 2006, p. 180).

Contudo, em sua tentativa de estabelecer uma relação entre o território e o desenvolvimento das relações capitalistas, Arrighi (1996) destaca algumas questões que se mostram com alguma importância e que merecem ser investigadas. Primeiramente é preciso elucidar que a elaboração desse autor se baseia no movimento de *competição* responsável por construir a lógica de formação do *sistema mundo*. Nesse sentido, Arrighi destaca a importância da competição entre Estados Nacionais e da disputa empresarial. Estas são lógicas distintas que se entrecruzam historicamente no movimento de construção de hegemonias¹⁴. Desse modo, as formas de ligação entre essas duas lógicas – competição interestatal e empresarial – se transformam no tempo e devem ser verificadas para a compreensão da formação das hegemonias na sociedade moderna. Arrighi identifica essas lógicas em um movimento dialético, em que se contrapõem territorialismo e capitalismo. Ainda, de acordo com esse autor,

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital (ARRIGHI, 1996, p. 33).

A formulação de Arrighi se inspira na dinâmica de formação do capital sob a forma de geração de mais valor demonstrada por Marx na relação DMD' (dinheiro-mercadoria-dinheiro adicionado). Assim, quanto à relação entre capital e território teríamos a seguinte dinâmica: no tocante a uma relação territorialista “o domínio econômico abstrato, ou o dinheiro (D), é um meio ou um intermediário num processo voltado para a aquisição de territórios adicionais ($T'-T = + \text{delta } T$)”, assim teríamos a relação TDT' (território-dinheiro-território adicionado); já com relação à dinâmica capitalista “o território (T) é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de meios de pagamento adicionais ($D'-D = + \text{delta } D$)” (ARRIGHI, 1996, p. 33), de modo que, nos deparamos com a relação DTD' (dinheiro-território-dinheiro adicionado).

Arrighi (1996) constrói uma espécie de antinomia, uma contradição entre territorialismo e capitalismo, que assumiriam duas formas distintas e opostas de formação de governo, de Estado. São duas estratégias geopolíticas opostas que envolvem o controle da terra como prática de poder. Na “territorialista” a terra é o objeto de início e o fim acrescentado, pois é através dela que se constroem as relações sociais, sob as quais se estabelecem as verdades pretendidas por um grupo e sob as quais as práticas se desenham. Por outro lado, nas práticas capitalistas de poder, sabemos

¹⁴ Arrighi (1996) se apropria do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, em que a supremacia de uma grupo social se manifesta como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”.

que a terra representa um meio pelo qual se consegue chegar à acumulação, ou seja, a dinâmica que se constrói sobre a terra é aquela a qual se chega ao capital rentista, onde a terra é funcionalizada e as relações tendem, cada vez mais, a serem dominadas por uma única lógica: a da produção capitalista.

Costa (2006) faz uma série de críticas contundentes à elaboração de Arrighi (1996). Primeiramente chama a atenção para um caráter desterritorializador do “capitalismo”, uma vez que nesse tipo de relação a preocupação com as bases territoriais (de caráter zonal, de área) se arrefecem em favor da circulação de capital. Alerta, por outro lado, que Arrighi destaca a importância de se compreender duas lógicas relacionadas entre si “num dado contexto espaço-temporal”.

Contudo, a crítica mais contundente feita por Costa (2006) diz respeito ao conteúdo conceitual da noção de territorialismo proposta por Arrighi (1996):

Somos obrigados [...] a deduzir de que “território” o autor está falando. Ou, mais ainda, a que “territorialismo” ele está se referindo, já que, pelo menos na Geografia, esta concepção tem um sentido bastante negativo e que não se refere, ou se refere apenas em parte, à interpretação proposta pelo autor. Prévert (*in* Brunet *et al.*, 1993), por exemplo, define territorialismo como “mau uso da territorialidade, derivação pela qual sobrevaloriza-se um território de pertencimento, a ponto de pretender excluir toda pessoa considerada como estrangeira, e eventualmente de estendê-lo em detrimento dos vizinhos: o territorialismo tem a ver com terrorismo”. Trata-se de um território naturalizado, a-histórico, “animalizado”, como se tivéssemos naturalmente um “direito ao solo” (COSTA, 2006, p. 180).

Assim, Costa (2006) expõe a fragilidade do conceito de território utilizado por Arrighi e ainda contesta o uso da noção de territorialismo, que na tradição geográfica parece ter uma conotação negativa. Isto é, por meio de uma noção conservadora de território que exalta o exercício de soberania do Estado, Arrighi deriva o conceito de territorialismo como a estratégia de poder preponderante em uma sociedade pautada nas relações de soberania, de modo que, na elaboração do autor, “há sempre, implícita ou explicitamente colocada, uma lógica política e/ou estatal por trás do conceito de territorialismo” (COSTA, 2006, p. 182).

A percepção que se constrói nesse trabalho é a de que o caráter desterritorializador da elaboração de Arrighi está, na verdade, em sua não exploração da noção de território de uma maneira mais ampla. Ele trata o território estritamente como área, como terra em poder do Estado, em uma dinâmica onde as práticas de poder se baseiam no controle do governante sobre a área. Essa concepção parece dialogar com a elaboração de Foucault (2008a) a respeito das práticas de soberania. A dinâmica descrita por Arrighi como territorialismo parece ser mais bem entendida na elaboração de Foucault como práticas ou tecnologias de poder de um sistema de soberania, que se constrói socialmente e se pauta em evidenciar a figura do soberano – senhor feudal –, seu controle

e influência sobre sua área de governo. Nesta lógica, o tamanho da área dominada permite ao soberano se postar como significante num sistema de relações interestatal.

Entretanto, a elaboração de Arrighi (1996) sobre o território como intermediário da dinâmica de reprodução capitalista parece ser uma análise adequada que abre um campo fértil de exploração, desde que se utilize a noção de território em uma perspectiva mais ampla. Isto é, o estabelecimento de um tipo de relação DTD' parece razoável para esclarecer que, para sua reprodução, o capital necessita produzir relações espaciais de acordo com a sua lógica, que é de realização do valor no ciclo produtivo, sugerindo que a produção do território faz, ou pode fazer parte do processo de reprodução capitalista, mesmo considerando a amplitude do que significa território. Na verdade, acredita-se que esta é uma estratégia dentro do movimento de reprodução capitalista, fundamentada nos discursos em favor do desenvolvimento e nesse sentido, pode-se falar em territorialismo, o que reforça o próprio significado da dinâmica DTD' sugerida por Arrighi (1996).

Essa crítica feita por Costa (2006), baseada nas visões mais correntes da literatura geográfica, conforme ele exemplifica por meio dos argumentos de Prévert (1993) é de grande valor, pois nela é possível encontrar o elemento fundamental para a exploração, justamente, da noção de territorialismo. Uma questão central refere-se a compreensão das práticas hegemônicas de poder na contemporaneidade, que são fundamentalmente as práticas capitalistas de reprodução, que produzem o espaço sob a égide daquilo que Lefebvre (1991) designa como práticas de dominação em contraposição à apropriação, conforme já fora explorado nesse trabalho e por Costa (2006). Assim, procura-se explorar a noção de territorialismo como uma estratégia de poder que busca renegar o outro: o diferente, que busca, justamente, naturalizar, “animalizar” relações e, desse modo, produzir o território a partir de sua *funcionalização*, que, no muito, procura converter o outro e fazê-lo se adaptar a sua lógica.

A noção de territorialismo é também tralhada por Iná Elias de Castro (2005), dentro de uma perspectiva que aponta a questão dos conflitos entre Estados Nacionais, considerados com elemento central dos estudos geopolíticos até meados da década de 1970. A relação entre Estados nacionais é que seria a chave para a análise das estratégias territoriais. Sua discussão se encaminha para a questão de formação das fronteiras entre os países, seu tamanho e localização estratégica perante os outros e perante os fluxos mercadológicos, pois esse seria o resultado de uma dinâmica de intensa disputa entre Estados nacionais.

Os argumentos propostos por Castro (2005), apesar de se voltarem à explicação da lógica de competição entre os Estados, como o faz Arrighi (1996), destacam como essa competição está

intimamente vinculada com as condições materiais da circulação capitalista. Dessa forma, o Estado tem um papel estratégico na produção do território, seja ele enquanto zona, em suas relações internas a uma escala que podemos chamar de nacional, seja enquanto rede, nas relações impregnadas nas transações de valores na escala global. A autora também defende que esse debate ainda é relevante na atualidade, apesar dos avanços tecnológicos e das novas estratégias decorrentes do processo de globalização. Castro (2005) procura mostrar que existe uma importante dualidade na atuação do Estado, que revela seu papel na produção do território. Trata-se de uma dualidade escalar: de um lado o Estado e suas relações como o externo, no que diz respeito às disputas com outros Estados-nacionais, seja pelo controle de fluxos econômicos, seja para o exercício de influência política; de outro lado, a relação do Estado com o interno, em que estão em voga as estratégias de controle social, que nesse caso quer dizer controle das práticas políticas que se desenham e produzem espaço.

Esta dualidade reflete as duas escalas de ação do Estado, mesmo no momento atual: ele é o *locus* primário do poder mundial e *garante*, ou seja, o responsável, abonador e fiador da ordem territorial. Desse modo, se as organizações empresariais produzem um *espaço de fluxos*, importante por desvendar a escala da circulação do capital e seus efeitos na ordem econômica contemporânea, os governos precisam lidar com os *espaços de lugares* e suas *iconografias*, nos quais a vida social está organizada – e com ela a base material da acumulação. Os modos como os *governos* lidam com estes espaços afetam os territórios, revelam conflitos de interesses e constituem uma escala necessária de investigação em geografia política (CASTRO, 2005, p. 124).

A dualidade que se pode perceber na atuação do Estado, nessas duas escalas destacadas, na verdade, por estarem articuladas, favorecem a compreensão de que o Estado cumpre o papel de articulador dos fluxos de reprodução do valor e de ator tático de uma *governamentalidade* social que sustenta a naturalidade das práticas hegemônicas de poder, no caso as práticas capitalistas de produção e circulação de valor. Isto é, entende-se que esse arranjo tático parece se explicar pelas práticas que Foucault mostra como sendo técnicas de governamentalidade.

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008a, p. 144).

No caso do processo de formação territorial é possível destacar a prática do planejamento territorial como desdobramento de interesses que buscam a aplicabilidade de uma ordem, cujo principal

objetivo deveria ser o tratamento das mazelas do território. Entende-se como mazela o fato de esses espaços não apresentarem, pelo menos de maneira satisfatória, relacionamento com os mercados de uma forma geral. Portanto, o Mercado se coloca como definidor das mazelas, como definidor da “verdade” através da prática da *governamentalidade* (FOUCAULT, 2008b).

Outra abordagem importante quanto à questão do territorialismo é aquela de sentido, diga-se, cultural, que aborda as iniciativas de etnicização da vida (COSTA, 2006). Nesse sentido, a noção de territorialismo também não foge à ação política. Na verdade, ao recorrer à etnicização, um grupo age politicamente em contraponto a uma dinâmica que o fragiliza. Isto é, há o estranhamento e a ação de contraposição, uma produção reativa do território, que muitas vezes representa uma estratégia de sobrevivência. Costa (2006) exemplifica a questão através da tese de Samuel Huntington (1997) sobre o “choque de civilizações”, para quem as identidades culturais são motores da dinâmica de conflitos, bem como de algumas coesões, como foi possível perceber no período pós-Guerra Fria, em um movimento de territorialização em torno das civilizações. Costa (2006), no entanto, critica o caráter simplista da tese de Huntington (1997), que se apega a um tipo de área/território cultural contínuo e homogêneo que produz a forma das civilizações. Mas, o mesmo Costa (2006) também destaca que essa abordagem cultural-territorialista abre campo para a investigação de importantes movimentos sociais, nas mais diversas escalas, inclusive na escala das redes, como nas diásporas de imigrantes.

É interessante verificar como, na verdade, estes processos de reterritorialização que poderíamos denominar de “culturalistas”, pela ênfase que dão às identidades (étnicas, religiosas, linguísticas), se difundem pelo mundo em múltiplas escalas. Mesmo que Huntington tenha certa razão no que se refere às “linhas de fratura” de algumas grandes “civilizações”, a verdade é que há movimentos “territorialistas” de base cultural nas mais diversas escalas, do “gueto” urbano ao regional e ao nacional – e não só o nacional no sentido clássico de territórios contínuos bem delimitados (COSTA, 2006, p. 227).

Souza (2007) ao discutir a pertinência do uso da noção de territorialidade e a defesa do uso dessa noção como uma representação de “controle territorial” afirma que, nesse sentido, seria preferível o uso do termo (noção) de *territorialismo*, uma vez que, na concepção do autor, o territorialismo significa uma estratégia¹⁵. Desse modo, acredita-se que a noção de territorialismo seja fundamental para a análise dos processos de (re)territorialização contemporâneos, uma vez que o territorialismo se faz uma estratégia política, que acontece em escalas diferenciadas.

¹⁵ A propósito da noção de territorialidade – a qual Souza (2007) discute ao manifestar sua preferência pelo territorialismo quanto uma estratégia de dominação do espaço – na concepção do autor ela deve ser explorada “no plural”, de maneira que ela se remeteria aos tipos gerais em que os territórios podem ser classificados, como territórios contínuos e territórios descontínuos.

Essa investigação continua na tentativa de apresentar que as estratégias de desenvolvimento, tão discutidas nos âmbitos governamentais e nos círculos financeiros e de negócios, se mostram e refletem movimentos eminentemente territorialistas, que guardam uma tentativa de produção e reprodução do espaço sob uma lógica específica que é a de acumulação de capital. Para isso, é necessário compreender mais afundo do que se trata o *desenvolvimento* e como essa noção/processo está articulada com as práticas de poder hegemônicas na contemporaneidade.

Capítulo 2: A produção de territórios a partir da noção de desenvolvimento.

Cabe agora, após apresentação da complexidade e abrangência do conceito de território, e sua importância ao entendimento de determinados mecanismos da produção do espaço, discutir alguns elementos estratégicos envolvidos nas relações espaciais de poder, que se manifestem sobre a forma territorialista. Como apresentado no capítulo anterior, a hipótese a ser construída é a de que a noção de desenvolvimento é central para a produção contemporânea do espaço, utilizando de práticas definidas como territorialistas.

Em princípio, adverte-se que, assim como a noção de território, o conceito de territorialismo carrega toda complexidade das relações sociais, isto é, seus aspectos culturais, institucionais, naturalísticos, econômicos e políticos e às conduz para aplicação de uma estratégia de poder voltada à naturalização de uma determinada ordem territorial a despeito de outras possíveis. Assim, o territorialismo manifesta-se pelo desdobramento de um conjunto de práticas sociais que consolidam uma forma territorial em aversão ao *diferencial*. Em outras palavras, são práticas de poder que buscam se consolidar como modelo único e que impedem, ou tentam impedir, que outros modos sejam levados adiante.

Na investigação de como o territorialismo se manifesta na sociedade contemporânea é importante que se destaque três questões, que serão delineadas a seguir.

Primeira: Como pode ser definido o dito *diferencial*, sobre o qual se desenvolve o territorialismo? Parece claro, pelo menos a partir das análises de Henri Lefebvre (1991), que nos tempos atuais as sociedades estão envoltas por formas de reprodução social próprias ao capitalismo, ou, nas palavras de Celso Furtado (1978), o mundo contemporâneo é regido pelos princípios da “Civilização Industrial” surgida no berço da revolução industrial europeia. Assim, ao se referir quanto ao *diferencial* o que se traz à luz é toda forma de organização e reprodução social que não se enquadra nas práticas sociais pertinentes à reprodução capitalista, que é modo de reprodução social dominante. Portanto, o territorialismo, próprio às formas de reprodução social capitalista, representa a conjunção de esforços, por meio de práticas de poder, que visam sua própria reprodução em detrimento ao *diferencial*, que são formas sociais que não se enquadram em suas práticas de poder.

Segunda: o que leva ao ímpeto impeditivo da efetivação de novas formas sociais? A partir dessa questão começa-se a traçar os meios teóricos da presente análise. A percepção a ser desenvolvida deriva da interpretação de Lefebvre (1991) a respeito dos mecanismos de reprodução social. Assim, o aprofundamento na questão apontada está relacionado com a investigação das estratégias sociais de reprodução próprias ao capitalismo e a dinâmica de produção do espaço imanente a esse processo. Essas estratégias sociais, ao olhar desenvolvido neste trabalho, representam práticas territorialistas.

Terceira: como funcionam as práticas territorialistas no modelo social atual? Para se aproximar a uma resposta para essa questão é preciso entender as minúcias dos mecanismos de poder inerentes à reprodução do/no espaço capitalista. A construção teórica aqui elaborada leva em consideração a racionalidade inerente às práticas da sociedade atual, nascida em berço europeu com as transformações promovidas pelas revoluções burguesas e a revolução industrial, que convergem para a profusão da noção de *desenvolvimento*, derivada da noção de *progresso* – baluarte da racionalidade positivista, pretensa em colocar sentido no percurso humano em direção ao futuro (FURTADO, 1978).

A investigação em face das práticas territorialistas toma a noção de *desenvolvimento* como central, uma vez que ela se mostra como a base das estratégias de organização social e de práticas de poder próprias à dinâmica de produção do espaço social no capitalismo, principalmente nas regiões do mundo em que o capitalismo se faz tardio. Ou seja, o *desenvolvimento* surge como um pretensioso objetivo unânime a todas as sociedades do mundo capitalista. Em virtude dessa unanimidade, desenvolvem-se estratégias de caráter ideológico que fomentam o debate em relação a caminhos ou formas possíveis de desenvolvimento, mas todas relacionadas ao como as sociedades podem melhor distribuir os fluxos de acumulação inerentes ao processo de produção e reprodução. Assim, iniciativas que não condizem com as formas de reprodução social dominantes são diminuídas e induzidas à subversão, ou seja, classificadas como subversivas. Desse modo, forja-se um limiar que coloca à margem do que se considera como racional tudo aquilo que não leva ao desenvolvimento. Portanto, desenvolvimento e territorialismo seriam substâncias de um mesmo conjunto de práticas de poder próprias da forma de reprodução social hegemônica em nosso tempo.

É importante frisar, o que interessa ao desenrolar deste trabalho não é apenas a descrição das práticas desenvolvimentistas que são correntes no mundo contemporâneo. Isso se torna imperativo, já que o que tem pautado os projetos de futuro das sociedades humanas é o desenvolvimento e está impregnado no cotidiano. O importante, segundo a análise que aqui se desenvolve, é elucidar os

conflitos lógicos existentes e inerentes às formas de reprodução social e de produção do território no capitalismo, frente a outras formas existentes e exequíveis. Por isso, a importância da noção de territorialismo.

A noção de desenvolvimento foi construída, pelos diversos autores da economia e áreas afins, como um princípio inerente ao processo de reprodução do sistema de produção vigente que se baseia na acumulação. Por isso, seu conceito, na grande maioria das vezes é qualificado em termos de *desenvolvimento econômico*. Contudo, também parece claro, através da análise histórica das teorias de desenvolvimento econômico, que esse se trata de um processo que envolve transformações nos padrões de reprodução social em suas dimensões culturais, materiais e organizacionais (institucionais) (FURTADO, 1978, 2000). Portanto, são transformações na estrutura de reprodução social dentro da *lógica* capitalista, que abarcam os diferentes aspectos da vida humana em um mesmo processo. Assim, para alguns é diminuto discutir tal processo enquanto *desenvolvimento econômico*, de modo que, mais interessante seria discutir em termos de *desenvolvimento*, que teria uma maior abrangência (BRANDÃO, 2006, 2009; MUSSET, 2009).

Considera-se aqui, que as análises e debates a respeito do desenvolvimento se concentram em duas ênfases, que de certa forma se completam. A primeira diz respeito à explicação dos mecanismos de reprodução do sistema de produção capitalista; e a segunda, incorporada de uma carga crítica mais substantiva, que destaca a existência de discrepâncias sócio-espaciais no processo de reprodução do modo de produção capitalista e forja um entendimento específico a respeito da noção de *diferença*. Essa noção de *diferença*, própria do debate desenvolvimentista, diverge da concepção de *diferencial*, apresentada anteriormente. Ela, na verdade, está relacionada aos *níveis de desenvolvimento* e negligencia em grande monta aquilo que é *diferente* dos parâmetros capitalistas, ou seja, que se coloca como contraponto ao modo de reprodução social dominante. Assim, o debate no âmbito dessa segunda ênfase está relacionado às formas de reprodução do sistema social e possíveis estratégias de reconfiguração da distribuição da acumulação e das transformações sociais inerentes a esse processo (FURTADO, 2000).

2.1. A noção de desenvolvimento enquanto processo de evolução do sistema econômico

Quanto à primeira ênfase de análise, a reprodução do modo de produção capitalista, o enfoque é discutir os mecanismos que permitem o avanço na *produtividade social*. Produtividade social pode ser considerada “como produto total por unidade de tempo de ocupação do conjunto da força de

trabalho de uma coletividade” (FURTADO, 2000, p. 19). No sentido proposto se faz importante o regate da Economia Política clássica, que se apresentou como a expressão científica do saber que se construía com o emprego da racionalidade mercantil às práticas produtivas, movimento esse, ligado às transformações político-culturais-revolucionárias alavancadas pela imposição política da classe burguesa na Europa (FURTADO, 1978; FOUCAULT, 2008b¹⁶).

Contudo, inicialmente, a preocupação teórica não era com os mecanismos de aumento na produtividade do fator trabalho para elevação das taxas de valor socialmente produzido, mas sim, o aumento de produtividade e seus efeitos na distribuição do produto social. Nesse sentido, tais formulações se baseiam nas elaborações de Adam Smith, que procurava identificar os fatores econômicos responsáveis pela formação e expansão da acumulação, no âmbito de uma nação. Smith enfatiza os processos de divisão do trabalho, de modo que, uma maior divisão do trabalho e especialização conduz à redução do tempo necessário à produção (BALDWIN e MEIER, 1968). Já na construção de Adam Smith (1986) podemos encontrar os elementos que vinculam a noção de desenvolvimento com um conjunto de estratégias de produção do território sobre um projeto futuro baseado na acumulação. Território aí entendido em seu sentido clássico, enquanto Estado-nação, conforme o sugestivo título da principal obra de Smith: “Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações”.

De acordo com Smith, uma melhor distribuição da dinâmica produtiva conduz à redução dos custos médios de produção, o que gera a elevação dos lucros, bem como possibilitaria a elevação dos níveis de salários ou incorporação de mais força de trabalho no sistema produtivo. Assim, no pensamento desse autor o nível de acumulação de uma nação, a sua riqueza, ocorre mediante o aumento da proporção de trabalhadores produtivos em relação aos trabalhadores improdutivos (SOUZA, 1999).

Para Smith, a divisão do trabalho é a responsável pelo estímulo ao uso de capital fixo, por exemplo, máquinas. Entretanto, a divisão do trabalho devia ser precedida de acumulação de capital: “*É apenas por meio de uma adição de capital que o empregador de qualquer trabalho pode, seja prover seus operários com melhores máquinas, seja lograr melhor distribuição do emprego entre eles*” (SMITH, 1785¹⁷, citado por FURTADO, 2000).

¹⁶ Michel Foucault (2008b), em “*O Nascimento da Biopolítica*”, faz uma interessante análise da estruturação do pensamento liberal, expresso pela Economia Política, como saber social base das tecnologias de poder contemporâneas.

¹⁷ Para este trabalho foi utilizada a versão de Smith (1986).

Desse modo, os sucessores de Adam Smith voltaram seus olhares à dinâmica de acumulação de capital, não como forma de explicação do desenvolvimento, mas, para justificar o modo de repartição da renda social. O pensamento destes *economistas* tinha como pressupostos o “princípio da população”, formulado por Malthus, e a “lei de rendimentos decrescentes” decorrente da observação da dinâmica de produção na agricultura. Tais pressupostos, segundo Celso Furtado (2000), estavam recheados de um fundamento ideológico que justificava os interesses das classes politicamente emergentes à época, isto é, a burguesia capitalista e os proprietários de terra: O primeiro pressuposto se referindo à teoria dos salários e o segundo, à teoria da renda do solo (FURTADO, 2000).

Sem dúvida, David Ricardo é um dos principais sucessores de Smith. Os trabalhos de Ricardo se preocuparam fundamentalmente com os fatores responsáveis pela formação da riqueza nacional, sobretudo através da distribuição entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra (FURTADO, 2000).

A questão da produtividade social e da distribuição das riquezas, enquanto problema social, no entanto, ganhou corpo em algumas análises clássicas que incorporaram elementos de análise de estratégias de poder que, em seus efeitos, extrapolavam as condições estritas ao processo produtivo. John Stuart Mill (1996), por exemplo, destaca a existência de uma dinâmica de conflito entre as classes capitalista, operária e rentista (extrator de renda da terra – proprietário de terra) em sua “teoria geral do progresso econômico”. Para esse autor, com a elevação do capital e da população, em determinada sociedade, elevam-se também os preços de produção e das condições mínimas de subsistência. Essa dinâmica geraria pressão para o aumento dos níveis de salários, o que levaria o capitalista a orientar sua estratégia para o emprego de máquinas. De modo que, o progresso técnico seria um meio de defesa da classe capitalista contra a elevação dos salários. Contudo, a elevação dos salários beneficiaria a classe rentista, mais do que à classe trabalhadora, que ficaria esmagada entre essas duas outras classes (MILL, 1996¹⁸; FURTADO, 2000).

O importante aqui é dar destaque para os desdobramentos, em termos sociais, que a análise de Mill apresenta. Ou seja, os mecanismos de reprodução do processo produtivo envolvem aspectos que extrapolam a atividade produtiva em si. Com isso, mesmo que o enfoque esteja em discutir a distribuição do produto social, ressalta-se que, para que determinada classe seja exitosa em seus anseios se faz necessário o estabelecimento de uma dinâmica de avanço nas técnicas que permitam

¹⁸ Primeira publicação em 1848.

uma maior produtividade do fator trabalho, bem como, o estabelecimento de um conflito social em decorrência das perdas da classe trabalhadora. Isto é, está-se falando, no que diz respeito à essência do processo, de relações sociais.

Karl Marx apresenta uma série de críticas em relação aos economistas políticos clássicos, de modo que, busca evidenciar os “movimentos da sociedade capitalista”. Nesse sentido, intenta em esclarecer os mecanismos de reprodução das relações sociais próprias ao modo de produção capitalista. A obra de Marx consegue nos revelar a necessidade do progresso técnico como condição de reprodução do modo social capitalista, bem como de suas contradições (MARX, 1971)¹⁹. As análises desse autor, assim como algumas de suas derivações serão importantes para o desenvolvimento do argumento aqui construído e deverão ser retomados à frente.

No ambiente dos economistas neoclássicos, também surgiram discussões que, de certa forma, se confundem com as relacionadas ao desenvolvimento. Em realidade, os neoclássicos se preocuparam em formular modelos abstratos a respeito da dinâmica de crescimento econômico. O mais famoso destes modelos e que sustenta diversos outros é a chamada “Lei de Say”, que pretende demonstrar como a economia atingiria equilíbrio entre seus fatores em uma dinâmica de crescimento. A análise da formulação neoclássica nos mostra que existe um esforço, por parte de alguns setores sociais, em desconstruir um discurso crítico em face aos desequilíbrios na distribuição do produto social. Isto é, a elaboração baseada nesse pensamento trabalha, a todo tempo, com a noção de equilíbrio (Furtado, 2000).

Contudo, alguns autores, mesmo trabalhando com o instrumental neoclássico, conseguiram desenvolver uma crítica ao equilíbrio baseado na Lei de Say, e formularam outras interpretações a respeito do processo de acumulação. Wicksell (1950)²⁰, por exemplo, descreve o processo acumulativo através de três distintos aspectos: a poupança de recursos, a incorporação desses recursos ao processo produtivo, chamada de investimento, e a apropriação total ou parcial do aumento de produtividade resultante da maior acumulação, de modo que o investimento seria a base para o aumento do produto social, que pode se converter em renda ou em novos investimentos que alimentam o processo (FURTADO, 2000). Ainda sobre esse aspecto,

Wicksell foi o primeiro a botar por terra a “Lei de Say”, decompondo a procura global em gastos em consumo e inversões, e a oferta global, em oferta de bens de consumo e

¹⁹ Para verificar a análise correspondente feita por Marx, ver *O Capital, Livro I, Capítulo VII*, sobre a acumulação de capital. A primeira publicação da referida obra ocorreu em 1867.

²⁰ Primeira publicação em 1901.

poupança, e demonstrando que os afastamentos do ponto de equilíbrio resultam de desproporção entre a inversão e a poupança e não entre as variáveis globais (FURTADO, 2000, p. 57).

O interessante a perceber na formulação de Wicksell, no que tange aos movimentos de acumulação de capital, mesmo na vertente neoclássica, que carece de conteúdo crítico no que diz respeito à dinâmica social, é a identificação de elementos de reprodução social a partir de decisões estratégicas de uma classe: o empresário capitalista precisa tomar decisões entre quanto poupar e quanto investir. Contudo, o que muitas vezes não salta aos olhos é que formulações desse tipo reforçam certa naturalização do “dilema” do empresário no discurso social, tornando, também, natural a preocupação com o crescimento de uma “certa economia”, que significa, na prática, um conjunto social – um território. Portanto, o dilema do empresário passa a ser a decisão estratégica (de poder) central que define os rumos sociais.

A formulação de Schumpeter (1982)²¹ sugere a construção de um discurso legitimador da ação central do empresário no progresso econômico, tornando-se essencial ao projeto de futuro de uma sociedade, cuja acumulação torna-se o objetivo. O empresário seria o responsável pela *ação criadora*, que se manifesta na introdução de inovações no processo produtivo (FURTADO, 2000). Assim, a noção de *criatividade* estaria relacionada à atividade econômica e seria central ao modo de produção capitalista.

Para Celso Furtado (2000), a formulação de Schumpeter é, acima de tudo, uma análise do lucro, que não considera desenvolvimento econômico como sendo o simples crescimento da economia que se manifesta pelo aumento da população e da riqueza. A noção de desenvolvimento, para Schumpeter, representa saltos decorrentes da introdução de inovações, os quais representam a criação de situações privilegiadas, ainda que momentâneas. De modo diferente aconteceria o crescimento, que representaria movimentos graduais de modificação do processo produtivo a partir de recombinação de objetos e esforços. Assim, o interesse de Schumpeter estaria em explicar os afastamentos da condição de “equilíbrio” que o processo inovador causa (FURTADO, 2000).

Ainda de acordo com Celso Furtado,

As inovações schumpeterianas são, indubitavelmente, um dos elementos motores do processo de desenvolvimento. Entretanto, a espinha dorsal deste está na acumulação de capital (...) (FURTADO, 2000, p. 60).

²¹ Primeira publicação em 1911.

A contribuição de Schumpeter²² é uma expressão do esforço de se pensar o desenvolvimento em termos da conjunção de forças destinadas à reprodução do modo de produção. Ao observarmos seus argumentos é possível perceber uma preocupação implícita quanto aos mecanismos de sustentação da acumulação. Quando Schumpeter demonstra o papel da ação inovadora explora, também, a necessidade do movimento inovador para a perpetuação do movimento de geração de lucros. Portanto, constrói-se a partir de Schumpeter um argumento legitimador da ação criativa do empresário como um objetivo que expressa uma convergência social²³. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento proposto por Schumpeter expressa um projeto de produção de território.

A preocupação com a perpetuação do modo de produção ganha em complexidade a partir das crises que atingem o modo social capitalista, em uma perspectiva supranacional, que tem como marco o ano 1929 e seus desdobramentos na década de 1930. O reconhecimento do contexto de crise abre caminho a uma nova visão desenvolvimentista, que passa a justificar a ação de Estado, pelo menos de maneira mais sistematizada, sobre processos econômicos no sentido da sustentação da procura efetiva. Neste contexto, destaca-se a obra de John Maynard Keynes, que entende o capitalismo enquanto “economia monetária de produção”, marcado pela incerteza e por uma instabilidade sistêmica. A instabilidade seria derivada das oscilações no volume dos investimentos, influenciado pela incerteza dos agentes econômicos, que em condições de crise tendem a apresentar uma preferência pela liquidez. Em situação de incerteza, fração substantiva dos agentes econômicos prefere poupar a investir, o que causa arrefecimentos nos níveis do produto social e conseqüentemente nos níveis de emprego (FURTADO, 2000; CARVALHO, 2009). Keynes procurou elucidar que o Estado é constitutivo do sistema capitalista (BRANDÃO, 2009). O objeto de atuação do Estado estaria ligado à implantação das chamadas “políticas anticíclicas”. Com esse tipo de política o Estado, em momentos de instabilidade, deveria promover vultosas inversões com o objetivo de direcionar a economia ao pleno emprego dos fatores produtivos. Na medida em que o pensamento de Keynes é direcionado ao saneamento das crises, tendo o Estado como elemento central, torna-se também preocupado com a própria reprodução do modo social capitalista. Portanto, trata-se de um argumento essencialmente desenvolvimentista, que considera desequilíbrios sistêmicos e procura traçar estratégias para tangencia-los, tornando seus efeitos menos desastrosos em uma perspectiva social (FURTADO, 2000).

²² Ver Kupfer (1996).

²³ Não sem questionamentos, históricos, vale dizer.

As concepções enquadradas nessa ênfase em explicar os mecanismos de reprodução do capitalismo, de certo modo, aprofundaram os interesses no estudo das principais cotradições desse sistema. Portanto, superar os problemas da reprodução do modo de produção capitalista significa, ainda, reunir os elementos necessários para criar condições de mantê-lo viável, o que envolve a disseminação de princípios que regem a vida social. No que diz respeito às questões relacionadas ao território, torna-se fundamental a criação de um ambiente de diferenciação, que apresenta uma dupla dimensão. De um lado, envolve a necessidade de ampliação do reduto de influência das atividades capitalistas, processo histórico descrito por Celso Furtado (1978) como sendo o de difusão da Civilização Industrial. Envolve, portanto, a disseminação dos princípios ideológicos que ganham força nas revoluções burguesas europeias e a assimilação, nas sociedades alvo da disseminação, da noção de diferença própria a esse processo. Ganha força, nesse período da história, o ímpeto contrário às diferenças próprias ao sistema social capitalista. Isto é, o que não se enquadra nos princípios da Civilização Industrial é considerado atrasado, arcaico e irracional. O irracional deveria ser combatido, destruído, em favor de uma nova territorialidade, que se pretende e se constrói dominante. De outro, a discussão acerca da reprodução capitalista vincula-se às formas específicas com que as sociedades assimilam os princípios ideológicos desse tipo de sociedade. Essa dinâmica abre o caminho para o segundo caráter dessa realidade. A diferença ganha outra dimensão: assimilados os princípios da Civilização Industrial, trata-se como preocupação legítima as questões que envolvem as diferenças inerentes a esse modelo civilizatório, o que contribui para a construção de um movimento de homogeneização ideológica da sociedade pelo propósito da acumulação, que por sua vez é combustível da perpetuação da geração de mais diferenças. A noção de diferença se desdobra e passa a ter mais haver com *desigualdade*, a princípio, nos níveis de acumulação entre as sociedades da Civilização Industrial, mas que se desdobram em questões territorialmente específicas, conforme o processo que cada sociedade enfrenta nesse caminho de assimilação dos princípios da racionalidade moderna. Formata-se, assim, um ciclo contraditório e perpetuo que se reproduz e ganha novas formas no espaço-tempo. A formatação da concepção de diferença, própria às relações capitalistas, passa a ser condição fundamental para a sua própria disseminação.

Para desdobramento do esforço aqui empreendido, ter como referência algumas características das relações sociais próprias ao capitalismo se faz tarefa importante.

Primeiro: são relações originariamente *antagônicas*. Isto é, o capital é fundamentado em uma relação de contraposição entre capitalista e trabalhador, que é reproduzido reiteradamente enquanto trabalhador assalariado. Segundo: o capital apresenta caráter *progressivo*, de modo que, sempre se

busca a valorização máxima, em um movimento perpetuo de reprodução das forças produtivas e como consequência uma máxima acumulação. Com base nas interpretações dos economistas clássicos e seus sucessores, busca-se no capitalismo uma contínua elevação da produtividade social do trabalho, seja por meio de inovações na divisão do trabalho ou por técnicas produtivas. Esse movimento é alimentado pela concorrência imposta aos capitalistas, enquanto necessidade de reprodução, que traz consigo a crescente necessidade de diferenciação da estrutura produtiva, a necessidade de ampliação dos mercados e a necessidade de crescimento das escalas de produção, que resultam na necessidade de um movimento dúbio, voltado ao mesmo tempo para a concentração e para a internacionalização do capital. Terceiro: as relações capitalistas são *contraditórias*, já que o movimento expansivo esbarra em barreiras ao próprio capital. A contradição central estaria em uma tendência a se tornar supérfluo o trabalho vivo, com a evolução da técnica. Contudo, o trabalho vivo é condição essencial para sua própria reprodução. No seio dessa contradição, surgem crises de reprodução, as quais *recriam* condições para a retomada da acumulação. Dessa forma, a contradição é também motor para sua reprodução em uma dinâmica de expansão-barreira-expansão (BRAGA e MAZZUCHELLI, 1981; BRANDÃO, 2009). Essas características do modo social capitalista trabalham na forja de uma concepção de diferença quase óbvia: o antagonismo, a progressão e a contradição são elementos centrais da diferença perante o "outro". Porém, este "outro" faz parte de um sistema unificado, de modo que aquilo que vai além é negligenciado e esvaziado de sentido.

As teorias do desenvolvimento desigual ajudam a explicitar essas características do modo social capitalista, bem como a produção de suas próprias territorialidades. Contudo, falta apresentar como essas características se impõem na formação dos territórios e como levam ao ímpeto impeditivo de formas sociais diferenciadas. Nesse sentido, considera-se fundamental a investigação do processo de consolidação do capitalismo e como ele se confunde com o processo de difusão da Civilização Industrial, conforme o exposto por Celso Furtado (1978), o que resulta na produção de um espaço social próprio ao capitalismo, que nos termos de Henry Lefebvre (1991) é designado como um *espaço abstrato*.

2.2. A noção de desenvolvimento e a busca pela superação da desigualdade

Na perspectiva que toma o desenvolvimento enquanto movimento de superação da desigualdade, podem-se verificar dois tipos de abordagens centrais: a primeira vincula o desenvolvimento como um projeto em etapas e a segunda, em uma perspectiva crítica, aponta para a construção de

modelos específicos de desenvolvimento, conforme os parâmetros sociais prevalecentes em uma determinada sociedade e as influências sistêmicas das relações capitalistas globais. Ressalta-se que o que une as duas abordagens é o seu fim: discute-se a distribuição da acumulação de capital e seus respectivos efeitos dentro do espaço estruturado pelo sistema capitalista. Pode-se dizer que se trata de um debate de método – de debate da estratégia a ser adotada para se conseguir um fim já determinado. Para isso, discutem-se as formas de inserção de uma sociedade na divisão do trabalho.

No âmbito das abordagens etapistas, encontramos as bases para seu surgimento nas formulações da economia neoclássica.

(...) os economistas neoclássicos criticaram a teoria do valor proposta por Ricardo, baseada nos custos da mão de obra. Afirmaram, no que tange à teoria do comércio internacional, que os custos comparativos não se limitariam aos custos do trabalho; os custos de outros fatores de produção, como o capital e a terra –, constituem também custos relativos no cálculo das vantagens comparativas entre países. Com esta nova formulação, as teorias neoclássicas do comércio internacional mantiveram a lei ricardiana das “vantagens comparativas” (CARDOSO, 1980, p. 19).

A lei ricardiana das vantagens comparativas qualificada pela modelo Heckscher–Ohlin procurava convencer a respeito de um equilíbrio econômico entre diferentes países, ou regiões, desde que se aproveitasse dos fatores de produção de acordo com os recursos disponíveis. Desse modo, o comércio levaria a uma relativa equalização da remuneração dos fatores entre os países ou regiões (CARDOSO, 1980). Isto é, o segredo para os países e ou regiões se desenvolverem estaria na exploração da especialização produtiva. É bastante claro que a concepção neoclássica não apresenta conteúdo crítico a respeito do modo social capitalista. Do mesmo modo, não coloca em debate as alternativas que não passem por esse modo de produção. Mais do que isso, Fernando Henrique Cardoso (1980), por exemplo, aponta que as formulações neoclássicas a respeito das vantagens comparativas suscitaram um debate mundial a respeito de como o comércio se tornava um instrumento para reduzir as desigualdades. Difundira-se um debate que tem como foco a desigualdade em uma perspectiva momentânea, qualificada como um desequilíbrio inerente às decisões tomadas em cada economia e que, para ser resolvido, o livre comércio internacional deveria ser explorado ao máximo, para, assim, se chegar a um equilíbrio entre as nações. O aspecto central nesse argumento é que algumas economias nacionais não possuiriam capacidade de organizar sua economia para a inserção no comércio internacional. Deste fator é que se geram os desequilíbrios, segundo o esquema das vantagens comparativas.

Contudo, elaborações, mesmo sustentadas pelo aparato de noções neoclássicas, como as de Wicksell (1950), Schumpeter (1982) e Keynes (1985) demonstram que os mecanismos de

funcionamento dos mercados podem levar a situações de desequilíbrio. A noção de equilíbrio e, de forma equiparada, também a de desequilíbrio, são bastante questionáveis, já que, diversos estudiosos, partindo por Marx, demonstram como as relações capitalistas estão longe de serem equilibradas, muito além disso, estão em constante transformação em decorrências de suas contradições e promovem discrepâncias perceptíveis através da história e da geografia. Contudo, nos importa raciocinar que o desequilíbrio mostrado por esses autores está relacionado com a percepção de discrepâncias espaciais em meio ao desenvolvimento dos mercados capitalistas. Nesse sentido, para os autores neoclássicos o debate em torno do desenvolvimento caminhou em uma percepção de que ele dependeria de um “bom comportamento” institucional de uma economia, fundamentado no receituário racional do progresso. Isto é, por meio de ações de estímulo ao livre mercado, com máxima exploração das vantagens comparativas entre economias especializadas, seria possível a aproximação de um equilíbrio desprovido de discrepâncias entre os espaços no capitalismo.

O expoente principal dessa elaboração em busca do equilíbrio entre as economias seria Walt Withman Rostow (1974). Na visão desse autor, o desenvolvimento caracterizava-se como um fenômeno linear e inexorável, organizado por fases. A primeira delas seria a sociedade tradicional, em que a ciência e a tecnologia ainda não despontaram em sua perspectiva moderna e a sociedade se organiza como na Europa feudal. A segunda fase seria aquela em que se desenvolvem as condições prévias, propícias para uma situação denominada “decolagem”, ou seja, uma fase de transição. A terceira, a própria “decolagem”, seria uma fase em que a ciência e o desenvolvimento tecnológico se convergem com os interesses políticos de um grupo social preparado para a modernização, que tem seu resultado nos processos de revoluções burguesas e a consolidação político-institucional deste grupo social. A quarta seria o caminho em favor da maturação social, o progresso continuado, com predominância do maquinário e da química no processo produtivo. E a quinta e última seria a sociedade de consumo, quando se estabelecem as características do consumo de massa (LIMA, 2007, MUSSET, 2009).

Sem dúvida a elaboração de Rostow (1974) é a expressão de um “caminho” positivista rumo ao progresso, que se realizaria em passos padronizados que precisariam ser dados pelos atores dos espaços considerados atrasados. Este seria o caminho rumo ao desenvolvimento. Trata-se de uma elaboração abstrata, de uma trajetória unidirecional com automatismo e previsibilidade. Como consequência não há espaço analítico para o entendimento sistêmico da situação de desigualdade entre as sociedades que compõem os mercados e, da mesma forma, não se abrem possibilidades

para análises de possíveis hierarquias, hegemonias e induções no caminhar do processo de reprodução das relações de mercado (BRANDÃO, 2009).

Como desdobramento político dessa elaboração, vislumbrou-se toda uma cartilha, uma espécie de receituário, para se chegar à eliminação dos entraves do desenvolvimento da sociedade. A superação do arcaísmo a favor do alcance da modernidade.

A elaboração de Rostow e toda a sua linha de desdobramentos foi criticada intensamente. Duas linhas de críticas podem ser destacadas. De um lado, no seio do próprio debate desenvolvimentista, aparecem as elaborações latino-americanas da Cepal, e, de outro, a geografia de Lacoste (1966). Os cepalinos, de um modo geral, apontavam que o subdesenvolvimento não se tratava de uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas um “modo específico de desenvolvimento” com características estruturais truncadas, tendente ao reforçamento de discrepâncias sociais (PAULA, 2006). Lacoste (1962), por sua vez, ao estudar a geografia do subdesenvolvimento, avança em uma tese de que essa noção de desenvolvimento, arquitetada por Rostow, representa um instrumento tomado por forças políticas a serviço de uma ideologia, que tinha como um de seus parâmetros de convencimento o modo de vida americano²⁴, ilustrado pelas metrópoles de *New York* e *Los Angeles* (MUSSET, 2009).

As elaborações de Rostow alimentaram um debate institucional acerca do acerto de políticas, “de fato”, eficientes para se alcançar o desenvolvimento de uma sociedade. Também ajudou a difundir uma interpretação errônea da história das sociedades periféricas, de modo que, a condição de subdesenvolvimento seria considerada um paralelo ao momento histórico europeu anterior às revoluções burguesas e à revolução industrial (LACOSTE, 1978).

Carlos Brandão (2009) amplia a crítica aos desdobramentos da obra de Rostow, ao apontar que a concepção etapista está presente nas visões apresentadas nos atuais planejamentos estratégicos regionais, territoriais, etc. Isto é, nestes planos tem-se buscado fazer o dimensionamento dos gargalos do desenvolvimento regional e enfrentá-los com estratégias de inserção mercadológica, considerando-se, aqui, as críticas postas pela Cepal e por Lacoste.

Assim, a visão da seqüência etapista e faseológica tem sua contraface que é a interpretação de que há obstáculos a superar; se as coisas não estão acontecendo como premeditado é porque há falhas e fricções. O ausentismo dos passos corretos da trajetória normal, no estágio correto. Daí a elaboração de uma listagem, um *check-list* do que falta, a mancolista, culpando os elementos (ainda ausentes) que impossibilitaram o seguir em frente natural, pré-estabelecido. Estes se apresentam enquanto gargalos, impedimentos, perturbações,

²⁴ *American way of life.*

fricções, constrangimentos, anomalias, falhas, imperfeições, empecilhos ou quaisquer distorções da realidade. Como se este se constituísse na situação de subdesenvolvimento uma mera defasagem temporal, e não uma estrutura original e singular. **Entendo que este é um ponto de partida destrutivo da apreensão da realidade capitalista periférica** (BRANDÃO, 2009, p. 157, destaque nosso).

Segundo Brandão (2009) haveria um embate entre duas visões distintas. Uma que defende a tendência automática de convergência para um equilíbrio “ótimo” dos mercados. E outra, que trabalha por demonstrar que existe uma diversidade estrutural em tudo aquilo que afeta a vida social, em que se exacerbam elementos de pluralidade e divergência. De modo geral, este embate é verdadeiro e adquire diversas vertentes, que se desdobram em estratégias políticas. Contudo, não se tem escapado de uma ideia central, qual seja, a superação das desigualdades. O plano de fundo do debate é o desejo de tornar o espaço social capitalista como um espaço com maior equidade, seja de forma sincera ou velada. Não se tem buscado, no âmbito deste debate, o encontro de alternativas ao modo de reprodução do capitalismo. Assim, o que se tem percebido é a concentração da adoção de estratégias para a defesa de ideologias nacionalistas ou regionalistas de desenvolvimento, e algumas outras escalas geográficas, mesmo no âmbito de pensamentos críticos ao sistema de (re)produção. O debate entre essas duas posições principais linhas de interpretação a respeito dos desdobramentos espaciais do capitalismo, que se expressam na discussão sobre o desenvolvimento, tem escondido a ocorrência do *diferencial*, ou seja, aquilo que escapa à ótica de acumulação própria à(s) sociedade(s) capitalista(s).

No campo dos debates acerca da superação das desigualdades no espaço social capitalista, diversas outras versões, críticas àquelas com fundamentos da economia neoclássica, foram elaboradas, com o intuito de fundamentar as estratégias de desenvolvimento de uma economia subdesenvolvida. Algumas dessas versões derivam das elaborações que rompem com o as explicações neoclássicas a respeito do processo de reprodução capitalista. Um dos casos mais expressivos, nesse sentido, diz respeito às elaborações de Gunnar Myrdal (1968; 1986). Myrdal, em meados da década de 1950, como ex-discípulo de Wicksell, rompe com a ortodoxia e elabora uma formulação crítico-liberal, que carrega consigo uma perspectiva estrutural sobre o subdesenvolvimento (CARDOSO, 1980). Preocupado com o caso dos negros americanos, Myrdal incorpora elementos políticos à análise de decisões econômicas. Isto é, o enfoque desse autor permite tratar uma decisão econômica como ponto de partida de uma modificação estrutural, que pode, por um lado, romper com um ciclo estrutural até então prevalecente, o que ele chama de “causação circular cumulativa”. Dessa forma, decisões econômicas, que têm como princípios decisões políticas, podem promover quebras estruturais em favor de algum outro ciclo estrutural.

A importância do enfoque de Myrdal deriva de que nos permite tratar uma decisão econômica como o ponto de partida de uma ação, cujo resultado final pode ser uma modificação de tipo estrutural. Em vez de dar ênfase ao aspecto *resposta* da decisão – o que implica imutabilidade da matriz estrutural – considera-se em primeiro plano sua força motora, ou capacidade de propagação. Do ponto de vista do estudo do desenvolvimento, essa mudança de enfoque tem grande alcance, pois as decisões passam a ser consideradas como ponto de partida de um processo irreversível, cujo estudo comparativo permitirá classificar as mesmas decisões (FURTADO, 2000, p. 118).

A proposição de Myrdal, conforme aponta Furtado (2000), rompe com a concepção neoclássica de equilíbrio e passa a construir uma abordagem em que as decisões políticas influenciam ou até mesmo determinam os caminhos do desenvolvimento de uma sociedade.

A concepção de equilíbrio dos mercados, atingido por meio de desentranhas ao comércio internacional é também trabalhada por Nurkse (1957). Este autor chama a atenção para uma característica estrutural do sistema capitalista e questiona o automatismo da Lei de Say. Em suas elaborações intenta em mostrar alguns pontos necessários para que se superasse a condição de subdesenvolvimento. Em sua crítica à elaboração de Rosenstein-Rodin (1943)²⁵, Nurkse (1957) destaca os seguintes aspectos: o primeiro trata de que apenas o aumento de produtividade pudesse gerar a expansão de um determinado mercado, de modo que, influxos monetários não produziram mais do que inflação e que a simples inserção no comércio internacional através da exportação de produtos especializados não resolveria o problema, aliás, estaria ligada à reprodução do círculo vicioso. O segundo propugna que não basta o aumento isolado de produtividade, mas o esforço por um encadeamento e complementaridade básica a ser produzida por investimentos em um complexo industrial. Por fim, o terceiro ponto resgata as elaborações de Schumpeter, relacionadas às ondas de atuação empresarial, como suporte sociológico-econômico ao primeiro impulso à quebra do ciclo da pobreza (FURTADO, 2000).

Não resta dúvida de que as elaborações de Nurkse contribuem para uma ideia muito difundida no debate a respeito do desenvolvimento, qual seja: a de que o desenvolvimento apenas se dá por meio da industrialização. Além disso, mostra que as economias devem seguir uma cartilha de “modernização”. Contudo, diverge da elaboração de Rostow, por exemplo, pois não considera esse caminho como algo automático e aponta diversas dificuldades para a ruptura do ciclo de pobreza que caracterizaria o subdesenvolvimento.

As reações em cadeia proporcionadas por decisões estratégicas foram, também, estudadas por Albert Hirschman, que se preocupou com as estratégias adotadas por agentes cujas decisões são

²⁵ Nurkse (1957) comenta artigo de Rosenstein Rodin (1943) sobre a industrialização do Leste e Sudeste europeus, que guarda uma crítica à tese de “oferta autossolvente”.

responsáveis pela formação de capital (FURTADO, 2000). Hirschman (1961) ressalta que as estratégias adotadas não são independentes do grau de desenvolvimento de uma sociedade. Ele distingue dois tipos de cadeias de reações promovidas por decisões de investimento: os efeitos de arrasto, ou efeitos para trás (*backward linkage*); e os efeitos para frente, ou efeitos de propulsão (*forward linkage*). O fundamento do primeiro efeito se relaciona com a hipótese de que toda atividade produtiva gera demanda por insumos, que vão desde força de trabalho e matérias primas até serviços de diferentes ordens. Inclusive, pode-se considerar a própria organização do espaço voltada à atividade produtiva em questão. Já o segundo efeito, fundamenta-se na hipótese de que uma atividade produtiva pode representar um insumo para outras.

Hirschman (1961) não diverge quanto ao entendimento de que o desenvolvimento está vinculado à industrialização, contudo, aponta em direção às possibilidades de inovação que uma economia pode guardar em contraponto à escassez de capital. Nessa mesma linha, conforme fora apontado por Fernando Henrique Cardoso (2000), podemos considerar que este autor é um defensor das iniciativas de planejamento e intervenção pública no funcionamento da economia. Neste último quesito, destaca-se sua defesa a respeito dos “equivalentes de soberania”. Isto é, para que uma economia regional de um determinado país possa atingir níveis de desenvolvimento mais elevados, ela deveria ser dotada de alguns elementos políticos inerentes à soberania. Estes elementos ganham, enquanto ação política planejada, a forma de certas “equivalências” que conferem autonomia à região por meio de programas e instituições regionais (HIRSCHMAN, 1961).

A partir da visão de Hirschman pode-se incrementar em complexidade o campo escalar de análise do desenvolvimento. A abordagem desse autor revela a preocupação com as desigualdades dentro de um país, ou seja, condições que revelam discrepâncias entre economias regionais. Contudo, o princípio não difere das abordagens em escala nacional, isto é, a noção de desigualdade permanece relacionada aos níveis de acumulação, principalmente, sob a forma de valores tecnológicos e industriais.

Outro autor, bastante lembrado nos debates a respeito do desenvolvimento, é François Perroux (1961; 1967), que exerceu grande influência na elaboração de políticas públicas desenvolvimentistas com sua teoria dos polos de crescimento. Na verdade, conforme alerta Milton Santos (2003), a influência prática exercida por essa formulação se deve mais a algumas de suas interpretações²⁶ do que às ideias do próprio Perroux. O polo de crescimento estaria relacionado a

²⁶ Como a de Boudeville (1973).

uma unidade econômica motriz, ou indústria motriz, ou ainda um complexo industrial caracterizado por seus efeitos de polarização (LIMA e SIMÕES, 2010). Nesse sentido, essa tese estimulou uma série de investimentos públicos com vistas ao reforço de algumas empresas em determinadas localizações, com o “intuito” de que houvesse um espriamento dos efeitos de desenvolvimento daquele determinado polo localizado²⁷.

Contudo, Furtado (2000) alerta para outro aspecto da elaboração de Perroux, que diz respeito à importância das decisões de alguns agentes frente à estruturação econômica. De acordo com Furtado,

Analisando a importância relativa de diferentes tipos de agentes, Perroux põe em evidência o fato de que as decisões não existem isoladamente, e sim são parte integrante de planos que ligam o presente ao passado e ao futuro. Tais planos, elaborados com base em um conhecimento limitado do comportamento de outros agentes, resultam ser total ou parcialmente incompatíveis uns com os outros, quando entram em fase de efetivação. Em face dessa situação, cada agente procurará mobilizar os meios ao seu alcance para atingir seus próprios objetivos, pondo assim em marcha fatores que condicionam o comportamento dos demais. De antemão, dificilmente um agente poderá saber até que ponto seu plano é incompatível com outros. Somente o desenrolar dos acontecimentos porá em evidência, *ex post*, a medida dessa incompatibilidade. Tampouco tem o agente consciência plena do fato de que, forçando a efetivação de seu plano, ele está limitando as possibilidades de efetivação de outros planos. Quando um agente – interessado ou não em um certo plano – está capacitado para prever e identificar *ex ante* as incompatibilidades entre planos concorrentes, e emprega formas de coação, pública ou privada, para tornar compatíveis ou concordantes os referidos planos, configura-se o caso de uma macrodecisão (FURTADO, 2000, pp. 119-120).

As macrodecisões podem ser tomadas pelo Estado ou por outra “unidade dominante” e se fundam em previsões globais a respeito do resultado final da cadeia de reações decorrente da decisão. Essa noção é importante, pois evidencia que na sociedade capitalista alguns agentes estão em lugar privilegiado na tomada de decisão. O que, na visão de Furtado (2000), faz do estudo do desenvolvimento e das desigualdades geradas nas sociedades, uma análise sobre o poder.

No campo das elaborações críticas sobre as condições de subdesenvolvimento dos países da periferia, destacam-se, também, as ideias de Paul Baran. A ideia central construída por Baran (1984) é a de que o excedente econômico teria um uso socialmente irracional nos países periféricos. O uso racional desse excedente solucionaria o problema alegado da escassez de capitais, conforme apontara outros autores, como Nurkse, por exemplo, e reforça a tese de que os investimentos estrangeiros mais agravam do que resolvem o problema. O mau uso do excedente estaria ligado à tendência ao consumismo de artigos supérfluos, ou consumo conspícuo, das classes altas em contraponto à realização de investimentos reais na base produtiva. Cardoso (1980) destaca

²⁷ Pelos menos é assim que se evidenciam os discursos.

um aspecto importante da formulação desse autor, que o próprio Baran, entretanto, não teria dado o devido peso. O fato que em países subdesenvolvidos se gasta parte pequena do excedente em investimentos industriais, haja vista que a aquisição de máquinas e patentes nos mercados externos consome a maior parte dos investimentos. De toda forma, conforme bem aponta Cardoso (1980), Baran apresenta uma formulação teórica que aceita o investimento como aspecto central do desenvolvimento. Sua presença teria um efeito “auto-gerador” e sua ausência seria “auto-estagnadora”, portanto, o uso irracional do excedente, não direcionado ao investimento é fator impeditivo do desenvolvimento. Assim, as forças políticas dos países periféricos deveriam ser direcionadas à inversão deste quadro. Isto é, a superação dos parâmetros de desigualdade, característicos de uma sociedade baseada em esforços que se orientam a partir de um tipo de acumulação vinculada ao funcionamento dos mercados, continuaria sendo o objetivo central. E, mesmo para um autor de bases teóricas marxistas-críticas, como Baran, que defende um tipo de planejamento de caráter socialista, a pauta de debate se constrói a partir de parâmetros que refletem interesses de mercado e a possibilidade de alguma outra forma de reprodução social, não baseada na busca pela acumulação sob os parâmetros mercantis, não é trazida à luz.

No ambiente latino-americano de estudos do desenvolvimento destacam-se os debates promovidos no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Em contraposição às ideias de caráter liberal-ortodoxo, a qual foi apresentada aqui como fundamento neoclássico, Raul Prebisch apresenta a ideia de que existe uma relação desigual entre as economias do centro dinâmico do mundo capitalista e aquelas de sua periferia. De maneira que, as relações entre centro e periferia tendem a alimentar uma dinâmica de reafirmação da condição de subdesenvolvimento periférico e alimentar o fosso existente entre desenvolvidos e subdesenvolvidos (CARDOSO, 1980). A tese liberal, de não regulação dos mercados, provocaria o reforço de distorções entre essas vertentes do mundo capitalista, já que os países centrais se apropriam da maior parte dos frutos do progresso técnico e assim se estabelece uma dinâmica de trocas desiguais com os países da periferia, o que é denominado “deterioração dos termos de troca” (BIELSTHOWSKY, 2000). Os elementos esclarecedores dessa discrepância, segundo Prebisch, são: *i*) a diferença entre a taxa de crescimento da produtividade na produção manufatureira (mais alta), própria do centro, e na produção de bens agrícolas (mais baixa), própria da periferia; *ii*) o fato de que o aumento da produtividade deveria ser transferido aos preços dos produtos industriais, que ficariam mais baratos; contudo, o ambiente político nos países industrializados seria mais favorável às pressões sindicais para manutenção dos salários e à organização em oligopólios, que defendem a taxa de lucro, de modo que os preços não declinariam na proporção do aumento de produtividade. Assim, a

fração industrializada do mundo estaria sempre em vantagem quando das relações de troca com a periferia. Assim, a periferia teria uma menor capacidade de acumulação, o que abre o debate acerca da necessidade de ações políticas para a promoção da acumulação e o consequente desenvolvimento (CARDOSO, 1980).

Claramente, percebe-se que o objetivo geral da estratégia de desenvolvimento que se deriva da elaboração de Prebisch e demais autores da Cepal é a industrialização. Para isso, elementos como a atração de capital estrangeiro, seja em termos financeiros para o financiamento de estruturas produtivas nacionais ou a facilitação para a instalação de plantas industriais de empresas e grupos empresariais estrangeiros e o investimento estatal²⁸, dado o cenário de baixa acumulação, se faziam justificáveis.

De fato, houve um processo de industrialização periférica e o caso Brasileiro talvez seja exemplar, com relação às condições em que esse movimento se realizou. Contudo, os elementos questionáveis, aqueles de desigualdade, que são o combustível para a discussão do desenvolvimento, não desapareceram. Os elementos do movimento histórico são notados pelos autores latino-americanos da Cepal, que, em meados da década de 1960, passam a tecer esforços para a interpretação e revisão de sua análise sobre o desenvolvimento (CARDOSO, 1980). Dentre os principais argumentos Cardoso (1980) destaca:

- o primeiro e principal diz respeito a que os investimentos estrangeiros deram-se [...] no setor de produção de bens de consumo durável fazendo que o ciclo de acumulação tivesse que completar-se à escala mundial;
- especificamente este processo, ele quer dizer que as economias periféricas industrializaram-se, porém o setor de produção de bens de capital (Departamento I na linguagem marxista) continuam a funcionar no Centro. Portanto, o dinamismo derivado das inversões no mercado interno propaga-se para o *centro*, a fim de completar o ciclo expansivo do capital;
- isto quer dizer que as economias centrais e periféricas são “interdependentes” mas através de uma assimetria específica que *repõe* a questão de uma possível deterioração dos termos de intercâmbio, se, nos setores industriais, houver diferenciais de salários e de produtividade reais entre Centro e Periferia (CARDOSO, 1980, pp. 50-51).

Cardoso (1980) continua a analisar a situação a que confere às economias periféricas industrializadas e ressalta um componente importante do debate acerca do desenvolvimento que é a dinâmica de interesses relacionada à expansão das relações capitalistas para a periferia de seu núcleo originário. Assim, ele destaca que haveria um dinamismo de características específicas, próprio do movimento de expansão do mundo capitalista em direção à periferia, o qual chama de

²⁸ Muitas vezes uma combinação desses fatores, como mostra Maria da Conceição Tavares (1999).

“desenvolvimento dependente e associado”. Contudo, este dinamismo seria parcial e reproduz os problemas de balança de pagamentos e de assimetria que estão relacionados às desigualdades em relação ao desenvolvimento de forças produtivas, taxas de lucro diferenciais e salários desiguais. Nesse sentido, a tese de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” deveria ser problematizada, assim como devem ser vistas com extrema crítica as hipóteses de expansão capitalista com efeitos similares aos que ocorreram nos países do centro.

Cardoso (1980) ainda explora outro elemento importante relacionado às formulações cepalinas: a conversão de suas elaborações em um conjunto de políticas favoráveis à industrialização.

Neste sentido, o pensamento da CEPAL gerou *ideologias* e motivou a ação, abrindo-se à prática política. Por isto mesmo, tornaram-se mais visíveis as debilidades de uma análise que aponta as causas da desigualdade, mas limita a crítica aos umbrais do tema, sem desvendar o conteúdo de classe da exploração econômica entre Centro e Periferia e na Periferia (CARDOSO, 1980, p. 54).

Outro expoente da escola cepalina é, sem dúvidas, Celso Furtado. Suas elaborações a respeito do desenvolvimento são centrais. Não resta dúvida de que o pensamento de Celso Furtado, apesar de estar alinhado ao que se coloca a respeito da Cepal, vai além e apresenta caráter crítico a respeito dos caminhos de desenvolvimento do capitalismo e de suas inerentes diferenças. De qualquer modo, o desenvolvimento para Furtado (2000) está relacionado a acumulação e a forma com a qual ela assume perante a sociedade. Conforme diz o próprio Furtado: “*Em síntese, consideraremos o desenvolvimento a partir da acumulação e admitiremos que esta última assume duas formas gerais: a) acumulação-incorporação de invenções, e b) acumulação-difusão de inovações*” (FURTADO, 2000, p. 138). Assim, a criatividade aplicada ao progresso técnico e sua incorporação e difusão social são elementos essenciais do desenvolvimento, enquanto processo.

Analiticamente, Furtado (2000) mostra que o progresso técnico faz parte de um ciclo que possibilita a acumulação²⁹. Os teóricos da Cepal, por outro lado, vislumbram a possibilidade do progresso técnico em uma economia nacional a partir da orientação de inversões por parte do Estado e de atração de capitais externos. Entretanto, o que mais importa para Furtado é que o progresso técnico constitui um processo de múltiplas dimensões que, se bem tenha como base de apoio a acumulação de capital, constitui ele mesmo a principal fonte dos recursos que se acumulam, assim como a razão de ser da continuidade a longo prazo da acumulação.

²⁹ Entende-se que a tese de que se faz necessária a acumulação para que o progresso técnico aconteça foi trabalhada também em Marx (1978) quando de sua explanação a respeito da acumulação primitiva de capital.

Desse modo, o progresso técnico configura o objetivo de uma sociedade que almeja desenvolver-se. Na medida em que avança o processo de desenvolvimento de uma sociedade, que refletiria sua capacidade de aplicar a criatividade em progresso técnico, a importância relativa de sua base de recursos naturais torna-se menor, por consequência, estaria menos sujeita às condições de dependência internacional e à deterioração dos termos de troca.

Não obstante, Furtado (2000) não completa sua análise sem maiores críticas e alerta para os interesses econômico-sociais que estão nas entranhas desse processo. Ainda de acordo com esse autor, seria um equívoco explicar o desenvolvimento estritamente pela acumulação, que, de certa forma, se desloca do desenvolvimento enquanto resultado de uma dinâmica social. Logo,

A acumulação é, acima de tudo, uma resposta à ação de forças que comandam o sistema econômico em função dos objetivos da vida social. Tais forças variam de uma sociedade a outra e são determinadas pelo nível de vida já alcançado pela coletividade, pelo regime político, pelo sistema de valores prevalecente, pelas responsabilidades internacionais que a coletividade ou seus dirigentes se atribuem, por formas de dominação externa etc. tratando-se de uma sociedade de economia capitalista, é mais ou menos evidente, entretanto, que entre os fatores sociais que condicionam diretamente o processo econômico, destaca-se como particularmente relevante o comportamento dos próprios agentes econômicos. Ora, esse comportamento está orientado para a defesa do nível de renda do agente em questão, ou seja, para preservação ou melhora de sua participação na renda social (FURTADO, 2000, p. 138).

Assim, Furtado não fecha os olhos às forças de determinação exercidas pelos agentes econômicos e muito menos para a sua escala de atuação. Os agentes econômicos, sejam locais ou internacionais, brigam pela orientação do processo de acumulação. Assim, a estratégia de orientação do processo acumulativo está sujeita aos interesses de agentes econômicos das mais variadas forças. Portanto, podem prevalecer as estratégias que não coincidem com o desenvolvimento de uma sociedade como a brasileira, por exemplo. A quebra de interesses externos, que se sobrepõem aos interesses de uma sociedade nacional, estaria vinculada às decisões político-sociais de construção de um território (enquanto Estado-nação) baseado em um estilo próprio de desenvolvimento. O que se trata de um desafio maior para países de industrialização dependente, como o Brasil, mais do que para países de desenvolvimento tardio, mas, do centro do mundo capitalista, a exemplo de Japão e Estados Unidos (FURTADO, 1978, 2000).

Outros autores, porém, elaboram uma crítica mais incisiva às desigualdades construídas no sistema capitalista, sendo essas apontadas como condição estrutural de sua reprodução. Os fundamentos para essa formulação crítica a respeito das desigualdades são encontrados em Marx (1971) em sua explanação a respeito das constantes alterações na composição orgânica do capital, causadas pelo progresso técnico, e pelo movimento de concorrência intercapitalista, bem como, a distribuição do excedente (FURTADO, 2000).

Com a elevação da produtividade, em consequência do avanço da técnica, aumenta também a quantidade de capital fixo em relação ao variável (alteração da composição orgânica do capital). Isso quer dizer que o produto físico tende a crescer mais do que o valor incorporado a ele (valor incorporado pelo trabalho humano). Contudo, essa dinâmica se apresenta de maneira diversa para cada capitalista, de modo que o capitalista que consegue incorporar novas técnicas pode reduzir o custo de produção e intensificar a acumulação, o que potencializa o aumento relativo de mais-valia que se converterá em elevação de sua taxa de lucro. Essa situação dura enquanto os demais capitalistas não incorporam as técnicas em questão ou às superam. Assim, fica claro que a penetração de novas técnicas se faz por meio de um movimento individual, o que resulta em que a massa de mais-valia se distribui desigualmente entre os capitalistas. A partir daí se cria um ambiente de constante disputa entre capitalistas, em que os mais fracos são eliminados e consolida-se uma tendência à concentração do capital sob o domínio de poucos (MARX, 1978, FURTADO, 2000). Nesse aspecto, pode-se observar que o princípio da geração de desigualdades é inerente à reprodução capitalista e claramente, essa dinâmica se constrói também quanto à produção dos territórios. Um dos fundamentos construídos por Marx (1971) que abre caminho para a crítica com relação às desigualdades entre territórios, inerente ao capitalismo, é sua formulação a respeito da tendência à queda da taxa de lucro.

Existe um amplo debate que cerca a questão da *tendência decrescente da taxa de lucros* (BELLUZZO, 1980; COGOY e SWEEZY, 1977; DOBB, 1978; BOVO, 1982), que se desenvolve com base nas formulações de Marx sobre a explicação das crises do capitalismo. Importa aqui, a vertente desse debate que discute se a tendência à queda da taxa de lucros está relacionada a uma contradição do sistema de produção – já que alinha aumento das taxas de mais-valia com maior dificuldade de realização do capital (BELLUZZO, 1980) – e, destaca também, as possibilidades existentes de fuga para frente do capital – migração territorial de frações do aparelho produtivo – como forma de superação conjuntural das questões que consolidam tal tendência³⁰, o que frequentemente é chamado de contratendências.

Tendo aumentado a massa de trabalhadores empregados (em algum momento, em determinado lugar) e concentrado o capital em poder de poucos, estabelece-se uma tendência à queda da taxa, mesmo que o aumento da quantidade absoluta de lucros nas mãos dos capitalistas seja crescente,

³⁰ São muitas as vertentes desse debate. Variam desde defesas em favor da revisão da importância dessa tendência na obra de Marx, à interpretação com relação aos seus efeitos ou causas práticas, o que não se encontra, diretamente, no escopo de reflexões deste trabalho. Para uma introdução neste debate, considera-se, aqui, o trabalho de Bovo (1982) um bom caminho.

em decorrência da tensão que há por aumento da taxa de mais-valia, inerente à corrente prática do capitalista em procurar incorporar o progresso técnico ao processo produtivo. Busca-se, por consequência, o aumento de produtividade, o que gera, também, a elevação da composição orgânica do capital. No entanto, a tendência ao declínio da taxa de lucro gera em potencial, de modo cíclico, crises nas formas de reprodução do sistema. Isso projeta o constante movimento capitalista na busca por driblar o potencial de queda da taxa de lucros (COGOY e SWEEZY, 1977). Em certos momentos, as crises se estabelecem de modo mais efetivo, o que geralmente provoca esforços conjunturais em favor de ajustes que forcem a baixa dos salários e reforço da concentração através da eliminação dos capitais marginais (FURTADO, 2000). Mas, esses ajustes não eliminam a tendência de longo prazo, o que foi verificado por Marx, pois promove o aparecimento de outros movimentos de ajuste para correção dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro. A exportação de capitais, particularmente, para as colônias, até meados do Século XX, seria uma das opções, ideia que fora mostrada por John Stuart Mill (1996) e qualificada por Lênin (1974)³¹ em sua tese sobre o imperialismo. Opção que estaria alinhada com uma maior exploração da força de trabalho nos países periféricos do sistema que, nas palavras de Lênin

as consequências progressistas do capitalismo, pelo contrário, não se notam ali (nas colônias, apesar da infiltração do capital estrangeiro). Onde o imperialismo dominante necessita nas colônias um apoio social, une-se, antes de mais nada, com as classes dominante do antigo sistema pré-capitalista, os feudais da burguesia comercial e usurária, contra a maioria do povo (LENIN, 1920, p. 12, *apud* CARDOSO, 1980, p. 22).

Apresenta-se aí um dos elementos importantes do caminho de entrada da periferia no circuito de valorização do capital. Lênin (1974) cita os “feudais” da burguesia comercial e usurária, tendo como base o caminho percorrido pela Europa até que se consolidassem as relações capitalistas. O mais interessante foi verificar que existe uma consonância entre os interesses dos grandes capitalistas internacionais e as forças políticas locais, algo que, baseado na abordagem de Lênin, foi alvo do estudo do desenvolvimento efetuado pela Cepal (CARDOSO, 1980). Assim, a estratégia de caminhada para frente do capital não se fazia totalmente descolada de alguns interesses localizados na periferia.

Outros autores, críticos à discussão do desenvolvimento no Brasil, em meados da década de 1970, modificaram a escala geográfica de problematização e defendem um debate em torno das desigualdades no âmbito interno de um país da periferia. O modelo de desenvolvimento adotado é que seria problemático (OLIVEIRA, 1977; CARDOSO, 1980). Pinto (1968) explora o que chama

³¹ Primeira publicação em 1917.

de “heterogeneidade estrutural” dos países latino-americanos, que resultaria de um modelo de desenvolvimento baseado em polos de modernização (como defendido por algumas interpretações de Perreoux) e uma conseqüente marginalização social causada pela “tríplice concentração dos frutos do progresso técnico”. Tríplice, pois ela ocorreria nos níveis: social; dos “estratos” econômicos; e no nível regional. Assim, o modelo de desenvolvimento adotado pelos países latino-americanos, influenciado pelo debate mais difundido, teria consolidado um estilo que não prevê a força de espraiamento das benesses dos investimentos realizados e do crescimento econômico. Seria um “estilo maligno”, concentrador e excludente (SACHS, 1969; CARDOSO, 1980).

As abordagens até agora verificadas, entretanto, não escapam ao aspecto que fora bem abordado por Yves Lacoste (1974): o de que o entendimento da situação de subdesenvolvimento implica a necessidade de que socialmente exista uma ação comparativa entre territórios “diferentes” e em escalas diferentes. Lacoste acentuava, conforme aponta Musset (2009), que a concepção de subdesenvolvimento se trata de uma noção mal definida, que carrega consigo mais do que uma avaliação, mas a absorção de uma hierarquização de territórios “pelo viés de uma comparação fundada sobre o postulado de uma evolução comum das sociedades em direção a um *optimum* teórico” (LACOSTE, 1978, p. 5). Nesse sentido, o avanço dos meios de comunicação ajudaram à difusão de uma certa “tomada de consciência” da situação de subdesenvolvimento por parte das populações pobres do mundo, pois às permitiu se comparar com as nações do centro do mundo capitalista. De certa forma, o acesso ao consumo dos meios de comunicação, dentre os quais, durante bom tempo, destaca-se a televisão, que exerce estímulo por um maior consumo por parte das populações pobres, com base no que ocorrera nos países centrais. Assim, alimentaram-se os estímulos à autoclassificação da condição de subdesenvolvido.

A globalização tornava-se assim o instrumento da percepção de um mundo dividido em partes desiguais em função do acesso, pelas populações concernidas, a bens fundamentais (ou a recursos) cuja lista não era claramente definida (MUSSET, 2009, p. 88).

O desenvolvimento, como processo a ser buscado, mais parece como um caminho ideologicamente construído frente a gama de possibilidades. Passa a ser um caminho ideológico e não uma “verdade” absoluta a ser buscada. E mais do que isso, uma “verdade” que é socialmente construída, através da ação de diversos agentes que se beneficiam das condições sociais predominantes e da produção de uma ótica de diferenciação que leva à comparação. Comparação induzida e indutora, como resultado de um sistema de estímulos de consciência.

Nos últimos anos, dadas as alterações das formas de reprodução do sistema capitalista, o que autores como Fiori (1999) consideram uma nova onda liberal, o mundo tem se caracterizado pela

velocidade dos processos econômicos devido às facilidades oferecidas pelos avanços das técnicas de comunicação (compressão tempo-espaço) (SANTOS, 1996), o que tem levado ao esforço teórico para fazer uma inserção adequada no debate sobre o desenvolvimento, que ainda persiste. Muito do debate contemporâneo encontra fundamentos nas elaborações até agora apresentadas. Contudo, é possível perceber que, pelo menos nos circuitos mais próximos do ambiente público, incluindo a elaboração de diretrizes para a atuação do Estado, a perspectiva ainda se concentra nas possibilidades de reposicionamento no *ranking* da acumulação capitalista. Ou, em várias circunstâncias, reforça o planejamento como uma estratégia de desenvolvimento proposta pelas forças capitalistas. Enfim, a concorrência comparativa tem sido a tônica das formulações teóricas do desenvolvimento, mesmo entre as formulações críticas, bem como, da ação dos Estados e de grandes parcelas das sociedades.

Brandão (2009), por exemplo, apresenta uma posição crítica e consistente a respeito do aspecto territorial do desenvolvimento. Ele considera que a concorrência capitalista, com todas as suas características de rivalidades e extrema competição, deve estar no centro do entendimento do sistema em si. Aponta que o mundo vive um momento claro de hipercoerção concorrencial, que submete as diversas expressões capitalistas a um processo de constante enfrentamento, “que são pressionados à utilização de todas as armas competitivas, muitas vezes as não muito lícitas ou as consideradas ultrapassadas (que poderiam ser vistas como acumulação primitiva)” (BRANDÃO, 2009, p. 163). Essa dinâmica, que promove uma intensa reformulação das condições de reprodução capitalista, também foi abordada por outros autores, como Rosdolsky (1978), Rubin (1980) e David Harvey (1982). Ainda segundo Brandão:

As leituras do movimento da acumulação de capital como uma revolução em processo, que revolucionariza endógena e constantemente suas bases, apresentando-se como um ser cego, auto-expansivo, **que homogeneiza e hierarquiza relações e heterogeneiza estruturas e mercadeja tudo**, mas, ao mesmo tempo, dispõe de renovados instrumentos (inovacionais, financeiros etc.) para crescentemente se auto-transformar e ser mais sensível às diferenciações e heterogeneidades que lhe possam trazer vantagens distintas extraordinárias são [...] fundamentais para se fugir, seja das concepções de estruturas carentes de sujeitos, seja das análises de sujeitos apartados de estruturas – desafio permanente das ciências sociais (BRANDÃO, 2009, p. 164, destaque nosso).

Brandão defende que o desenvolvimento deve ser estudado em sua dimensão territorial e que para isso se deve estar atento às questões do poder, das hierarquias e das hegemônias. Em sua concepção, a visão neoliberal, que ganhou corpo nas últimas três décadas, levou ao negligenciamento das relações de poder e a afirmação de alguns “consensos teóricos” e analíticos próprios dessa linha de pensamento, que se baseia na comparação entre territórios (BRANDÃO, 2009). Portanto, existem esforços para produção do território baseados em uma comparativa,

estimulada e alimentada por estratégias de desenvolvimento, que vão, de um lado, desde a inserção no comércio internacional, sob a ótica liberal das vantagens comparativas, até, de outro lado, ao estímulo à incorporação do progresso técnico, principalmente através do consumo.

Brandão (2009) defende que, para um olhar atento aos movimentos de produção do território, a categoria fundamental de análise seria a *divisão social do trabalho*, pois, tal categoria permeia a totalidade dos processos socioespaciais, em suas diferentes escalas, como proposto por Doreen Massey (1995). Para Brandão,

Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações *intra* e *inter* qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processam e manifestam a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior (BRANDÃO, 2009, p. 166).

De fato, a categoria da divisão social do trabalho, ou *divisão socioespacial do trabalho*, para incorporarmos o conteúdo espacial necessário à sua análise (MASSEY, 1995), nos permite um olhar mais crítico a respeito da questão do desenvolvimento. Nesse aspecto, torna-se possível uma análise mais vigorosa das conexões entre desenvolvimento e subdesenvolvimento - entre as diferenciações construídas no espaço social (abstrato) capitalista. Mais que isso, essa categoria de análise permite a aproximação de outra situação: aquela em que as diferenciações são construídas por um processo socioespacial específico, que trata das relações de reprodução do capitalismo. A noção de desenvolvimento, dentro daquilo que já fora apresentado aqui, é central nesse campo, pois fornece o estímulo essencial ao movimento (potencial) da divisão socioespacial do trabalho. Permite verificar, conforme afirma Brandão (2009), as hierarquias e as possibilidades de ascensão hierárquica neste quadro de diferenciações. Portanto, desenvolver, no final das contas, significaria estabelecer-se em melhor posição dentro de um movimento de reconfiguração da divisão socioespacial do trabalho, dentro do espaço abstrato das relações espaciais capitalistas. Esse elemento permeia todo o debate do desenvolvimento.

Assim, o que tem sido discutido são as formas e estratégias de se fazer. Algumas retratam a motivação política de manutenção velada do *status quo* social. Outras procuram, através de uma visão crítica, modificar a estrutura do espaço abstrato em benefício próprio, tendo por fundamento um pensamento territorializado. As escalas desses processos são diversas e refletem o caráter de reprodução competitiva do sistema capitalista. Como se verificou, o processo se alimenta da dinâmica de concorrência capitalista, reflexo dos dispositivos de poder relacionados às decisões estratégicas dos capitalistas, que se reproduzem e produzem territórios.

Dentro desse emaranhado multiescalar, a discussão de estratégias territorializadas tem sido uma tônica interessante para aqueles que se aproximam de uma visão crítica da divisão socioespacial do trabalho. Conforme o momento histórico de reprodução do capitalismo, esse debate tem sido focado em um conjunto escalar diferente e tem ganhado complexidade. Durante período, o qual, baseando-se na elaboração de Polanyi (1980)³², pode-se chamar de “a primeira onda mundializada de pensamento liberal”, cujo marco temporal corresponde ao período entre a metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, o debate do desenvolvimento se fixava na escala em que se discutia a modernização das periferias do mundo capitalista, incorporadas na figura das colônias, com o despontar da figura do *Estado Nacional*. Nas últimas quatro décadas, entretanto, o debate sobre desenvolvimento passa por um processo de ampliação/redimensionamento escalar, cuja amplitude envolve o local e o global, às vezes simultaneamente, em dinâmicas multiescalares da competição capitalista. Brandão (2009), por exemplo, defende que a discussão de “estratégias territorializadas de desenvolvimento” requer a escolha da “*escala adequada para a definição de determinado campo onde os problemas são mais bem visualizados e as decisões sobre como enfrentá-los*” (BRANDÃO, 2009, p. 178), o que permitiria verificar em que nível de governo ou instância de poder se tomará as decisões e como serão instrumentalizadas sob um prisma específico de observação. Em outras palavras, o que ele defende é a produção de estratégias multiescalares de desenvolvimento, instrumentalizadas pelos mecanismos institucionais do Estado. Esse olhar analítico, e sugestivo de uma estratégia de superação das relações que levam à caracterização da diferença entre territórios, direciona a outra noção construída no ambiente crítico do pensamento do desenvolvimento capitalista, qual seja: a de desenvolvimento desigual e combinado. A noção de *desenvolvimento desigual* teria sido primeiramente trabalhada por Lênin (1982)³³, que examinara o processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia do Século XIX na perspectiva das desigualdades socioeconômicas (THEIS, 2009). Mas, foi Leon Trotsky quem teria desdobrado uma formulação mais rica em termos teóricos com relação ao que veio chamar de *desenvolvimento desigual e combinado* (LOWY, 1995; THEIS, 2009).

Trotsky (1967)³⁴ em seu livro *História da Revolução Russa* apresenta uma formulação a respeito do desenvolvimento desigual e combinado com pretensões de alcance universal. No interior desta elaboração a noção de totalidade apresenta características fundamentais. Esta seria uma diferença

³² Primeira publicação em 1944.

³³ Primeira publicação em 1899.

³⁴ Primeira publicação em 1930.

central da formulação de Trotsky com relação às formulações marxistas das primeira e segunda internacional comunista. Para Trotsky, o capitalismo se consolida como um sistema de produção que liga os países em um só organismo econômico e político. Assim, o capitalismo, em sua ascensão, teria se tornado um sistema mundial, uma totalidade concreta e contraditória que rege, qualitativamente, as relações sociais sob os seus princípios de racionalidade. O Capitalismo teria preparado e realizado a universalidade do desenvolvimento futuro da humanidade. De modo que, o desenvolvimento das diversas nações que conformam o espaço capitalista está sujeito aos parâmetros e desdobramentos históricos deste modo de produção global. Mas, isso não significa uma homogeneização da forma de desenvolvimento. Ao contrário, esse movimento de totalização impõe ao mundo a hegemonia de seus parâmetros contemporâneos, ao que cada nação “atrasada”, para utilizar os termos de Trotsky³⁵, seria compelida a adotar os traços avançados dessa civilização, promovendo um salto com relação às etapas intermediárias verificadas na história do desenvolvimento capitalista na Europa. Desse modo, o desenvolvimento de uma nação “atrasada” leva, necessariamente, a um arranjo original que espelha as suas diversidades (LOWY, 1995).

Trata-se realmente, conforme aponta Lowy (1995), de uma perspectiva mais complexa que engloba as dimensões cultural, política e técnica-econômica dos movimentos histórico-geográficos do desenvolvimento capitalista na periferia, que permite a Trotsky escapar das interpretações meramente evolucionistas (etapistas). Ao contrário, sua elaboração segue em outra direção: a de um raciocínio dialético de análise das “fusões contraditórias” produtoras de território, conforme as características de cada uma dessas “nações atrasadas”. Inerente a esse processo está o que Trotsky chama de “desigualdade de ritmo”, que se manifesta como uma lei geral do processo histórico. Isto é, sob a coerção de “necessidades exteriores” é que as “sociedades atrasadas” tomam “consciência” de seu atraso e são constringidas a realizar saltos que às levam a se organizar, mesmo conservando suas características culturais e estruturais próprias, de modo que se inserem nos mecanismos de reprodução do capital. Fala-se em saltos, pois o percurso histórico traçado pelas sociedades capitalistas europeias, sob o ponto de vista do desenvolvimento da técnica, da cultura e das instituições não representa a realidade histórica dos territórios periféricos e essas sociedades passam a fazer parte de um espaço capitalista global/moderno, que às envolvem em seu projeto de totalidade (LOWY, 1995).

Da diversidade de ritmos resulta a combinação entre o arcaico e o moderno. Não como uma convivência harmônica e independente, mas como uma convivência inter-relacionada, uma

³⁵ Poderíamos utilizar outros termos como nações dependentes, subdesenvolvidas ou periféricas.

combinação que permite a sustentação e difusão da racionalidade capitalista. Assim, o desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, mais tem a ver com o processo de difusão das formas sociais capitalistas, em articulação agressiva com o espaço de outros modos sociais previamente existentes nas sociedades periféricas. Esse processo teria efeitos claros para as sociedades recém-inseridas nesse espaço capitalista.

Uma das consequências do desenvolvimento desigual é aquilo que poderíamos chamar o privilégio dos retardatários: aqueles que chegam mais tarde, os marginais, os periféricos, os “atrasados” do ponto de vista de uma evolução histórica determinada — econômica, social ou cultural — podem tornar-se precisamente a vanguarda da transformação seguinte (LOWY, 1995, p. 78).

Trotsky trabalha uma perspectiva revolucionária em sua teoria, na medida em que sugere que as condições mais férteis para uma ruptura com o projeto de totalidade proposto pelo capitalismo estão nas sociedades que o aderiram tardiamente. Trotsky utiliza o caso da Revolução Francesa, que vingou em uma sociedade em que a Reforma Protestante não havia obtido sucesso e que a igreja católica havia permanecido hegemônica até o Século XVIII, mas que foi a primeira a revelar uma revolução não religiosa, realizada sob os princípios da democracia moderna. Desse modo, a França teria dado “um salto sob a Reforma”. Da mesma forma, a Rússia, no início do Século XX, teria dado um salto sobre a revolução democrático-burguesa (LOWY, 1995). Esta hipótese implica, é claro, numa ruptura metodológica com o economicismo tão profundamente enraizado no marxismo “ortodoxo” (tanto o da Segunda como o da Terceira Internacional). “[...] *Pode-se ver aqui o ponto preciso onde a teoria se dissocia do euro-centrismo, aceitando a possibilidade de que os países periféricos sejam a vanguarda do movimento histórico*” (LOWY, 1995, p. 78).

Lowy (1995) afirma que já em meados da década de 1990 muitos trabalhos continuam a ser inspirados pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Um exemplo seria McAllister (1991; 1994) que analisa como se faz a combinação entre formas tradicionais de economia do Negeri Selimban na Malásia e as novas relações impostas pelo capitalismo. Nesse caso específico do trabalho de McAllister, citado por Lowy, chama atenção a existência de uma dinâmica em que “mulheres tentam combinar a sua participação no regime assalariado moderno com formas de resistência ‘tradicionalista’ ao desenvolvimento do capitalismo que subverte o sistema matrilinear tradicional” (LOWY, 1995, p. 80). Evidencia-se, assim, uma relação conflituosa e contraditória representada pela adaptação ao regime assalariado - mais “racional” - e a resistência às relações próprias do capital, mantendo viva a tradição do sistema matrilinear. No entanto, a relação de trabalho assalariado, pretensiosamente “racional”, precisaria subverter as relações tradicionais,

tornando-as reflexas de uma tradição arcaica. Este impacto do desenvolvimento das relações capitalistas é tão intenso que uma das estratégias do “subversivo” é a combinação, o que, de certo modo, é também estratégia das próprias relações capitalistas. Na verdade, torna-se pertinente ao envolvimento dessas sociedades “arcaicas” pelo circuito do capital que algumas de suas relações originárias sejam integradas. Do mesmo modo, conforme aponta José de Souza Martins (1986), outras relações não necessariamente capitalistas podem ser produzidas no âmbito do circuito de reprodução do valor no capitalismo, o que este autor denomina de “*produção capitalista de relações não capitalistas*”.

Essa forma complexa de reprodução das relações capitalistas, claramente, produz, também, uma complexidade de espaços que compõem sua totalidade espacial própria. Essa totalidade do espaço capitalista, de combinações entre diferentes níveis de incorporação de suas relações e discrepâncias entre os territórios produzidos, alimenta o debate a respeito da noção de desenvolvimento.

Com menor tom revolucionário do que o apresentado pela formulação de Trotsky e sem tanta ênfase nas possibilidades criadas pelo movimento desigual e combinado do capital, alguns autores têm trabalhado com a noção de *desenvolvimento geográfico desigual* (SMITH, 1988, SOJA, 1993, HARVEY, 2006), por meio da qual tem se mostrado algumas das contradições da espacialidade capitalista. O que é que se torna geograficamente diferenciado? A lista começa pelas taxas de lucro, parâmetro crucial, mas inclui também a composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, os índices salariais, o custo dos materiais necessários à reprodução da força de trabalho, os níveis de tecnologia e mecanização, a organização do trabalho e a incidência da luta de classes. Esses diferenciais são mantidos através de distribuição geográfica e setorialmente desiguais dos investimentos de capital e da infraestrutura social, da concentração localizada de centros de controle da mão-de-obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relações capitalistas e não-capitalistas de produção. Todas elas fazem parte da espacialização complexa e distintiva que tem marcado o desenvolvimento histórico do capitalismo desde sua origem, como afirmou Edward Soja (1993).

Para Soja (1993) a própria atividade normal dos capitalistas, em sua busca por lucros, baseia-se nas desigualdades espaciais, como condição da sobrevivência contínua de sua atividade. Trata-se de uma questão bem explicada por Harvey (1982, 2006), que destaca que tudo o que se passa nos locais de trabalho, no processo de produção e no de consumo faz parte do processo amplo de acumulação e circulação de capital. Nesse sentido, as mercadorias, em geral, perpassam por

divisões do trabalho, mas também por preceitos que são difundidos por interpelações que representam a ideologias do capitalismo³⁶. No entanto, é importante saber que essas mercadorias e processos são elementos constitutivos do espaço capitalista. As relações cotidianas guardam um processo de competição territorial em busca de melhores taxas de lucro e acumulação, o que é aspecto central na produção do desenvolvimento geográfico desigual. Nesses termos, Neil Smith (1988) destaca a relação entre o desenvolvimento tecnológico e a competição: a tecnologia seria tanto o “veículo para a expansão do capital” como o elemento impulsionador desse movimento. Já a dinâmica competitiva representa o “fluxo social” de generalização da necessidade de inovação tecnológica pela sociedade. Nesse sentido, também há a geração de desigualdades, uma vez que a implantação de novas tecnologias em determinados territórios leva ao florescimento de novos processos acumulativos, que geram novas dinâmicas de competição e, por conseguinte, novas desigualdades geográficas (HARVEY, 1982; 2006).

Com o tempo, a competição intercapitalista promove realocações das atividades econômicas em direção a regiões mais vantajosas, isto é, mais lucrativas, para formas específicas de produção de mercadorias. De fato, a competição intercapitalista reconfigura permanentemente o território. Espaços urbanos são privilegiados por concentrarem funções de comando e controle, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e finanças, tornando-se particularmente atrativos para certos capitais e formas de produção – o que pode induzir a formação de economias de aglomeração. Se a competição entre regiões e mesmo entre outras unidades territoriais impulsiona a dinâmica capitalista, a emergência de regiões bem sucedidas e centros de acumulação de capital altamente competitivos pode afetar diretamente a situação global. Logo, quando uma dada região se torna a mais dinâmica e bem-sucedida na produção de certo bem, passa a ser referência para o mundo em termos de custos, condições de trabalho, padrão tecnológico, organização sindical etc. (THEIS, 2009).

Para os autores que tem trabalhado com a noção de desenvolvimento geográfico desigual, a referida desigualdade é ao mesmo tempo produto e premissa da espacialidade capitalista. O contraste entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, em suas diversas escalas, seja na continental, ou mesmo intraurbana, claramente pode ser analisado enquanto resultado da dinâmica capitalista. Mas, ao mesmo tempo, conforme aponta Smith (1988) este contraste é também premissa, pois o espaço não desenvolvido funciona como uma reserva para o potencial de expansão das atividades capitalistas. Sendo assim, forças sociais dos espaços onde se estabelece o objetivo

³⁶ Para um debate acerca das ideologias no capitalismo ver: Therborn (1991), Eagleton (1997) e Lowy (1993).

desenvolvimentista se empenham em tirar vantagem desse potencial socialmente construído. Como consequência da própria atividade capitalista, o desenho de estratégias contrárias à dinâmica do “desenvolvimento geograficamente desigual”, com o propósito de superação das discrepâncias, das diferenças, se faz “natural” e realça a existência de um movimento de tensão entre territórios, competem entre si.

O essencial do trabalho desenvolvido em torno do desenvolvimento geográfico desigual é que o espaço não deve ser tratado como um mero receptáculo das relações sociais, mas como um produto, como algo produzido por relações sociais. Trata-se de um produto peculiar, pois guarda as suas próprias condições de reprodução, bem como suas contradições. Assim, o desenvolvimento geográfico desigual promove um movimento relacional da espacialidade capitalista (HARVEY, 2006). A diferença, transformada ideologicamente em desigualdade, faz com que as sociedades se moldem por meio de estratégias de poder que se desenvolvem em, pelo menos, dois níveis: a superação da desigualdade enquanto território estrategicamente articulado; e a consolidação do modo social capitalista como fundamento ideológico para a superação da desigualdade.

A discussão em torno da noção de desenvolvimento geográfico desigual está centrada na reflexão a respeito da produção da desigualdade inerente ao espaço capitalista, que está vinculada, essencialmente, à produção de territórios. O conceito de territorialismo, por sua vez, incorpora o conteúdo ideológico e estratégico dos mecanismos de poder presentes nas sociedades do espaço capitalista. Nesse sentido, estudar as diferenças próprias a este espaço, envolve estudar o seu desenvolvimento geográfico desigual e também suas combinações, que podem ser observadas em termos da divisão espacial do trabalho, das combinações entre “arcaico” e “moderno” e a conformação ideológica que leva à produção do espaço. Para se efetivarem tais combinações, a construção de um saber, em que a noção de *estratégia* é o elemento central, se faz fundamental, para que os territórios produzidos como periféricos incorporem socialmente o desejo pelo acesso às “benesses” do capitalismo. Nesse aspecto a produção da geografia desigual do capitalismo está relacionada à incorporação social de um “saber” hegemônico. Quer dizer, o debate em torno das possibilidades de superação da desigualdade estimula a produção de territórios, pois consolida o saber social capitalista ao tratar a formulação de estratégias de desenvolvimento como elemento socialmente central. Nessa mesma medida são negligenciados os debates em torno de situações alternativas, ou seja, que não se enquadram nos termos da integração ao modo social capitalista. No debate sobre o desenvolvimento, as situações sociais alternativas são pensadas em perspectiva de adaptação ou integração, não em perspectiva de ruptura. Torna-se pretensamente único o ponto de vista de produção do território, com base na ideia do desenvolvimento. O que equivale a dizer que

o território apenas faria sentido em sua dimensão de integração ao circuito competitivo capitalista, mesmo em seus aspectos culturais e políticos.

A ideia de desenvolvimento traz consigo a pretensa de homogeneização da forma de produção do espaço, em um sentido ideológico, como uma verdade absoluta. O território, nesse aspecto, deve ser o reflexo de uma estratégia – da estratégia capitalista. O que estiver para além desse foco, ideias ou relações, não possui sentido. Não é racional. Logo, a produção do território nesses termos, sob a égide do debate desenvolvimentista é amplamente territorialista.

A produção de território vinculada às práticas desenvolvimentistas se trata de uma forma peculiar do *territorialismo*, corresponde a uma forma baseada na disseminação da racionalidade moderna do capitalismo, que por sua vez considera, dentro de seu quadro lógico, outras formas de reprodução social como irracionais. Nesse aspecto, o territorialismo pode se efetivar em dois sentidos: primeiro, os territórios produzidos a partir da modernização capitalista podem se sobrepor a outras territorialidades previamente existentes, por exemplo, o caso estudado por McAlister (1991) das sociedades matriarcais na Malásia, ou o caso das sociedades indígenas estudadas por Martins (1993); segundo, pode acontecer em sociedades em que a produção de territorialidades capitalistas já está consolidada, como nas cidades ocidentais contemporâneas, nesse caso, o territorialismo acontece pela subversão de potenciais “espaços diferenciais”³⁷, em que as práticas que corroboram para a produção de territorialidades alternativas são combatidas por instrumentos da territorialidade formal capitalista. Nesse sentido, pode ser destacado o aparelhamento jurídico de ordenamento territorial e de legitimação das forças de mercado na produção física da cidade, os aparelhos de repressão estatais (polícias e forças de segurança) e, até mesmo, os estatutos formais de pedagogia, que intentam na naturalização do saber instrumental do capitalismo. Todo esse instrumental serve ao combate de iniciativas de contestação, como: as ocupações de terrenos urbanos vazios, organizadas por movimentos sociais – terrenos que são protegidos pelo “direito” à propriedade privada; o movimento de gentrificação, que expulsa famílias de baixa renda para áreas periféricas da cidade e que, portanto, são impedidas de produzir livremente a sua territorialidade cidadã; a criminalização de atividades informais no circuito de circulação de mercadorias; e o fechamento das favelas enquanto territórios-zona alvo de políticas públicas de “urbanização” e formalização de

³⁷ Expressão utilizada por Lefebvre (1991) para designar espaços em que, em meio ao espaço social capitalista, surgem como forma de contestação e se afirmam como formas diferenciais de reprodução social. Nesse sentido, produzem seus próprios territórios. De fato, são realidades complexas, pois nem sempre a ruptura se torna completa. Além disto, tais “espaços diferenciais” surgem das próprias contradições da reprodução capitalista, o que empreende um caráter ainda mais complexo à sua análise.

relações. O que há de comum nesses dois sentidos de territorialismo é que ambos são formalmente justificados pela necessidade de fomento à competitividade territorial, pois apenas dessa forma seria possível se desenvolver³⁸ dentro dos parâmetros da racionalidade capitalista. Assim, indica-se a expressão “*territorialismo competitivo*” como síntese explicativa dessa dinâmica de produção do território própria da reprodução capitalista e seu efeito impeditivo sobre outras territorialidades possíveis.

2.3. Desenvolvimento, territorialismo e relações de poder

Torna-se coerente abordar, de maneira menos superficial, como as relações de poder se fazem presentes nos debates do desenvolvimento, que alimenta a uma forma específica de produção territorial, denominado territorialismo competitivo.

Como apresentado no capítulo anterior, parte-se da noção de poder baseada nas elaborações de Michel Foucault. O interessante, dessa elaboração é que o *poder* afasta-se de um enfoque centrado nas relações de dominação, vinculadas à intervenção violenta, voltando-se para suas sutilezas, balizado em um sistema de saber-fazer. Isto é, o poder está mais relacionado à produção de uma “verdade” socialmente aceita, ainda que existam movimentos de resistência.

Esse aspecto se torna essencial, pois está intimamente vinculado a qualquer tipo de territorialismo. Desde uma forma mais específica, em escala local, por exemplo, que envolve um grupo de imigrantes que se fecha em sua estratégia valorizadora de sua cultura típica como uma verdade essencial para a sua sobrevivência e reprodução (COSTA, 2006), até uma forma de territorialismo globalizante, que, variando entre estratégias sedutoras e agressivas, difunde os princípios de uma forma social que se faz hegemônica mundialmente.

As teorias do desenvolvimento nos oferecem elementos de análise das tecnologias de poder presentes nas relações capitalistas. Nesse sentido, é importante ressaltar o movimento de construção de uma racionalidade própria a esse sistema social. O próprio debate a respeito do desenvolvimento faz parte da construção e perpetuação de uma racionalidade específica. O debate em si é combustível para o desenho de um saber hegemônico, desde que ele não permita a extrapolação de seus princípios lógicos, que aqui, no caso do debate sobre a noção de

³⁸ É importante frisar que essas dimensões do territorialismo estão intimamente relacionadas à legitimação social das territorialidades formais, em suas diversas escalas, importantes à reprodução do capitalismo – a cidade, a região, o Estado nacional, etc.

desenvolvimento, interpreta-se em duas linhas que se coadunam: a da reprodução do modo de produção e a da busca pela superação da desigualdade; que fazem do desenvolvimento algo “necessário”, enquanto objetivo social, refletido na formação de alguns territórios.

Trata-se, desse modo, da construção e da disseminação de uma racionalidade social, uma vertente específica de saber, que orienta o conjunto de práticas que compõe a vida social. Práticas produtivas, de celebração cultural e política. A racionalidade expressa, nesse aspecto, o interesse de um grupo social, que pretende naturalizar, socialmente, os mecanismos de saber-fazer que lhe confira vantagens de reprodução.

No âmbito dos debates a respeito do desenvolvimento, Furtado (1978) apresenta elementos que abordam o movimento da produção de uma racionalidade própria às relações capitalistas. Nesse sentido, ressalta a capacidade de um determinado agente de modificar o meio em que atua através da apresentação de um fator volitivo, criador de novo contexto por meio de seu comportamento. Essa capacidade está ligada ao mecanismo que permite o agente impor sua própria vontade frente aos demais agentes sociais, qual seja, a *criatividade*. Assim,

Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder (FURTADO, 1978, p. 17).

Como proposto por Furtado (1978) a criatividade que alimenta a dinâmica das inovações é um elemento de propagação de um saber social que influencia na vida de um conjunto maior de pessoas. As inovações, no âmbito das teorias do desenvolvimento, tem ocupado posição importante, principalmente no que diz respeito à reprodução do modo de produção capitalista, como um elemento estratégico para a superação das desigualdades. Portanto, o movimento de desenvolvimento, que representa reconfigurações das estruturas sociais no capitalismo, inclusive no espaço, necessariamente é resultado de decisões que propagam um modo de saber que beneficia uma fração específica dos agentes sociais.

Nesse aspecto, ainda de acordo com Furtado (1968), no conjunto social estabelecem-se, conforme os movimentos de inovação, dois extremos de agentes: os agentes de comportamento adaptativo; e agentes cujo comportamento e decisões modificam o comportamento dos demais. Não seria difícil identificar os agentes, ou os grupos, que exercem essas tecnologias de poder. Mais que isso, Furtado (1978) defende que é fundamental a identificação desses agentes para se compreender a dinâmica de um determinado sistema social.

Quanto a este aspecto econômico – da inovação – Furtado (1978, 2000) destaca que ele contribui para a construção de um potencial de formação de uma racionalidade globalizante, uma racionalidade macrosocial. Assim, as decisões econômicas, em sua acepção inovadora, fazem parte de um movimento de difusão racional, em benefício de agentes específicos. Conseqüentemente, assim como a lógica de competição intercapitalista motiva a inovação nas técnicas de produção e também o surgimento de novas mercadorias, ocorre de modo análogo a produção de territórios, que sujeitos às estratégias desenvolvimentistas, refletem a ação de agentes hegemônicos. Isso pode ser percebido por meio do acesso, via consumo, aos produtos da ponta do desenvolvimento tecnológico; atração de infraestrutura produtiva de base tecnológica; incorporação de tecnologias nas atividades produtivas e nos serviços; estabelecimento de infraestrutura de consumo coletivo que ligam o território-zonal aos territórios-rede do fluxo global financeiro e de mercadorias, cada vez mais rápidos e dinâmicos; infraestrutura das redes de comunicação global, em constante inovação.

Contudo, as relações de poder não se limitam ao aspecto econômico relacionado à inovação. Segundo Furtado,

[...] não somente a capacidade de iniciativa inovadora define o conteúdo de poder de uma decisão econômica. Decisões há que visam exatamente a limitar o poder de iniciativa de certos agentes; ou a canalizar esse poder em função de objetivos de ordem mais geral, como é o caso da estabilidade do sistema. A criação de meios de pagamento, por exemplo, resulta frequentemente de iniciativas tomadas no plano microeconômico, mas requer uma coordenação tanto mais elaborada quanto mais importante for o papel do crédito no sistema. O mesmo caráter disciplinador têm certas decisões relacionadas com o mercado de mão-de-obra, com o uso de recursos não-renováveis, com a liquidez externa, etc. **É a partir da identificação dos centros de onde emanam essas decisões destinadas a compatibilizar as iniciativas da multiplicidade de agentes, que exercem poder em graus distintos, que se define o perfil de um sistema econômico. A necessidade de lograr um certo grau de coerência entre as atuações desses centros coordenadores explica a presença de um centro hegemônico como elemento tutelar das atividades econômicas.** O que se chama racionalidade macroeconômica não é mais do que a percepção *ex-post* da coerência obtida mediante o esforço coordenador desse centro hegemônico (FURTADO, 1978, p. 18, destaque nosso).

No que se refere à produção de espaço, as relações que, a princípio, se desenham no ambiente de disputa intercapitalista, apresentam caráter mais geral e conduzem grupos sociais alvos do movimento de difusão racional, a se “desterritorializarem”, enquanto território não-capitalista (pelo menos em suas relações de produção), e se “reterritorializarem” conforme a nova perspectiva, a modernização por meio da racionalidade econômica. Os centros de comando desse processo são facilmente perceptíveis e sua atuação foi se transformando durante a história. A princípio a atuação desses centros representava a difusão da racionalidade nascida na Europa, que estava estritamente vinculada com os interesses de uma classe emergente que se tornava hegemônica. Em seguida, tais

centros passaram a exercer evidente papel de coordenação das relações entre centro e periferia, o que sempre culminou na sustentação das vantagens da classe capitalista europeia e, posteriormente, a dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, nas periferias do mundo capitalista, com suas elites embebidas da racionalidade moderna, “justifica-se” a ação social em favor de uma possível superação territorial das condições que os diferenciam dos centros. Nesses territórios periféricos, há também aqueles que trabalham para a contínua reprodução do pensamento social hegemônico. Na maioria dos casos, seu papel é obter vantagens em práticas de introdução social dos elementos resultantes do processo global de inovação.

A partir desta elaboração de Furtado (1978) pode-se desenhar o componente espacial que envolve as práticas de poder econômico, necessárias à dinâmica do desenvolvimento. Isto é, o desenvolvimento é também entendido como um conjunto de práticas de conteúdo econômico em que um agente é capaz de exercer influência sobre o conjunto de uma sociedade. Essas práticas estão essencialmente vinculadas à produção de um espaço de reprodução desse modo social, em seus termos institucionais e normativos, bem como na estrutura física e informacional, em meios estáticos ou fluidos, das sociedades contemporâneas. Logo, um complexo de territórios é formado, a partir das decisões de certos agentes e da influência que exercem sobre a sociedade.

Quanto às estruturas institucionais, Furtado (1978) ressalta que a influência dos agentes econômicos trabalha para formalização das práticas de poder. O Estado, como elemento central desse processo formalizador, congrega os interesses e econômicos em um conjunto de diretrizes que expressam o caminho do desenvolvimento, denominado *política econômica*. Trata-se de uma unidade de orientação formal que disciplina a ação social³⁹. Dessa forma,

[...] o conteúdo *político* das decisões econômicas, que permanecia encoberto nos mercados atomizados, torna-se evidente, bem como as implicações sociais da orientação que adotam os centros coordenadores. No capitalismo organizado já não faz sentido a ideologia segundo a qual a atividade dos centros coordenadores deve ser uma prolongação da “mão invisível” dos mercados atomizados. O poder político – concebido como capaz de modificar o comportamento de amplos grupos sociais – configura-se como uma estrutura complexa na qual as instituições que formam o Estado interagem com os grupos que dominam o processo de acumulação e com as organizações sociais capacitadas para interferir de forma significativa na distribuição da renda. Na medida em que amplia e diversifica sua esfera de ação, o Estado contribui para aumentar a complexidade do sistema de relações sociais sobre o qual atua, posto que ele mesmo dá origem a estratos sociais com interesses próprios (FURTADO, 1978, p. 22).

³⁹ Segundo Furtado (1978) são possibilitadas pela emergência, a partir do Século XVIII, dos Estados nacionais modernos.

O debate a respeito do desenvolvimento, no ambiente estatal, lida com diferentes interesses, que refletem a capacidade do Estado em agregar os diferentes segmentos da sociedade em um emaranhado de posições sociais diferentes, cada uma defendendo os benefícios de um grupo. Claramente, conforme aponta Furtado (1978), existem grupos da sociedade que se colocam como hegemônicos no processo de produção do território. As grandes empresas que usam dos recursos do território (recursos naturais, força de trabalho e produção de conhecimento) em seu processo de acumulação exercem forte influência sobre a atuação do Estado, já que elas também são vetores de alimentação de sua capacidade operativa, através dos recursos fiscais⁴⁰. Nesse aspecto, muitas vezes a ação do Estado reflete o planejamento setorial das grandes empresas, de modo que os recursos que dispõe são comprometidos e retornam ao processo de acumulação das próprias empresas, ainda que não seja raro haver disputas. As diretrizes da ação política do Estado tendem a estar em disputa pelos diferentes grupos da sociedade, em que a política econômica, além de estar ela própria em disputa, faz parte de uma modelagem de um conjunto complexo de outras políticas. Essas disputas podem, inclusive, ser organizadas como parte de uma espacialidade específica, conforme aponta Markusen (1981) em sua elaboração a respeito dos regionalismos. De todo modo, a racionalidade econômica se infiltra na vida social como um parâmetro considerado inabalável, porém moldável que, para garantir a sua presença enquanto uma “verdade”, adentra a esses circuitos institucionais enquanto uma política de desenvolvimento. Daí vemos as políticas de desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento urbano, entre outras políticas de desenvolvimento incorporadas à esfera de ação do Estado.

Furtado (1978) compreende o capitalismo como uma forma de organização social que tem como elemento central a complexidade da estrutura de poder. Como modo de organização social, seu saber correspondente traz como ideias basilares as noções de *eficácia* e *legitimidade*.

A capacidade de iniciativa permanece como o fator estratégico, pois a reprodução da estrutura de privilégios que caracteriza o sistema requer a transformação contínua deste. Esta a razão pela qual, não obstante a formidável diversificação da ação do Estado, as grandes empresas ocupam posição

⁴⁰ O debate a respeito da influência das empresas nas decisões estatais, pelo menos no Brasil, tem assumido outro caráter, relacionado ao financiamento de campanhas eleitorais. Certamente esse debate é relevante, pois mostra o quão frágil é o modelo “democrático” brasileiro, uma vez que as empresas se utilizam desse artifício como moeda de troca frente aos “representantes” da sociedade, eleitos para ocupar a estrutura estatal. Contudo, é preciso deixar claro que mesmo sem que se efetive esse mecanismo de troca, vinculado ao processo eleitoral, existe uma relação de influência desigual entre empresas e demais seguimentos da sociedade civil no que toca às decisões estatais, pois a estrutura de Estado é alimentada financeiramente em maior monta pelos recolhimentos fiscais decorrentes da atividade empresarial. Nesse sentido, tem prevalecido, ao longo da história, a influência da classe capitalista no direcionamento das atividades estatais.

predominante: a elas corresponde o máximo de iniciativas no campo da acumulação e da orientação da criatividade (FURTADO, 1978).

A influência das grandes empresas, por diversas vertentes, dentre as quais ressalta-se a ação do Estado, estabelecem-se na vida cotidiana, nas estruturas de reprodução social e tende a fazer da vida das pessoas a busca pelo desenvolvimento, no sentido de uma (im)provável ruptura do fosso que às separa daqueles beneficiários diretos do processo de reprodução das grandes empresas. Ao mesmo tempo, é dessa busca pelo (im)provável que os grandes grupos acumuladores de capital retiram seu combustível de reprodução, pois é a sua lógica de raciocínio, seu saber, que se difunde aos lugares mais remotos da vida cotidiana. Nesse sentido, o desenvolvimento deixa de ser um aspecto econômico-produtivo da vida social e deve ser compreendido como um processo de organização social, que tem como fundamento a concentração de poder, expressa pela influência dos interesses das grandes empresas na vida cotidiana.

A evidência histórica deixa pouca dúvida sobre o fato de que um processo de acumulação intenso somente é alcançado mediante estrita disciplina social. O caminho de acesso a esta passa pela coação, pelo uso de estímulos criados pelo próprio sistema econômico, ou pela existência de motivações morais geradas por uma situação histórica particular. (...) Mais indiretos esses objetivos, mais difícil se torna obter a disciplina social sem criar um outro conjunto de *objetivos*. Diretamente ligados aos interesses pessoais dos que trabalham. Ora, esses incentivos amarrados aos interesses individuais encontram uma fórmula eficaz no sistema de ascensão social fictícia: no horizonte de “necessidades” a satisfazer que se distancia sempre. Compreende-se, portanto, que as experiências históricas de aceleração voluntarista da acumulação hajam tendido a utilizar os caminhos já abertos pelas economias capitalistas industrializadas, e que a civilização industrial haja permanecido em essência uma só (FURTADO, 1978, pp. 55-56).

Furtado (1978) indica claramente que a noção de desenvolvimento está relacionada a um tipo específico de *saber*. O saber nascido da ideologia liberal, que formou o seu discurso com elementos da filosofia naturalística que se impôs a partir das formulações Newtonianas⁴¹. Os indivíduos seriam orientados por uma *razão* inerente a natureza humana em que vigora a lei do menor esforço e o desejo pela melhora de seu “bem-estar”. Assim, produziram coletivamente um sistema social em que a adequada “canalização institucional” garantiria o que fora chamado de *progresso*. Essa ideologia teria aberto um caminho utópico sem precedentes na história, ao defender que existe uma racionalidade “natural”, inerente aos processos sociais e que as pessoas são dotadas de um “*sentido comum*”, de maneira que calculam as vantagens e desvantagens de suas ações. “*Esta seria a forma de assegurar a liberdade do homem: levar à plenitude o desenvolvimento de suas faculdades*

⁴¹ Ver em Neil Smith (1988).

racionais” (FURTADO, 1978, p. 57). O Estado, nesse sentido, seria um quadro institucional articulador.

Trata-se de uma forma social que guarda uma série de ambiguidades. Trata-se de um conjunto de transformações nas estruturas sociais e no comportamento humano, articuladas a uma forma de acumulação no modo de produção. Trata-se, também, de um processo cultural em que os princípios racionais focalizam o processo de inovação técnica, a serviço das práticas de poder que desenham o sistema social. Em suma, trata-se de um processo de produção de território, que se estende desde as relações em escala local até a global.

2.4. Disseminação da diferença enquanto consciência

No âmbito das discussões a respeito das diferenças nos níveis de desenvolvimento, diversos autores construíram explicações sobre as origens e hipóteses para superá-las. Não raro, essas interpretações foram vinculadas à questão do comércio internacional e da divisão internacional do trabalho. Muitas foram transplantadas à escala do regional, de modo que, exploram as discrepâncias existentes entre os níveis de desenvolvimento em um mesmo país. Portanto, a discussão acerca do desenvolvimento foi construída sob uma perspectiva multiescalar.

Cada uma dessas interpretações, mesmo em posições antagônicas no que diz respeito aos movimentos espaciais do capitalismo, se limitam a traçar caminhos que representam alternativas redistributivas possíveis de serem encontradas, por meio de mecanismos próprios ao modo social capitalista.

Furtado (1978) desenvolve análise a respeito de como se consolida, praticamente de maneira global, essa perspectiva de formulação estratégica em favor de alterações na distribuição dos frutos da acumulação perante as diversas sociedades que compõem o que ele chama de Civilização Industrial.

Segundo Furtado (1978), tendo por base as elaborações de Braudel (1970), a Civilização Industrial surge de um processo multissecular em que a intensificação das atividades econômicas em algumas regiões da Europa ocidental, a partir do Século XVI, culmina no estabelecimento de uma ação dominante que os europeus exerceram sobre outros povos, que se expande à escala global. Assim, Furtado argumenta:

A observação desse período multissecular, durante o qual se gera a civilização industrial, constitui a chave para identificar os traços mais característicos das sociedades capitalistas

contemporâneas. (...) Os ricos mercados do sudeste asiático, que numa primeira fase seriam em grande parte pilhados, o formidável reservatório de mão-de-obra descoberto na África e nas Américas e as reservas de metais preciosos destas últimas ampliaram vertiginosamente as bases da economia europeia no que respeita à sua capacidade de geração de excedente. Era o raio de ação das atividades econômicas dos europeus que se dilatava, e não propriamente as forças produtivas que se desenvolviam (FURTADO, 1978, p. 34).

Ao mesmo tempo, Furtado (1978) argumenta que a ideia de *progresso* surge como o elemento central de um tecido ideológico que servia de cimento social para grupos socialmente antagônicos. No ambiente interno à Europa de meados do Século XVIII, existiam tensões sociais existentes pela contraposição entre formas tradicionais de poder (feudalismo) e populações que, levadas ao desespero pela exploração, contestavam essa estrutura social. Em meio a este quadro de conflitos, ganha corpo os princípios propostos por uma classe em ascensão, a burguesia. Surgia uma ideia que prometia a libertação do indivíduo, por meio um projeto de futuro guiado por uma racionalidade instrumental, que nasce na Europa, com as revoluções burguesas e se espalha pelo mundo.

Furtado (1978) delineia que esse movimento tem origens quando o econômico, o político e o cultural se confundem em um único processo que culmina na produção de um espaço próprio às relações inerentes a Civilização Industrial. Ainda de acordo com esse autor, foi a subordinação das atividades diretamente produtivas aos critérios mercantis que possibilitou a gênese da *revolução industrial*. O desmonte das corporações de ofício e eliminação de muitos privilégios feudais possibilitou uma mutação histórica que resulta em um processo de rápido desenvolvimento das forças produtivas próprio ao capitalismo. De maneira que, como apontara Marx (1971), e o próprio Furtado, a subordinação das atividades produtivas aos critérios mercantis denotou a transformação de recursos, como a força de trabalho humana e a terra em mercadorias. Como, sob a lógica mercantil, os mercados estão sob o controle das pessoas que possuem prévia acumulação, a incorporação ao mercado de grande parte da população – bem como das terras – significou o reforço da posição da classe mercantil sob a estrutura social de poder e, como consequência, sobre a estrutura institucional preexistente.

A partir da influência da burguesia europeia foi forjado um perfil cultural civilizatório, em que a racionalidade própria à lógica mercantil é que delineia as relações sociais. Nas palavras de Furtado:

Na sociedade que emergiu dessas transformações, as atividades econômicas assumiram considerável autonomia e passaram a desempenhar papel determinante em todas as dimensões da cultura. Acumular, ampliar o excedente vieram a constituir objetivos em si mesmos, considerando-se como “racional” a eliminação de todo obstáculo à eficiência produtiva. A revolução industrial confunde-se com a fixação definitiva dessa nova ordem social, na qual não somente a força física mas também a capacidade intelectual do homem tendem a subordinar-se crescentemente a critérios mercantis. O último quartel do século

dezoito e a primeira metade do dezenove podem ser vistos como uma transição entre o longo período de gestação da nova ordem social e o novo em que se configura nitidamente a sociedade capitalista industrial. Nesta última o processo de acumulação se incorpora às estruturas e as relações externas se apresentam como uma linha auxiliar, que adiciona flexibilidade ao todo (FURTADO, 1978, pp. 38-39).

No âmago dessas transformações vinculadas às relações de poder típicas da Civilização Industrial é que foi forjada a noção de desenvolvimento. Assim, o que se chama de desenvolvimento das forças produtivas se confunde com outro aspecto transformador, relacionado ao comportamento dos agentes sociais.

No seio da Civilização Industrial, em sua lógica de funcionamento, a noção de diferença passa a ser evidente. O sistema de reprodução social, baseado na acumulação sobre os critérios mercantis, tenderia a saturar em caso de não aumento da produtividade e modificação nos padrões de consumo. Assim, busca-se incessantemente a inovação. Como já fora apontado, a inovação depende de um nível prévio de acumulação, de maneira que, nas sociedades capitalistas existe uma relação estrutural entre o grau de acumulação alcançado, o grau de sofisticação das técnicas produtivas e a diversificação dos padrões de consumo. Assim, a diferença é inerente ao nível de acumulação de cada sociedade, por consequência de sua capacidade e diversidade de consumo. As sociedades da Civilização Industrial se comparam nesses termos. A diferença se forja enquanto desigualdade nos padrões de acumulação e consumo entre os indivíduos e sociedades. O desejo de consumo, por sua vez, é alimentado pela força criadora incorporada ao processo produtivo. Assim, a inovação torna-se também elemento indutor da assimilação dos princípios da Civilização Industrial nas suas diversas sociedades, bem como de sua reprodução.

A análise de Furtado (1978) apresenta componente crítico na medida em que identifica nessa diferença forjada pela Civilização Industrial uma lógica de hegemonia de alguns povos – os europeus (centrais no processo de acumulação inerente à Civilização Industrial) – e, em contrapartida, a reação de outros frente à influência europeia. Evidencia-se, assim, o caráter antagonico, em escala nacional-global, da Civilização Industrial. Em síntese:

A crescente infiltração dos critérios de racionalidade instrumental nos meandros do corpo social produziria na Europa um estilo de civilização cujos traços mais salientes são: a industrialização (tecnicismo de todas as atividades produtivas), a urbanização (estruturação espacial da população para satisfazer as exigências do mercado de trabalho) e a secularização (prevalência da razão na legitimação dos sistemas de poder). O rápido processo de acumulação e o avanço tecnológico que são inerentes a essa civilização capacitaram alguns povos da Europa para submeter a controle a quase totalidade do planeta. A história moderna e contemporânea é em grande parte um reflexo dessa empresa de dominação planetária e do esforço inverso dos povos dominados para liberar-se. O empenho visando a estender as áreas de dominação e a resposta que o mesmo provoca – despertar das nacionalidades, movimentos sociais libertatórios – são aspectos do processo

global de difusão da civilização industrial, a qual tende a tecer laços de interdependência entre todos os grupamentos humanos (FURTADO, 1978, p. 41).

Um importante aspecto deve ser destacado: a luta entre os povos na Civilização Industrial se faz mediante competições por mercados, em que a assimilação da noção de diferença com a qual os povos “dominados” se deparam, corrobora para a naturalização de um modo “único” de reprodução social. Os critérios racionais do capitalismo são incorporados em uma *competição* pela acumulação que mais permite aproximar os povos, em torno de uma racionalidade, do que afastá-los. O que gera, como bem apontado por Furtado e outros autores, como Cardoso (1980), uma condição de *interdependência*.

Para autores como Furtado, de um lado, e Trostsky, de outro, essa é a dinâmica que permitiu a assimilação dos princípios do capitalismo e que permite a sua reprodução. De maneira que:

Para escapar à dominação externa foi necessário antecipar-se no esforço de assimilação, ainda que parcial, das técnicas da civilização industrial. Liberar-se dessa dominação, que tenderia a assumir formas cada vez mais sutis no campo econômico, é a difícil tarefa que atualmente enfrentam os povos que se identificam como pertencendo a um Terceiro Mundo⁴² (FURTADO, 1978, pp. 41-42).

A assimilação dos princípios da Civilização Industrial, geralmente, tendeu a ser confundida com um processo de democratização. O movimento racional em favor da rejeição dos dogmatismos e dos julgamentos de valor tomaram desenho em lutas contra as formas tradicionais de organização social, sob pretexto de *liberação do indivíduo*, o que abre caminho às formas de representatividade social do poder.

No contexto da disseminação dos princípios da Civilização Industrial, Furtado (1978, 2000) destaca o papel dos povos que acessaram aos seus frutos de maneira indireta, que são os povos colonizados, como os da América Latina. A dinâmica do comércio internacional foi fundamental nesse aspecto, pois permitiu que as elites desses povos, por meio do consumo, tivessem acesso às mercadorias industrializadas do continente europeu. De maneira que, o processo de inserção nesse processo civilizatório correspondia à expansão dos mercados dos países europeus que se industrializavam. A produção industrial europeia, com grau de acumulação relativamente avançado, se comparado com os demais povos, passava a adentrar nas demais sociedades do globo, o que corroborou para a penetração dos valores ideológicos da Civilização Industrial. Enquanto que os produtos importados pelos povos europeus refletiam baixo nível de acumulação, por se tratarem de recursos naturais.

⁴² Como já fora dito anteriormente, eis aí, novamente, um dos arquétipos espaciais próprios às discussões relacionadas ao desenvolvimento.

Como resultado dessa relação de trocas entre os povos se viu o aumento da especialização produtiva e aprofundamento da divisão internacional do trabalho, bem como o consequente aprofundamento do fosso entre os níveis de acumulação. Assim, a metade do Século XIX foi a porta de um processo de construção de um espaço próprio às relações entre povos, baseadas nos interesses das nações industrializadas (FURTADO, 1978).

A interpretação crítica desse processo de difusão da Civilização Industrial pode ser feita em duas vertentes. A vertente mais comumente empregada discute a produção das diferenças como parte de um movimento dialético próprio ao capitalismo, conforme é feito pelas abordagens do “desenvolvimento desigual e combinado” e do “desenvolvimento geográfico desigual”. Discutem-se os mecanismos da produção da desigualdade que são inerentes ao processo de acumulação capitalista. Assim, os embates políticos próprios de uma sociedade estariam vinculados ao interesse em redução do fosso que separa sociedades desenvolvidas de *sociedades em desenvolvimento*, ou *emergentes* (expressões utilizadas nos últimos tempos)⁴³. Contudo, há que se ressaltar o fato que muitos autores, principalmente do desenvolvimentismo latino-americano, trabalharam com a noção de dependência, em que as classes dominantes locais se beneficiam da condição de dependência de sua sociedade em escala internacional (FURTADO, 1978, 2000; CARDOSO, 1980; BIELSTHOWSKY, 2000). Em síntese, a discussão crítica nessa primeira vertente se concentra no debate relacionado aos caminhos de um processo de industrialização, de incorporação das condições que permitam o desenvolvimento de saltos tecnológicos no território e de melhorias na capacidade de consumo da população. Dessa forma, discute-se o que é inerente ao sistema de reprodução social, suas contradições internas e seus mecanismos de funcionamento e a possibilidade de se melhor posicionar frente a sua lógica global. Não que essa discussão não seja importante, na verdade ela é fundamental, mesmo para os desdobramentos de uma outra vertente: a que destaca, a partir das contradições e do sistema de diferenças produzido pelo processo de reprodução da Civilização Industrial, a produção de territórios a partir de estratégias de poder que renegam outras formas sociais que não estejam vinculadas à incessante competição capitalista. É a partir dessa segunda perspectiva que concentram as pretensões deste trabalho. Para isso, é preciso entender que a geração das diferenças no capitalismo, bem como, sua tomada de consciência, “animaliza” e “naturaliza” a produção de territorialidades por meio das ditas estratégias desenvolvimentistas. As sociedades, em um suposto movimento de racionalização, em que o

⁴³ Outros arquétipos espaciais relacionados ao desenvolvimento.

desenvolvimento é tomado como fim, são levadas por esse caminho – do territorialismo – baseado nos princípios mercantis próprios à Civilização Industrial.

Conforme o contexto histórico-social de cada sociedade, tem-se formulado estratégias desenvolvimentistas de produção do território. No caso de países como o Brasil, viu-se que esses princípios se confundiam com uma opção das elites nacionais e locais de consumir os frutos da produção industrial e se vincular ao processo de circulação do valor (FURTADO, 1978; CANO, 2002; BRANDÃO, 2007). Assim, optava-se por uma inserção no sistema reprodução do valor, por meio da integração aos mercados internacionais, por meio da utilização de recursos naturais para comercialização ou de atividades de baixo grau de especialização como a agropecuária extensiva. José de Souza Martins (1986), por exemplo, ao analisar a questão da classe campesina brasileira, demonstra que esse momento de inserção das elites agrárias nos circuitos de reprodução do capital se faz por meio da “produção capitalista de relações não capitalistas”, de modo que esse movimento ocorre por meio de relações sociais de produção que não necessariamente são capitalistas. As elites brasileiras, nesse sentido, trabalharam em favor da produção de duas territorialidades importantes vinculadas a um mesmo processo: o território direto de sua influência oligárquica, bem como, a territorialidade reticular de mercado em escala internacional, baseado no comércio. Desse modo, modernizavam-se os padrões de consumo das elites locais, através de bens de consumo importados, e se acumulava em infraestrutura urbana, que servia de suporte comercial (FURTADO, 1978).

No âmbito desse movimento de assimilação dos princípios da Civilização Industrial, por meio da consolidação de uma dinâmica de dependência internacional, consolida-se uma das principais diferenças próprias à reprodução capitalista, que se configura em um arquétipo espacial (MUSSET, 2009): a ruptura estrutural entre “centro” e “periferia” (FURTADO, 1978). A separação analítica e estrutural, socialmente aceita, entre centro e periferia só faz sentido em um sistema único. Essa ruptura é derivada das estratégias da classe industrial europeia (vide a necessidade de expansão dos seus mercados) e da leitura das classes dominantes da periferia, capazes de perceber na inserção no sistema de trocas internacionais, possibilidades de perpetuação de suas práticas de poder que às garantam sua própria reprodução. Os argumentos utilizados são os da modernização, da superação do arcaico e do atraso. A periferia precisava ser periferia, para que se vislumbrasse os frutos do moderno, da Civilização Industrial. Caso assim não fosse, não seria racional. Esta seria a única maneira permitida de produção do território. Portanto, a produção do território baseada em uma estratégia de assimilação de uma racionalidade voltada à acumulação decorrente de avanços no

sistema produtivo. Esse impulso em modificar as bases da sociedade, por meio de modificações no sistema produtivo, que foi e ainda é chamado desenvolvimento.

É preciso frisar que a acumulação é o vetor necessário para introduzir modificações no sistema de produção, bem como nas estruturas sociais. O que se chama desenvolvimento está relacionado com a adoção de novas práticas (inovações) que tem como condição necessária a acumulação prévia, mas que são, elas também, condições necessárias para a reprodução da própria acumulação, por meio do aumento de produtividade. A produção de equipamentos é um esforço ao qual a força de trabalho é direcionada a realizar (processo em que está inerente a divisão do trabalho) com o intuito de que se aumente a produtividade física do trabalho. Do mesmo modo, se a produtividade é crescente, existe um esforço em transformar os padrões de consumo no sentido de absorver a produção aumentada. Nesse sentido, desenvolvimento se desenha como um processo de recriação de relações sociais, completamente apoiado na acumulação (FURTADO, 1978).

A partir deste ponto de observação não é difícil compreender que, se a acumulação se transforma em um fim em si mesma (quando passa a constituir a base do sistema de dominação social), o processo de criação de novas relações sociais transforma-se em simples meio para alcançá-la. A inexorabilidade do *progresso* levando à desumanização do indivíduo na civilização industrial é um desdobramento desse processo histórico (FURTADO, 1978, p. 48).

Além disso, está no centro desse movimento de emergência e disseminação dessa civilização, bem como do que está sendo chamado de assimilação da noção de diferença, o que Furtado (1978) tratou como um “sistema de incitações”. Isto é, a civilização industrial emerge e se difunde a partir de seus ideais de *modernidade* e da naturalização de algumas “necessidades” materiais, que levaram às estruturações sociais mais diversas, mas que se coadunam frente à dinâmica global, de homogeneização dos objetivos de acumulação.

Celso Furtado (1978) esclarece que o processo de acumulação é inerente às sociedades na formação de toda a história das sociedades humanas. O que há de especial na Civilização Industrial é que o processo acumulativo é canalizado para o sistema de produção e a difusão de critérios de racionalidade instrumental, que tem como elementos centrais a ideia de produtividade, a primazia do sistema de incitações materiais e a perpétua busca pela diversificação da produção. Esses elementos, contudo, são fundamentais para a perpetuação de práticas que corroboram para a acentuação das desigualdades nos níveis de patrimônio e renda sociais. Estas desigualdades, por sua vez, se reproduzem na construção de superestrutura. Portanto, os elementos apontados são o sustento de estruturas complexas de produção de um espaço social estruturado em territórios desiguais.

O movimento de difusão planetária da Civilização Industrial demonstrou que a sua racionalidade, saberes e comportamentos, se adaptam às mais variadas formas de organização social. Inclusive, as sociedades com características mais desiguais seriam aquelas em que mais se encaixam aos seus princípios “racionais” (FURTADO, 1978).

Assim, ao se referir à produção da Civilização Industrial, fala-se, na verdade, da produção de um espaço social regido por princípios que delineiam o comportamento de seus agentes que, por sua vez, parece estar a serviço de uma dinâmica de superação de um quadro desigual, que é contraditoriamente alimentado por esse mesmo comportamento. Essa contradição aparece porque, na verdade, o comportamento dos agentes não é propriamente voltado à superação das desigualdades nos níveis de acumulação. O que se busca é a ampliação da capacidade de acumulação em bens de consumo e em formas em que se permite reproduzir o fluxo de acumulação. Portanto, não há, de fato, em meio ao movimento de produção e reprodução do espaço social o desenho de estratégias de superação do quadro de desigualdade, mas estratégias de promoção de uma outra distribuição do processo acumulativo em benefício próprio, seja na escala individual, em uma perspectiva coletiva, ou ainda em uma perspectiva territorial, centrada na produção de relações espacializadas de poder. Territórios seriam, conforme a lógica do espaço social predominante, produtos tramados em meio a estratégias de reorganização dos processos acumulativos. Nesse sentido, se espalha pelas sociedades a importância de um quadro comparativo e a importância de se produzir estratégias para a sua alteração, de modo planejado, independentemente das consequências que ela traga. A ação que envolve esse quadro comparativo tem sido chamada de desenvolvimento. Desse modo, a noção de diferença própria à Civilização Industrial é consequência de um retalhamento do espaço social capitalista – um espaço abstrato, formado por fragmentos desiguais, apesar de homogeneizado por princípios de racionalidade instrumental, que se coadunam em uma visão de futuro chamada desenvolvimento. Fala-se, dessa forma, em desenvolvimento de uma sociedade, que estaria relacionado com a elevação de seu nível material de vida, conforme a sua escala de valores. Contudo, tem prevalecido nas sociedades contemporâneas a atribuição de alta relevância à disponibilidade de variados bens materiais, em que o acesso está relacionado com o ingresso à vida moderna. O que faz do desenvolvimento um assunto universal.

Por outro lado, alguns autores de inspiração marxista, como Rosa Luxemburgo, Bukharin e Lênin, mostram que a disseminação da Civilização Industrial não se dá apenas enquanto uma ideologia, mas também em suas condições materiais de produção, decorrente do avanço da indústria para as periferias. De maneira que, a exportação de capitais com a industrialização da periferia seria

condição determinante para a expansão das práticas de poder próprias ao capitalismo (CARDOSO, 1980).

O processo de industrialização das periferias capitalistas, que Furtado (1978) denomina de processo de “industrialização dependente”, contribuiu para a naturalização de uma forma de produção do território. Em meados do início do século XX, quando as condições internacionais foram desfavoráveis à reprodução do consumo das elites brasileiras, avançou-se no pensamento de que o desenvolvimento só se alcançava mediante a industrialização. Contudo, a industrialização no contexto da dependência continua a contribuir para a construção de um sentimento de diferença frente à vanguarda da civilização industrial. Isto é, o processo de industrialização da periferia tem mais a ver, pelo menos em um primeiro momento, com as necessidades de reprodução social das elites locais, frente ao contexto de crise externa devido às instabilidades internacionais provocadas pelas crises estruturais do capitalismo⁴⁴, e pelos períodos de guerras mundiais, do que como um processo social revolucionário como o ocorrido na Europa com as revoluções burguesas. Em um segundo momento⁴⁵, com a ação transnacional dos grandes grupos empresariais, marcado pela forma com que os países da periferia se inseriam na divisão internacional do trabalho. De toda forma, nas periferias do mundo capitalista, primeiro com a inserção na divisão internacional do trabalho pela comercialização de produtos primários, ancorados por relações não capitalistas de poder, depois com a industrialização dependente, os países se encontram sempre em alguma situação de desvantagem, mascarada pela sensação de estar no caminho certo do almejado desenvolvimento. Contudo, para criticar os caminhos apresentados às periferias do capitalismo contemporâneo, pode-se verificar que existe algo de discrepante entre a produção de territórios pelo processo de urbanização nos países periféricos, de um lado, e o processo de acumulação capitalista nos países centrais, de outro (HARVEY, 1982).

Assim, utilizando a afirmação de Furtado:

Da mesma maneira que a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução burguesa destruíra as bases tradicionais de legitimação do poder, a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência. Durante a fase de acesso indireto aos valores materiais dessa civilização – fase em que se plantaram as raízes da dependência – prevaleceria a doutrina de que o caminho mais curto para o enriquecimento de uma região ou país era a especialização

⁴⁴ Crise financeira de 1929 e seus desdobramentos na década de 1930.

⁴⁵ Segundo momento que tem seu início no primeiro, mas que ganha força com as transformações nos sistemas de informação que ganham força na segunda metade do Século XX. Ver Santos (1996).

inter-regional ou internacional. Inserir-se no sistema de divisão internacional do trabalho seria a forma mais “racional” de eliminar o atraso na diversificação do consumo, de avançar para a linha de frente das nações *civilizadas* (FURTADO, 1978, p. 76).

Os povos da periferia do espaço social capitalista passaram a negligenciar os seus conteúdos históricos e sua identidade e produzir suas relações a partir de “*um sistema de medidas concebido para os fins da acumulação*” (FURTADO, 1978, p. 77). De modo a serem classificados e transfigurados em entidades abstratas interpretadas por dados quantitativos que representam seu desempenho econômico e infraestrutural. Do mesmo modo, foram e têm sido produzidas suas regiões. Portanto, ignoram os custos da acumulação em termos de valores culturais próprios e produzem sua história, bem como seus territórios (evidentemente, já que esses dois são produtos de uma mesma vida social) a partir de uma promessa que dificilmente se realiza (pelo menos não em sua completude), a de se igualar aos povos de vanguarda do processo de acumulação.

Os meios sugeridos para alcançar esse objetivo, sempre fugaz, não terão sido muitos: todos passam pela ideia de aumento da taxa de poupança interna e/ou criação de condições capazes de atrair recursos externos. Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a ser controladas do exterior. Se o objetivo estratégico é acelerar a acumulação, todo aporte de recursos forâneos é *positivo*. Pelo mesmo caminho justifica-se a concentração de renda: são os ricos que têm capacidade de poupança. A ideia de progresso que adotam as minorias privilegiadas e a racionalidade das empresas transnacionais convergem para acelerar a diversificação e sofisticação dos padrões de consumo, em detrimento da satisfação das necessidades essenciais do conjunto da população (FURTADO, 1978, pp. 77-78).

As aspirações dos diferentes grupos sociais dos povos que constituem a periferia do espaço social da Civilização Industrial são ignoradas e sobrepostas pela ideologia do desenvolvimento que configura o simples transplante dos objetivos próprios de reprodução dessa forma civilizatória. É uma sobreposição que se impõe enquanto um estilo de vida originado por aqueles que se colocam como civilizadores. Daí também se deriva um determinado imobilismo social, de modo que a população destes povos passa a ser vista pelos agentes da modernização como “recursos produtivos” e se enquadram na regra geral de reprodução capitalista. Os conflitos e tensões sociais inerentes a essas populações não são considerados pelos que constroem as estratégias de desenvolvimento como fonte alimentadora de um ambiente de criatividade política. Ao contrário, são entendidos como desperdício de energia social frente ao processo de desenvolvimento. Assim, ser um atravancador do desenvolvimento passa a ser um pecado, algo ímpio, imagem com a qual “ninguém” quer se vincular.

Desse modo, o processo de industrialização da periferia, em condições de dependência, se faz mediante transformações estruturais reflexas do esforço de adaptação inerente à intensa absorção de técnicas geradas pelos povos em estágio bem mais avançado de acumulação (FURTADO, 1978;

SANTOS, 1996). Assim, a ideia de *desenvolvimento* se constrói como uma ideologia que funciona como uma ligação entre os povos em meio ao processo de difusão da Civilização Industrial, que tem como central a ideologia do *progresso*. Derivada da ideia de progresso a ideologia do desenvolvimento veio a consolidar a noção diferencial entre os povos juntamente com a esperança de que no futuro se aproximariam, desde que seguissem os trâmites e estratégias corretas. A ideologia do progresso, nascida no âmbito das revoluções burguesas, por sua vez, traz as bases de um convívio social harmonioso. Com a emergência do racionalismo e do empirismo como formas dominantes de se pensar, favoreceu-se o esvaziamento de tensões entre grupos sociais com interesses antagônicos em favor de uma “superideologia” que via em um projeto de futuro a amarra para ideologias diferentes. Em uma interpretação baseada em Foucault (2008a), seria a formação de sociedades com a predominância dos mecanismos de segurança, em que o debate da economia política, com todo o seu aparato estatístico e informacional comparativo, representa o saber social. Essa “solidariedade” entre os grupos sociais do capitalismo florescente na Europa do Século XVIII encobre as possibilidades de uma sociedade diferencial, se expande para os demais cantos do mundo e se reconstrói conforme as necessidades da reprodução capitalista (LEFEBVRE, 1991). A sua expansão só se faz viável via ideologia do desenvolvimento que lhe dá sentido espacial para a produção de um espaço social próprio. A ligação econômica entre os povos só faz sentido, dentro do pensar que delinea as práticas sociais capitalistas, por meio da ideia de desenvolvimento (FURTADO, 1978; CARDOSO, 1980).

Portanto, trata-se de uma noção de diferença que mais liga do que separa. A diferença como um impulso ideológico que constrói uma ponte entre os povos – a ideia de desenvolvimento. Mas essa ligação, essa ponte, não apaga as discrepâncias, de modo que se destacam as fronteiras que difere o “central” do “periférico”, o “desenvolvido” do “em desenvolvimento”. Portanto, a fronteira traz consigo o sentido hierárquico da diferença. Conforme expõe Hissa:

A menção à diferença, contudo, é a explicitação do desejo da distinção, quando o que é distinto se distingue, hierarquicamente, em relação ao *outro* que se constrói através da edificação cultural da diferença. Assim, na contemporaneidade, após a *superação do Atlântico*, ainda se cultiva a *ideia de Europa*: espaço exclusivo da fronteira, espaço de limites interiores supostamente ausentes: um potencial território a integrar todos os demais *territórios nacionais de Europa*. Um continental *território-ideia*, ideologizante, humanizado por *mãos de razão*. “A Europa esquece-se de si própria quando se esquece de que nasceu da ideia da razão e do espírito da filosofia” (STEINER, 2006, pp. 46-47). Pois não terá sido uma consequência da utilização da razão que os *limites oceânicos medievais* foram, passo a passo, transformando-se em fronteiras? “Ora, essa interminável travessia é mais que um simples percurso de lugares próximos ou longínquos, humanos ou não” (HARTOG, 2004, p. 32). Dessa interminável travessia, origina-se a ideia de um mundo que, ao transformar limites em fronteiras, deseja assumir a condição de fronteira do mundo e da humanidade. Por detrás desse projeto ideológico, contudo, há projetos que inevitavelmente poderão ser identificados como projetos econômicos, financeiros,

políticos, que nascem, no contexto da diversidade de conflitos entre as próprias nações europeias, diante da ameaça à hegemonia cultural, econômica e política constituída pelo até então mundo para além do Atlântico (HISSA, 2009, p. 64).

Portanto, vivemos em face de uma noção de diferença que se produz em um movimento homogeneizador e hierarquizante. Essa diferença trabalha contra o amadurecimento de tensões que levem à contestação dessa tendência homogeneizadora: o desenvolvimento. E sobre a lógica do desenvolvimento se estrutura toda uma teia de práticas de poder.

Assim, há espaço para outra *diferença*, que rompe com o processo homogeneizador contemporâneo, em uma perspectiva utópica? Segundo Lefebvre (1991) é no próprio processo homogeneizador do capitalismo, pela criação dos espaços de subversão, que se podem encontrar as pistas dos espaços diferenciais. O que se entende como potência da produção de *territórios diferentes*, ou, até mesmo, outros territorialismos.

Capítulo 3: Bases históricas do territorialismo competitivo no Brasil

A leitura histórica dos mecanismos de poder capitalistas revelam dinâmicas interescares de produção territorial. O debate sobre esta hipótese pode ser iniciado pela interpretação de Karl Polanyi (1980) e pelas observações feitas por José Luís Fiori (1999), que compreendem uma leitura histórica sobre o papel dos Estados Nacionais frente à reprodução ampliada do capital. Tal interpretação estaria baseada em princípios (saberes) predominantes no mundo capitalista entre a metade do século XIX e início do século XX, até a década de 1930 e que teriam se reeditado em meados da década de 1970. Tratam-se dos saberes liberais e sua nova roupagem: o neoliberalismo. De imediato, é importante ressaltar que a interpretação de Polanyi (1980), bem como a qualificação elaborada por Fiori (1999), não divergem das interpretações de Celso Furtado (1978) no que toca à disseminação da racionalidade instrumental, própria da Civilização Industrial. Caberá aqui, mostrar os elementos históricos e geográficos que expressam a presença da racionalidade instrumental, mesmo em períodos em que, aparentemente, as ideias do liberalismo econômico não teriam sido as predominantes, principalmente quando aflora no ambiente global o pensamento desenvolvimentista baseado na atuação do Estado.

Durante a reflexão histórica a respeito da produção de territórios, procurar-se fazer um paralelo com o que se passou no Brasil, na medida em que o espaço social capitalista vai se apropriando desse território de escala nacional. Para essa incursão, a referência principal será a trabalho de Carlos Brandão (2007), em seu *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local*.

O mais importante dessa proposta é sugerir que existe a produção de território(s) no Brasil por meio da disseminação de saberes próprios do espaço social capitalista, que resulta em oportunidades de reprodução para classes privilegiadas, as quais, frequentemente, são chamadas de elites. Mais ainda, que a produção de território(s), nesse sentido, promove movimentos de desterritorialização-reterritorialização, como uma estratégia de produção territorial que se apresenta como hegemônica, intolerante ou cooptadora, baseada na necessidade da competição pelos frutos da acumulação de capital e que expurga outras possibilidades de produção territorial que não passem por sua lógica.

3.1. A era liberal e a consolidação das bases do territorialismo competitivo

Polanyi (1980) estrutura uma leitura histórica dos desdobramentos contraditórios entre as economias de mercado (ou o desenvolvimento das relações capitalistas), a gestão das moedas internacionais e a geopolítica dos Estados nacionais, no que ele chama de “civilização liberal”. Essa “civilização” tem seu auge e declínio entre a segunda metade do Século XIX e a década de 1930. A análise de Polanyi adquire um perfil dialético na medida em que procura evidenciar a existência de uma contradição prática entre duas formas de pensamento⁴⁶. Trata-se da contradição entre os princípios do pensamento do liberalismo econômico e os princípios mercantilistas fundamentados na noção de *autoproteção*. Na concepção de Polanyi, as relações, durante esse período, se constroem a partir de um “duplo-movimento”, que reflete a presença dos princípios dessas duas linhas de pensamento na condução da ação dos aparelhos de Estado. Nesse sentido, é importante frisar que a ação de Estado está permeada por interesses daqueles que vislumbram nessa territorialidade a possibilidade de reprodução de suas práticas de poder, que como o exposto por Foucault (2008a), dão contornos às práticas de *governamentalidade*. Portanto, para os objetivos aqui estabelecidos, a territorialidade, em sua forma estatal, trata-se de categoria de análise importante para se captar a essência das ideias que regem a produção de território.

Com relação ao pensamento liberal, cabe destacar o estabelecimento de mercados autorregulados e expansivos, completamente autônomos com relação aos Estados e suas fronteiras, apesar do reconhecimento de Adam Smith (1986) de que seria necessário a equiparação de forças entre os Estados e os mecanismos de controle monetário para a estabilização dos mercados (FIORI, 1999).

Já em relação ao pensamento de autoproteção, o objetivo estaria na proteção do homem e de seus interesses para além dos mecanismos da produção, que no limite, legitima-se o direito à guerra. Para Fiori (1999) é justamente o princípio de autoproteção que legitima os argumentos que pregam o nacionalismo econômico em favor dos interesses do Estado, conforme trabalhado por List (1955) e fora analisado, em uma perspectiva histórica, por Max Weber (2003) em sua elaboração a respeito do desenvolvimento.

Com relação a essas duas linhas de pensamento, percebe-se, com clareza, que cada uma, a seu modo, conserva elementos de diálogo com a figura do Estado nacional. Por isso a contradição, ou o “duplo movimento” apontado por Polanyi (1980). Esse “duplo movimento” revela uma relação

⁴⁶ Essa relação contraditória está no âmbito da prática, pois essas duas linhas de pensamento alimentaram, e ainda alimentam, os mecanismos de poder prevaletentes, ao mesmo tempo em que caminham coadunadas aos mecanismos de desenvolvimento capitalista.

contraditória entre o reforço das estruturas nacionalistas, de um lado, e o das estruturas internacionalistas, de outro. Como fora reforçado por Fiori (1999), essa contradição ganha contornos a partir da década de 1870, quando a maioria dos países adere ao padrão-ouro, como forma de integração internacional dos mercados atomizados. Movimento que trabalha em favor do estabelecimento de uma lógica mercadológica internacional, que atende aos interesses das classes operadoras do sistema. Porém, esse movimento coincide com mecanismo de barreira ao funcionamento do livre-mercado, com o estabelecimento de práticas protecionistas, em um movimento de competição entre os Estados Europeus pelos mercados coloniais. Isto é, o que se observa nesse “duplo movimento” é o surgimento de uma dinâmica competitiva entre os Estados nacionais europeus, pela formação de novos mercados consumidores, os quais poderiam ser atendidos por suas estruturas produtivas. Essa dinâmica foi responsável pelo desenho da territorialidade colonial. Da perspectiva dessa territorialidade, o que se verifica são transformações nas estruturas sociais decorrentes do processo de influência das metrópoles, o que fomentou um processo de desterritorialização de algumas práticas em função da reterritorialização enquanto colônia.

Polanyi (1980) desdobra sua análise ao identificar a existência de uma hierarquia entre Estados que compunham o espaço do mundo liberal, onde existia uma interação desigual entre os diferentes países em relação aos processos econômicos e a divisão internacional do trabalho, que permanecia negligenciada pelos mecanismos do padrão ouro. Por outro lado, Polanyi percebe a existência de uma institucionalidade internacional coordenadora desses processos e que revela a quão dispares eles eram: a *haute finance*, que funcionava como uma rede internacional de operação do capital financeiro, que reconhecia plenamente o poder político das “potências” internacionais e sua capacidade de autoproteção, baseada na guerra. Essa instituição reconhecia, também, a fragilidade dos países periféricos, bem como as oportunidades de acumulação provenientes destes países, de modo que atuava como financiadora e gestora de sua política econômica. O padrão-ouro, na visão de Polanyi (1980), teria representado o auge do arranjo liberal de poder, ao mesmo tempo em que foi o reunidor de todas as contradições que se desenvolveram no âmbito do sistema capitalista à época, que vão, desde as tensões de classes às rivalidades imperialistas. Nesse sentido, o mercado, junto com ele sua racionalidade, tendia a se expandir indefinidamente, ao mesmo tempo em que se reuniam forças e interesses para a definição da direção dessa expansão. De modo que, a ideologia do livre-mercado, no momento em que possibilita a sua indefinida expansão, produz, também, as forças para a sua contestação. Ou seja, a própria dinâmica de mercado, promove um alerta para

provimento de esforços voltados ao seu controle, seja por mecanismos vinculados ao Estado, como o protecionismo, seja através da força, como o colocado em prática pelas potências imperialistas.

Na verdade, foi a própria difusão das relações capitalistas, por meio do projeto liberal, que criou as condições para a politização das relações sociais e econômicas e a produção de tensões que culminam no fortalecimento da ação dos Estados e sua constituição como uma territorialidade de fundamental importância para a reprodução capitalista, frente aos seus entraves (POLANYI, 1980, FIORI, 1999).

A análise de Polanyi (1980) tem foco no âmbito da economia política internacional, porém, apresenta elementos que nos permite abordar as esferas de produção de territórios, nas mais diversas escalas.

A primeira a que salta aos olhos é justamente a do Estado. Não que se produza essa territorialidade neste momento da história de consolidação das ideias liberais, mas, nesse contexto ela ganha um propósito específico, como uma territorialidade que ao mesmo tempo em que entrava a lógica do livre mercado, cria condições ao seu funcionamento, além de induzir a disseminação das relações capitalistas para as periferias de seu espaço social. Em um primeiro momento, reforça as estratégias de produção e orientação da atuação dos Estados nacionais europeus, no âmbito das disputas imperialistas. Em um segundo momento, a territorialidade do Estado periférico é reforçada pelos mecanismos do capital financeiro, que o orienta em suas políticas econômicas, principalmente no que diz respeito aos seus gastos sociais e estabilização da moeda (FIORI, 1999). Isto é, o Estado nacional, no ambiente periférico do espaço social capitalista, em expansão na “era liberal”, funciona como uma espécie estrutura territorial de consolidação lógica: a lógica reprodutiva capitalista.

A segunda esfera de produção territorial significativa, própria desse período, ainda conforme Polanyi (1980), diz respeito à criação de uma territorialidade em rede, em escala mundial, relacionada às decisões tomadas no circuito de acumulação via capital financeiro. É importante ressaltar que justamente a territorialidade do mercado financeiro é que garante uma lógica multiterritorial da reprodução capitalista. Além de produzir no âmbito do espaço capitalista seu próprio circuito, sua forma territorial em rede, condiciona a produção de territórios na escala do Estado nacional – em suas regiões e cidades. Nesse sentido, Fiori (1999) destaca de maneira exitosa a leitura feita por Polanyi (1980), acerca do papel das redes transnacionais e as conexões da *haute finance* que, como uma institucionalidade singular a este período, funcionou como articuladora da organização política e econômica mundial.

Às vezes a *Pax Britânica* mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, mais frequentemente, entretanto, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional [uma vez que] orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito (POLANYI, 1980, p. 35)

A própria consolidação de um Estado Nacional independente (leia Estados da periferia do espaço capitalista) passava pela intermediação do circuito institucionalizado do capital financeiro. Notadamente, havia diversos mecanismos concretos que impunham aos novos Estados nacionais condições específicas que atendiam aos interesses dos operadores do mercado financeiro. Geralmente, estavam atrelados às condições de liberação de crédito, como controle dos gastos públicos e adesão a estratégias econômicas baseadas na lógica das vantagens comparativas. Obviamente, esta lógica que liga a produção de territórios nacionais e a territorialidade de um mercado financeiro internacional se sobrepunha a outras formas de produção do território. Algumas, historicamente estabelecidas, outras, em potencial e multiescalares. A história brasileira é recheada de conflitos surgidos do processo de avanço das relações capitalistas. Citam-se, como exemplo, os conflitos por terras relacionados à causa indígena (MARTINS, 1991; GOMIDE, 2011), pela causa camponesa (MARTINS, 1986; 2003) e urbanos pela direito à cidade (MARICATO, 2000).

A elaboração de Hilferding (1985) a respeito dos movimentos de reprodução do capital através da lógica do imperialismo, alicerçado na força do capital financeiro, ganha destaque nesta análise. Para os operadores do capital financeiro fazia sentido, por um lado, o estabelecimento de um Estado forte, politicamente poderoso, que impusesse seus interesses sobre os demais, para, assim, por intermédio deles, tirar proveito da difusão da lógica da reprodução do capital. Por outro lado, a consolidação de Estados nacionais em ambientes periféricos assegura a formação de um novo mercado, a ser consumidor da política de crédito da *haute finance*. Assim, sua atuação é direcionada à conversão do mundo, em seus diferentes espaços, em territórios de investimento.

A rede de poder da *haute finance*, identificada por Polanyi, adquiri um lugar completamente diferente como instrumento do novo capital financeiro, que, segundo Hilferding, aprofunda a “compulsão” expansiva da burguesia e aumenta o seu caráter agressivo ao envolver o poder dos Estados numa competição por novos “territórios econômicos”, que transcendem as fronteiras nacionais, sem jamais se transformar “num império universal, [apesar de ser este] o ideal sonhado do capital financeiro”, segundo Bukharin⁴⁷ (FIORI, 1999, p. 62).

Estabelece-se, no final do Século XIX e início do XX, uma dinâmica de produção territorial derivada da articulação de duas importantes territorialidades: o Estado Nacional capitalista e a rede

⁴⁷ Ver Bukharin (1984).

de atuação da *haute finance*. Através da articulação dessas duas territorialidades repartiu-se o espaço periférico do capitalismo, “o restante do planeta”, em partes (Lenin, 1979) a serem alvos da expansão dos mecanismos e saberes de mercado. Cada espaço do globo terrestre passou a ser um potencial território de investimentos. Esse processo, como apresentado no Capítulo anterior, envolve a difusão de um saber, que sob a lógica do desenvolvimento, freia processos de construção de territorialidades próprias e às submetem a uma forma homogênea de produção do território. A princípio, a dinâmica dá-se na competição entre nações centrais do espaço capitalista. Entretanto, essa lógica de competição entre nações chega à periferia, que começa, pelo menos de modo parcial e induzido por condições externas, a intentar em ingressar no circuito de consumo da sociedade capitalista. Isto é, são sociedades que incorporam princípios carregados do discurso de promessa da superação da desigualdade e que se colocam em um contexto de competição interterritorial. Esta ordem lógica, progressivamente, passa a ser a de competição entre nações pela oferta de condições para a reprodução das formas de capital, e a formação de territorialidades alternativas deixam de ser “racionais”. Trata-se de um territorialismo em escala planetária, com seus efeitos em demais escalas, do local ao nacional. Por meio da circulação do capital financeiro e de sua reprodução, a lógica de competição intercapitalista adquire uma nova forma, que é a da competição entre Estados (FIORI, 1999) – entre territórios nacionais. Com todas aquelas ressalvas interpretativas postas pelas elaborações das escolas latino-americanas da Cepal, do “desenvolvimento desigual e combinado” e do “desenvolvimento geográfico desigual”. Por sua vez, o sistema interestatal passa a fazer parte do espaço abstrato do capitalismo, como uma territorialidade importante, um território de investimento a ser disputado na competição dos grandes conglomerados econômicos. Ao mesmo tempo em que, como apontado por Fiori (1999), o princípio da autodefesa, forjado nas elaborações dos mercantilistas, alarga a noção de soberania em favor da defesa dos territórios econômicos.

A Adesão dos países ao padrão-ouro no núcleo central do capitalismo ocorreu entre a década de 1870 e a de 1890. Na periferia, a adesão acontece, principalmente, no final da década de 1890 e a partir do início do século XX⁴⁸ (FIORI, 1999). Este movimento representou a consolidação de um novo processo de redistribuição da riqueza e o sucesso de alguns capitalismo tardios. Essa redistribuição promove, por conseguinte, uma reorientação da hierarquia espacial na fase liberal do capitalismo.

⁴⁸ A adesão do Brasil acontece em 1906.

No núcleo orgânico, ou seja, no capitalismo europeu, prevalecia a lógica de competitividade somada à complementaridade. Já na periferia capitalista, prevalecia a relação complementaridade-submissão. Isto é, no espaço capitalista, no que diz respeito aos povos periféricos, prevalecia uma articulação com o centro, no sentido do fornecimento de matérias primas, alimentos, além de funcionarem como variável de ajuste para as economias centrais durante períodos de crise sistêmica. Assim, entre as décadas de 1870 e 1910 houve casos de países com altas taxas de crescimento, mas que tinham seus setores internos de produção totalmente voltados à exportação, vinculados à economia inglesa e completamente dependentes, já que não possuíam mercado financeiro interno consolidado, em completa dependência da atuação da *haute finance*. Contudo, em boa parte da periferia, atingida periodicamente por crises cambiais graves, quando as taxas de crescimento econômico foram muito baixas, bem como a capacidade de dinamização e integração social interna dos seus sistemas exportadores. Sem contar com um sistema de crédito próprio, muito menos com capital financeiro, só lhes restava exportar e se endividar, levando-os, no momento das crises cambiais, a abandonar a saída do padrão-ouro, declarar a inconvertibilidade de suas moedas e a recorrer, no limite, à moratória. Este foi o caso típico dos principais países da América Latina, com a exceção Argentina (FIORI, 1999). Entre o processo de independência desses países, em torno da década de 1820, e sua inserção periférica no ciclo da economia inglesa, viveram um processo conflitivo de consolidação dos seus Estados territoriais. São inúmeras as interpretações que apontam as razões pelas quais esses países não lograram industrializar-se, como ocorreu com o caso de alguns capitalismos tardios, que conseguiram resistir à sua periferização por parte da Inglaterra, mas uma forte interpretação aponta que depois de 1870 a opção das elites políticas e econômicas latino-americanas já havia sido feita e se submetida à supremacia geopolítica dos Estados Unidos e à hegemonia econômica, liberal e internacionalizante da Inglaterra (FURTADO, 1959; FIORI, 1999).

A formação territorial brasileira, em período que coincide com o que Polanyi (1980) chama de “era liberal”, é caracterizada pelo que fora chamada de formação de “células exportadoras”, formadas por estruturas produtivas de baixo nível tecnológico e capacidade produtiva, que concentrava nichos populacionais que interagiam pouco entre si (FARIA, 1976; SANTOS E SILVEIRA, 2001; BRANDÃO, 2007).

Contudo, a formação dessas “células” tinha em sua lógica, além da interação com o contexto internacional de inserção no circuito de acumulação, o funcionamento de estruturas regionais específicas de reprodução social. Estruturaram-se núcleos urbano-regionais complexos, em que se reuniam desde lógicas de sistemas produtivos de subsistência e abastecimento interno, com a

incidência de manufaturas, às atividades de articulação mercantil via exportação, o que é claro, moldou a formação territorial e o processo de urbanização. Atrelada a esse tipo de estrutura produtiva, via-se uma estrutura política bem demarcada, com a predominância de classes remanescentes dos sistemas oligárquicos formados em períodos anteriores.

Foram muitos os esforços interpretativos para analisar a moldagem do território brasileiro. Bandão (2007) reúne as principais interpretações e apresenta de maneira sintetizada os processos de poder que conduzem esta dinâmica. Em princípio, pode-se perceber a vinculação do processo de produção do território brasileiro com o funcionamento da sociedade liberal, que prevalece internacionalmente até a década de 1930. As heranças coloniais, contudo, são extremamente presentes e estão intimamente vinculadas com a forma com que o Brasil se insere no circuito geral de acumulação capitalista, conforme mostra Antonio Carlos Robert Moraes (2000). A ideia central é a de um país formatado por uma diversidade de núcleos urbano-regionais isolados e dispersos. As bases da dispersão são abordadas por Moraes (2000), que demonstra a lógica de ocupação da área que foi sendo moldada e que se consolida como território brasileiro. Importante, neste contexto, se faz saber como se deu a penetração desses espaços isolados no processo geral de acumulação e *vice versa*, ou seja, como se tornam espaços de reprodução capitalista. Isto é, de fato, se formaram núcleos urbanos particulares, cada uma com sua especificidade e complexidade, contudo, tendo em comum, enquanto relação dominante, a articulação isolada com o exterior, em fases diferentes de hegemonia de uma atividade produtiva, mas também nos particulares processos de reestruturação produtiva de cada região (GONÇALVES, 1998; BRANDÃO, 2007, GODOY, 2009)⁴⁹.

Nesse sentido, torna-se primordial que se desenhe as relações de poder específicas e determinantes destes núcleos regionais do “arquipélago” territorial brasileiro (SANTOS e SILVEIRA, 2012). De um modo geral, estes núcleos refletiam a influência dos interesses de oligarquias patriarcais na formação do saber social. Isto é, as relações tendiam a ser direcionadas às atividades relacionadas à exportação de uma determinada *commodity*, que abastecia, em alguma monta, o mercado mundial. Assim, o território brasileiro se forma em complexidade multiescalar. Vale dizer que a orientação de abastecimento do mercado capitalista internacional, obrigatoriamente, precisava conviver com ambientes regionais complexos carregados da existência de economias de subsistência, vasta hinterlândia pecuária e frentes de expansão para novas áreas, seguindo uma trajetória secular desta

⁴⁹ É importante frisar que a abordagem se refere às relações dominantes, mas não negligencia que existiam importantes interações que garantiam complexidade própria a cada espaço regional brasileiro à época. Aliás, este aspecto é primordial, pois apenas através das conexões entre a racionalidade global que se forma e as “verdades” próprias do território já constituído é que se consegue perceber os traços territorialistas do processo geral de acumulação de capital.

prática, conforme aponta Wilson Cano (1998a). Assim, cabia às classes oligárquicas construir o ambiente que lhe garantisse melhores vantagens e possibilidades de acumulação, que é aspecto central de sua racionalidade, já envolvida com as possibilidades de consumo advindo do centro do espaço social capitalista.

São claras as estratégias de poder hegemônicas deste período liberal, as quais Brandão (2007) chama de “segredos” utilizados como sustentação da classe mercantil que, facilmente, se articulava com os mercados internacionais:

Os segredos – base de sustentação do capital mercantil – são preservados e utilizados na constituição e manutenção de canais especiais para acessar privilégios e benesses no poder público e para consolidar o “fechamento” das regiões, circunscrevendo a seu domínio aqueles espaços de acumulação mais atrativos para a valorização de suas massas de capital, mantendo-os sob o controle da classe dominante local (BRANDÃO, 2007, pp. 107-108).

Assim, estimula-se o fechamento das regiões em sua lógica de reprodução, em que as oligarquias tradicionais manipulavam o acesso à terra e exerciam forte influência sobre o Estado. Esse modo social produz territórios regionais amarrados estrategicamente à territorialidade do Estado, que por sua vez se articula com a territorialidade do capital financeiro internacional em consolidação.

A ação do Estado no período é boa evidência do teor das estratégias de poder que permeavam as práticas vigentes. Nesse sentido, a Lei de Terras de 1850 representa como o “terreno” foi preparado para a supremacia dos interesses das classes oligárquicas à época, que, aliás, perduram na atualidade, um século e meio mais tarde, quando se verifica as questões fundiárias do país (MARTINS, 2003). A Lei de Terras reflete o sistema de poder que envolvia interesses locais/regionais e que impediu a redistribuição do uso da terra sob outras perspectivas sociais (BRANDÃO, 2007). Como aponta João Antônio de Paula (2001) a Lei de Terras condicionou a estrutura econômica brasileira a uma lógica de isolamento, já que impediu a estruturação de uma dinâmica de integração de mercados, por avalizar a ótica de concentração de terras e, por conseguinte, a especialização produtiva voltada ao mercado exportador de *commodities*.

Dessa perspectiva histórica é possível a construção de duas sínteses. A primeira, de que a dinâmica baseada nas relações oligárquicas e suas vinculações com o contexto externo impedia ou dificultava a articulação entre mercados internos no âmbito do território brasileiro. Isto quer dizer que o potencial de produção de um território brasileiro pela articulação entre estruturas regionais complexas, criadas a partir de uma lógica de ocupação, foi sobreposta por uma lógica de interação de interesses que vai desde a escala das decisões locais, até a lógica de funcionamento da ordem econômica mundial. Uma interação que favorece a reprodução de algumas territorialidades

predominantes: o território rede do capital financeiro e das circulações próprias à divisão internacional do trabalho; a territorialidade do Estado nacional brasileiro, como uma espécie de mediador, o que envolve uma tática de autoafirmação frente ao contexto de inserção no contexto do desenvolvimento dependente; e, por fim, a territorialidade das regiões de poder das classes oligárquicas mercantis brasileiras que, ao mesmo tempo em que garantia suas condições de reprodução, sustentava a posição de mercado consumidor dos produtos do centro do mundo capitalista. A segunda síntese é a de que o potencial de reprodução de atividades solidárias, baseadas em economias locais de subsistência, interações manufatureiras locais e uma possível outra forma de uso e apropriação da terra, foi progressivamente suplantado pelas atividades próprias das relações hegemônicas.

Essa construção multiescalar, em sua perspectiva regional, se reproduz, bloqueando formas diferenciais, modificando-se ao longo da história brasileira. Até a década de 1930 verifica-se uma articulação das elites oligárquicas com o processo geral de acumulação de capital em escala internacional, se refletindo em formas específicas de reprodução social de bases locais e heterogêneas. Este ciclo se quebra, enquanto força hegemônica, quando as relações frente aos mercados internacionais de *commodities* se tornam dificultosas, e há inserção de formas mais “modernas” de reprodução do valor no território brasileiro (OLIVEIRA, 1977).

3.2. O período desenvolvimentista e a produção de território(s) à brasileira

As bases de ruptura para com a forma liberal de reprodução de poder no Brasil surgem a partir de seus próprios contrassensos, mesmo sem romper com a lógica geral do período liberal. No período que se estende entre o último quartel do século XIX e meados da década de 1920, começa a despontar uma situação que promove, em alguma medida, a integração do arquipélago brasileiro. Percebe-se um maior avanço capitalista nas relações de produção da economia paulista por meio da acumulação aferida pela produção cafeeira e o complexo econômico que se cria em torno dessa atividade. No início do século XX o complexo cafeeiro fora o principal núcleo de acumulação do país, por sua capacidade de inserção na economia mundial, em detrimento das dificuldades de outros setores que secularmente foram explorados pela economia colonial (TAVARES, 1999). A formação de um arranjo territorial paulista, até esse momento, se construía aos moldes das demais “ilhas” do “arquipélago” brasileiro. Contudo, neste núcleo, ou seja, no seio da sociedade paulista, desenvolvem-se os fundamentos de uma economia capitalista e de uma mentalidade desenvolvimentista-industrialista. Fato é que as transformações que se desdobram na sociedade

paulista, enquanto um território diferenciado, no que diz respeito à lógica capitalista, arrasta as demais economias a incorrer em práticas que remontam ao que se passa em São Paulo, devido à pujança de seu processo e uma tomada de consciência do atraso relativo, conforme apontam Diniz (1981) e Dulci (1999), que exemplificaram o caso de Minas Gerais. A presença do capital estrangeiro nesta época começa a ser marcante na formação da estrutura produtiva de bases capitalistas, mas também, passa a ser marcante a instalação do próprio capital produtivo de grupos transnacionais, de modo que, ambas as situações, remontam à ideia de que o Brasil, no cenário mundial, começa a figurar como um território de investimento. Nesse contexto, tem singular valor a urbanização que surge da dinâmica paulista, em que se destaca a estruturação de serviços relacionados à reprodução capitalista, como o comércio urbano, bancos e infraestrutura. Assim, surge no Brasil um “novo urbano”, com novas relações e “facilidades” que incorporam a modernidade (HOLANDA, 1991) e, com ela, o pensamento das elites que se utilizam do discurso do desenvolvimento para adentrar nos circuitos da nova ótica de poder. Conforme aponta Marcelo Godoy (2009) a “modernização” brasileira é permeada por quatro processos intercalados e de longo prazo, caracterizados por incompletudes e ritmo relativamente lento: *i)* a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o qual abre caminho para a formação de uma força de trabalho capitalista; *ii)* o estabelecimento da “propriedade privada juridicamente plena”, a partir da Lei de Terras de 1850, o qual restringe a possibilidade de produção de uma outra territorialidade baseada em formas diferenciadas de apropriação da terra; *iii)* a modernização das relações comerciais e financeiras, com constituição de um sistema bancário, com estreita relação com o que acontece no estado de São Paulo, seu processo de urbanização, bem como seus desdobramentos frente às demais regiões nacionais; *iv)* transição entre um sistema de transporte baseado em modais tradicionais para um sistema mais moderno e integrado, também com estrita relação ao processo de desenvolvimento das forças produtivas em São Paulo.

Permanece, porém, a secular forma de produção do território a partir de sua expansão horizontal. A ferrovia cumpre importante papel, pois começa a moldar o potencial de integração dos mercados brasileiros e uma incipiente divisão inter-regional do trabalho, o que estimulava a especialização produtiva dos espaços periféricos a São Paulo (CANO, 1998a; BRANDÃO, 2007). De modo que, a especialização agora, pelo menos de algumas áreas brasileiras, estaria relacionada às relações junto a uma centralidade nacional.

Até então, a perspectiva de competição intercapitalista não fazia parte, pelo menos diretamente e de forma hegemônica, da formação territorial brasileira. Mas, a partir da dinâmica que se desenvolve em São Paulo, essa perspectiva se concentra como fundamento de reprodução das relações sociais

internas a essa região, agora polarizadora das demais. Além disso, essa perspectiva *explode*, influenciando o que se passa nas demais regiões do país, sob a forma de consciência de atraso territorial relativo e disseminação do receituário para cobrir esta lacuna diferencial, tendo como retaguarda, frequentemente, o “duplo movimento” – um contrassenso entre o pensamento liberal e estratégias induzidas pelos aparelhos de Estado, nesse caso, nas esferas regionais (ou dos estados⁵⁰)⁵¹.

As forças de acumulação capitalistas que se desenvolviam em São Paulo direcionaram seu empenho para que ocorresse uma expansão de seu mercado potencial para as demais regiões brasileiras. Nesse aspecto, as demais regiões se tornaram potenciais mercados consumidores da produção industrial paulista que, em alguma medida, exportava também algumas plantas produtivas complementares. Assim, se produziu um processo de conquista dos mercados regionalizados. As pressões políticas dos operadores dessa dinâmica capitalista de produção do território se refletem no movimento de “modernização” dos meios de comunicação e transporte, que facilitam a interação mercantil entre as economias regionais e o polo industrial paulista (SANTOS e SILVEIRA, 2012). Cada vez mais, no período que vai do início da década de 1920, sobretudo da década de 1930 em diante, até metade da década de 1950, as economias regionais passam a atender a uma lógica de complementaridade e submissão à economia paulista. Conforme expõe Brandão:

Restava integrar-se complementarmente à economia do polo dinâmico da acumulação, submetendo-se e enquadrando-se à hierarquia comandada por aquele centro do processo de decisões atinentes ao processo de acumulação de capital que ditaria o ritmo e a natureza da incorporação de cada região no *ranking* nacional, vetando o que não fosse aquela “articulação possível” em cada momento, e, eventualmente, gerando efeitos de destruição naquelas regiões que ousassem enfrentar os requerimentos fixados pelo núcleo da acumulação de capital no país (BRANDÃO, 2007, p. 116).

Formata-se assim, no Brasil, um esquema interno, em escala organizada, de divisão inter-regional do trabalho (RANGEL, 1968).

Na verificação das determinantes desse processo é possível perceber que o avanço produtivo da economia urbano-industrial paulista estava intimamente vinculado com o contexto internacional. Primeiro, trata-se de um momento de reestruturação produtiva em face da insustentabilidade da

⁵⁰ Vale frisar que, nesse contexto, faz-se referência aos “estados” enquanto entes da federação brasileira.

⁵¹ Bons exemplos das articulações políticas elitistas desse momento estão registradas em *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*, de Otávio Soares Dulci (1999), que mostra como o discurso desenvolvimentista das elites mineiras forja, ideologicamente, um sentido social de integração mineira. Outra interessante abordagem que explora os aspectos ideológicos das elites mineiras está em Martins Filho (2009).

dinâmica de importações das elites brasileiras frente ao cenário de crise financeira do capitalismo, no início da década de 1930, e o contexto de guerra mundial no final desta mesma década e início da posterior. De fato, é neste contexto que a industrialização paulista ganha força, por meio de uma dinâmica induzida de substituição de importações. Porém, as condições de dependência que regem a introdução da sociedade brasileira no contexto da civilização industrial não perdem validade, pois, não havia, mesmo em território paulista, acumulação em base produtiva voltada à fabricação de meios de produção industrial (FURTADO, 1978; CANO, 1998a). A industrialização brasileira neste período só se faz possível através da importação de bens de capital, portanto, acontece de modo restringido ou dependente. Essa dinâmica assegura a influência do capital financeiro internacional e de demais grupos empresariais de atuação transnacional nas decisões da classe capitalista brasileira e em sua relação com o Estado. Por outro lado, a ação dos operadores do processo de industrialização paulista condicionava as decisões das elites regionais, que passaram a agir para a produção de territórios organizados para serem complementares ao processo de industrialização (BRANDÃO, 2007).

É justamente esta dinâmica de vinculação das demais regiões brasileiras à centralidade paulista que condiciona o aparecimento da competição entre territórios produzidos na escala regional brasileira. As economias regionais, agora, em sua maioria, vinculadas por relações mercantis ao centro paulista, se organizam, por meio de suas elites, para a formatação de estratégias competitivas com vistas ao exercício de maior acumulação mercantil. Isto é, a competição acontece no ambiente de circulação de mercadorias de abastecimento complementar à economia industrial, o que se refletiu em: processos regionais de especialização produtiva; estratégias políticas de pressão sobre o aparelho de Estado, em suas diversas esferas institucionais; e na formação cultural, principalmente no que diz respeito ao processo pedagógico formal de formação em massa, sob a perspectiva de uma educação que aponta a “naturalidade” do processo capitalista (FREIRE, 1969).

Pode-se dizer que, durante esse período de industrialização, consolidaram-se formas territoriais em dois níveis: primeiro, complexos de poder regionais, que a partir da influência do processo de industrialização paulista, da tomada de consciência do atraso relativo e da fragilidade de acumulação de suas tradicionais atividades produtivas (em termos técnicos e, também, pela dificuldade de inserção internacional, dado o contexto global de instabilidade), que, por meio da ação hegemônica de suas elites, canalizaram esforços sociais para o abastecimento mercantil da centralidade em formação; segundo, no nível de uma territorialidade-rede coerente de conexões entre territórios regionais, vinculados à dinâmica urbano-industrial, em um contexto brasileiro.

Cano (1998b) argumenta, de modo convincente, que esse processo, para a periferia do sistema nacional, representa o esvaziamento de possibilidades de ativação de potencial autônomo, com capacidade de romper com a dinâmica de submissão ao núcleo central do território brasileiro. Esse esvaziamento de potencial se sustenta tanto para a possibilidade de um projeto de industrialização autônomo, como para um projeto autônomo de articulação social de cunho não capitalista.

Nas regiões brasileiras, até o despontar mais efetivo do processo de industrialização, puxado pela dinâmica de acumulação em São Paulo, vigoravam relações sociais que às direcionavam para uma inserção no processo amplo de produção de capital, via conexão direta ao mercado internacional, em contraposição a processos sociais de base local e de caráter solidário. Justamente essas condições históricas prévias, essas rugosidades, que são elementos do modo social anterior (SANTOS, 1996), que funcionam como base fértil para a penetração da racionalidade de reprodução capitalista. Como aponta Maria da Conceição Tavares (1999), os capitais mercantis acumulados pelas elites regionais serviram para a consolidação de sua influência frente ao Estado, apesar de não ser transferida para forças de industrialização. Vigorou entre as elites regionais o conservadorismo rentista e a estratégia de ampliação das fronteiras agropecuárias, conforme apontou Caio Prado Jr. (1960).

As evidências de que a base para o pensamento de formação territorial, do período em questão, fora a transformação das regiões em núcleos competitivos e complementares à territorialidade paulista estão, claramente, presentes no discurso e na ação de Estado. Exemplo mais claro é a preocupação com a “marcha para o oeste” do governo de Getúlio Vargas, em que a estratégia explícita fora a produção de “territórios competitivos” para se promover a “integração do sistema de circulação de riquezas” (BRANDÃO, 2007; GOMIDE, 2011). No mesmo sentido, observa-se o movimento de descentralização do sistema tributário brasileiro, entre os anos de 1946 e 1963, em que municípios e estados puderam contar com mecanismos de ajuste tributário e estabelecer capacidade de endividamento, como ferramentas de atração de capitais (CARDOZO, 2003; BRANDÃO, 2007). Além disso, foram forjadas diversas instituições regionais de fomento ao desenvolvimento. Nas escala de atuação federal destaca-se a Fundação Brasil Central (FBC), operadora da “marcha para o oeste”, que seguidamente fora transformada em SUDECO, na década de 1960, também, a criação das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM). No contexto dos governos estaduais, pode-se destacar a elaboração do Plano de Recuperação Econômica e Fomento à Produção, de 1947, em Minas Gerais, e, também neste estado, a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 1962, que contava com campanha de instalação desde 1955, destinado a aportar capital para o financiamento de projetos industriais e de

infraestrutura (DINIZ, 1981). Os princípios lógicos do caso mineiro refletem o que acontecia em todo o Brasil, em que os esforços se destinavam ao fomento à industrialização, bem como para investimentos em infraestrutura e expansão das fronteiras agrárias.

Nesse trabalho, importa mais que esse fora um processo que alimentava um discurso pretensamente “natural” que envolvia a política de desenvolvimento do Brasil e de suas regiões. No âmbito dessas “economias”⁵² regionais, este discurso alimentava as estratégias de superação do atraso relativo, embora isso, conforme já apresentado, configurava-se uma tarefa improvável. De toda sorte, é notável a forte penetração da ideologia do desenvolvimento na produção do(s) território(s) brasileiro(s). Conforme aponta Ianni:

O desenvolvimentismo é a ideologia da ruptura burguesa. Como tal, ele assume funções particulares, próprio do capitalismo que se constitui num país gerado no processo de acumulação primitiva e inserido dinamicamente no capitalismo mundial. Às vezes, implica numa luta pela apropriação do excedente econômico que é canalizado para o exterior através das vinculações com o capitalismo internacional. Neste caso, se apresenta como nacionalista. Noutras, envolve a rearticulação da economia nacional, particularmente o setor industrial, com o capital externo. Neste caso, está associado ou conjugado com este, inserindo-se intrinsecamente na estrutura econômica internacional. Mas é sempre o mesmo. É sempre ideologia da burguesia industrial na fase de conquista de sua hegemonia (IANNI, 1965, p. 108).

Assim, sob a ótica de uma burguesia industrial de influência crescente, formata-se um sistema econômico nacional de interação competitiva-dependente entre as suas regiões. A partir da metade da década de 1950, período marcado pelo início do governo de Juscelino Kubitschek (JK), o território brasileiro passa a ser trabalhado, mais intensamente, por iniciativas de cunho estatal voltadas à integração produtiva em torno do processo de industrialização. A ação do Estado, novamente, pode ser colocada como marco da construção de uma racionalidade desenvolvimentista que orienta os esforços sociais. Os instrumentos de planejamento intentam em legitimar tal processo, em que se destaca, nesse período, o Plano de Metas, com a socialização do discurso que alertava para avanço de “cinquenta anos em cinco”. Como destaca Brandão,

A industrialização avançou, arrastando e acicatando o conjunto das atividades econômicas terciárias, agropecuárias, de suporte infraestrutural etc. Transformações materiais abrangentes se processaram, porém nunca foram acompanhadas de maior acessibilidade, por parte da maioria da população, à propriedade, à terra rural ou urbana, à educação e saúde de qualidade, à moradia, aos serviços urbanos, à inserção formal no mercado de trabalho, à renda com permanência e segurança, ou seja, *sem direitos à economia urbana moderna* etc. Contudo, avançou-se na construção de um *espaço nacional*, erigido sob novo padrão de acumulação, por meio do aprofundamento de mecanismos de políticas públicas protetores e controladores da reprodução ampliada de diversas facções burguesas,

⁵² É interessante como no discurso tocante às questões do desenvolvimento, territorialidades complexas são chamadas, simplesmente, de “economias”. Isso, claramente, ajuda a entender como as relações de mercado se consolidam como força hegemônica da produção dos territórios.

consolidando uma capacidade de dar coerência à valorização de uma ampla frente de capitais – bastante assimétricos, segundo os cortes setoriais, regionais, de porte etc. –, agora *integrados produtivamente* (BRANDÃO, 2007 p. 126).

Além da ação estatal, o capital financeiro internacional teve importante papel na efetivação desse processo de produção de territórios integrados à lógica de desenvolvimento, conjugado com a penetração de grandes grupos da indústria pesada, organizados como oligopólios de atuação internacional, que implantaram no Brasil plantas industriais planejadas com grande capacidade ociosa. Esse movimento de penetração do capital internacional se efetiva sob a forma de intensificação dos investimentos no parque industrial paulista e sob a estratégia de conquista do mercado interno nacional (CANO, 1998b). A considerável magnitude dos investimentos, a mutação/modernização do padrão tecnológico, as ondas inovativas nas cadeias produtivas primárias, como as de material de transportes, elétrica e metal-mecânica, além da relativa “invasão” dos mercados regionais, dão a dimensão do quão abrupto fora esse processo. As contradições que se refletem na concentração da acumulação na ampliada área central de acumulação, no processo urbano-industrial estabelecido, sem que houvesse a ampliação do direito às facilidades da urbanidade, foram controladas pela difusão da ideologia do desenvolvimento, que na escala cotidiana surgia sob a forma da potencial ascensão social.

A ideologia “desenvolvimentista”, a colagem da economia brasileira ao movimento internacional de capitais, a cooptação populista, enfim o êxito na mudança do padrão de acumulação, auxiliaram a enublar as contradições inerentes à industrialização pesada em condições de subdesenvolvimento, ampliando a base social de apoio, legitimação e sustentação do governo (BRANDÃO, 2007 p. 127).

Fica marcada, neste momento, a relevância dos investimentos infraestruturais de interiorização do capital e conquista dos mercados regionais. Nesse sentido, destaca-se a construção de Brasília, a nova Capital Nacional, o que representa a estruturação de um centro de serviços e base institucional que dão coerência à escala nacional de circulação de capital.

Após o golpe militar de 1964 instaura-se uma nova fase política, contudo, representando uma fase de continuação do processo de integração produtiva do espaço social capitalista no Brasil, pelo menos até meados da década de 1970. A estratégia é bem clara: ocupação de áreas que se encontram mercadologicamente isoladas e alargamento dos mercados brasileiros. Para isso, seria necessário o transplante de capital produtivo para as demais regiões. De modo que, desenvolveram-se diversas políticas de incentivo através de subsídios para o investimento em setores produtivos complementares à indústria nacional, principalmente nas regiões nordeste e norte do país. Esse movimento também é reflexo do ambiente de tensões políticas que se construía entre as elites regionais. Ficava claro, até então, que se desenhava um contexto de integração vertical entre as

regiões nacionais e o centro industrial de acumulação que se beneficiava de uma concentração relativa. Portanto, um contexto de desigualdades regionais. Assim, o problema das desigualdades se consolida como parte da agenda pública nacional (BRNADÃO, 2007). Nesse aspecto, a estratégia de promoção do desenvolvimento das demais regiões envolvia a criação de um ambiente de convivência pacífica entre as elites (as orientadas pelo capital industrial de um lado, e as orientadas pelo capital mercantil de outro) e também entre as classes. Assim, foi de grande importância os incentivos ao uso das amplas fronteiras a serem exploradas, através de investimentos em infraestrutura viária, energética e da promoção de complexos agromercantis modernizados (agroindústria), como forma de compensação aos investimentos e incentivos dirigidos ao processo de industrialização paulista. Esse esforço resultou na extensão das cadeias mercantis, principalmente nos espaços das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (CANO, 1998b). Claramente, observa-se que a dinâmica de interação das elites regionais e seu reflexo sobre o aparelho estatal foi responsável pela consolidação de uma perspectiva de diferença/desigualdade entre as regiões brasileiras. Diferenças criadas pelo processo de penetração das relações urbano-industriais no Brasil e que levaram à mobilização das forças políticas hegemônicas em favor de estratégias reativas frente às discrepâncias existentes entre as regiões, quanto às oportunidades de acumulação.

Entre as décadas de 1960 e 1970 a urbanização passa a figurar como o novo padrão de reprodução, em que de um lado identificava-se a industrialização do centro de acumulação nacional; de outro os incentivos à expansão da fronteira agroindustrial e seus reflexos na estrutura fundiária, com a disseminação da figura do latifúndio, muitas vezes improdutivo, fruto de uma lógica especulativa e de domínio local. Unem-se a atração (da cidade industrial⁵³) e a expulsão (do campo) na produção das cidades brasileiras, principalmente no entorno de São Paulo. É nesse período que se verifica uma brutal onda de migração campo-cidade na história brasileira (BRANDÃO, 2007).

A partir da década de 1970, o que se observa é o início de um processo de desconcentração industrial com relação a São Paulo. Por meio da ação estatal intensificam-se os investimentos em infraestrutura, principalmente aqueles orientados pelo II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) relacionados às atividades de indústrias de insumos básicos e bens de capital. No âmbito da política pública houve a priorização de regiões com capacidade em siderurgia, mineração, produção de papel e celulose, alumínio e processamento de alimentos (PACHECO, 1998; BRANDÃO, 2007). Inicia-se nesse período um movimento de desconcentração horizontal da

⁵³ Ver Lefebvre (1999).

atividade industrial paulista, ou desconcentração concentrada, conforme aponta Diniz (1993). Isto é, levam-se adiante iniciativas de incentivos fiscais no interior paulista e em áreas adjacentes para a atração de empreendimentos industriais e que se somam aos investimentos em infraestrutura logística, que garantem condições de “competitividade” nas adjacências do núcleo paulista. Tornou-se comum, neste período a formação dos distritos industriais, organizados pelos governos estaduais e poderes locais. A expansão da agropecuária moderna, também, continua a ser carro chefe das políticas de “integração produtiva”, exemplo disso, foi o lançamento do programa “Proálcool”, em 1975, que impulsionou a formação de complexos agroindustriais sucroalcooleiros (BRANDÃO, 2007).

A ação estatal continua a se direcionar em favor da complementação dos sistemas de infraestrutura, com o objetivo de integrar o sistema econômico nacional. O que abre caminho para o fortalecimento do conjunto de empreiteiras nacionais, enquanto força política. Nesse momento se consolidam no contexto nacional a influência de grupos empresariais do setor da construção civil, como Camargo Correa e Mendes Jr.. Esse tipo de capital mercantil tem grande influência na produção das cidades brasileiras, a partir de seu poderio e alianças frente ao processo político formal (FERRAZ FILHO, 1981). Como mostra Ermínia Maricato (2001), a urbanização brasileira é marcada por um agressivo movimento de construção de cidades sob o efeito de um mercado fundiário altamente especulativo, controlado pelo setor da construção civil. De modo que, torna-se “tolerável” a produção de favelas e as agressões ao meio ambiente, uma vez que, é necessário produzir espaço urbano (periférico) para a força de trabalho que sustenta o processo de acumulação vinculado à produção da cidade formal. Nesse caso, torna-se importante destacar que o urbano das favelas, apesar de, no discurso social, ser percebido como espaço marginalizado e subversivo, pelas práticas que alí tomam forma, geralmente relacionadas com a questão do crime, estão plenamente articulados com a lógica de reprodução da cidade. Nas favelas e periferias, o que se torna, de fato, subversivo é tudo aquilo que se descola da ótica formal de reprodução da cidade. Aí se incluem, de um lado, o tráfico de drogas e outras atividades ligadas ao crime, mas, de outro, o sentido de pertencimento, expressões culturais próprias, a informalidade nas relações comerciais e formas específicas de produção de moradia. Mas, esses espaços se incluem, perfeitamente, no fornecimento de força de trabalho para a construção civil, para os serviços de portaria, limpeza, etc., funções essas necessárias para a reprodução das áreas centrais e das áreas “nobres” da cidade. Importa que o esforço social, para além da favela, é inteiro voltado para que as pessoas que vivem nesses espaços periféricos se enquadrem na lógica de reprodução da cidade formal, para que desqualifiquem as práticas de poder que os dá autonomia, ainda que, para isso, tenham de aceitar a

sua condição de periféricos. Claramente, nesse aspecto, trata-se de um territorialismo na escala da cidade, de sua produção enquadrada na lógica de reprodução da acumulação ampliada, frente a outras cidadanias possíveis. Na perspectiva da escala nacional, permanecia o movimento de expansão das fronteiras agrícola e mineral, mas com alguns casos em que se despontava maturidade tecnológica, principalmente com relação a mercadorias voltadas à exportação.

Para Brandão (2007), a questão regional (enquanto agenda estatal) foi vista de modo ortodoxo, em que vigoravam as análises comparativas entre o produto interno bruto (PIB) das regiões, seus níveis de renda e emprego da força de trabalho. Indicadores que delineavam as percepções de discrepâncias entre as regiões. Assim, não se prestava atenção à dinâmica estrutural que envolve a divisão inter-regional do trabalho, formada pelas relações entre as regiões brasileiras. Não vigorou um entendimento mais estrutural com relação à produção dos territórios nas escalas regional e nacional. O que, pode-se dizer, difundia ainda mais a “necessidade” de formulação de estratégias agressivas para a captação de maiores investimentos, seja através do aparelho estatal, seja por meio do mercado financeiro internacional e suas *trades*, seja por meio da articulação entre essas duas figuras.

3.3. A “onda” neoliberal: territorialismo competitivo generalizado, em um movimento de religação do local ao global

Ao final da década de 1970 o Estado brasileiro já demonstrava sinais de enfraquecimento, inclusive na sustentação de sua ação “desenvolvimentista”. Grande parte do poder de ação do Estado brasileiro advinha dos fundos internacionais de financiamento (endividamento) que entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 passaram a ser revistos, como consequência das repostas dos operadores do capital financeiro à crise que culmina com o choque do petróleo. É sabido que países como o Brasil se viram obrigados a efetuar readequações de suas políticas de investimento em face das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). O que se transformou em um ciclo danoso à capacidade de investimento desses Estados que se viram obrigados a exercerem práticas de rolagem e renegociação de dívidas, que acarretaram em ainda mais rígidas orientações de austeridade e controle de investimentos, próprios da cartilha da nova onda liberal, ou neoliberal. De fato, instala-se um contexto de restrições que acarretam em sua incapacidade de sustentar seu movimento de promoção de frentes de expansão de fronteiras econômicas, que garantiu, durante anos, a convivência pacífica entre as elites industriais e as

tradicionais elites oligárquicas e fundiárias, articuladas cada vez mais ao agronegócio internacional (BRANDÃO, 2007).

A partir do último quarto do século passado, a história da reprodução capitalista global é marcada por uma crise do sistema – ou do padrão fordista de reprodução capitalista – e por um novo movimento de reestruturação produtiva. Torna-se marcante a ruptura do sistema monetário dólar-ouro e do equilíbrio de forças prevalecente na guerra fria. Frente à crise fordista de reprodução, seja em seus aspectos produtivos, seja com relação às preções sociais das classes operárias, o sistema capitalista passa por uma reestruturação e volta à tona a defesa por mercados autorregulados e desaparecimento do Estado diante das questões econômicas, o que representou um retorno fortificado da hegemonia da ideologia liberal, mas, claramente, com novos nuances históricos (BIHR, 1998).

Não se pode negligenciar o aspecto geopolítico desse momento de reprodução do sistema capitalista, de modo que, deve-se ressaltar a importância interpretativa daquilo que Polanyi (1980) destaca como “duplo movimento”. Os Estados Unidos da América (EUA), em seu aspecto institucional, ou sua territorialidade estatal, aparecem, nesse momento, como figura arbitrária de comando de uma ordem institucional que delinea a atuação de regimes regionais e globais. Os EUA atuam em favor da abertura e desregulação de economias nacionais, a convergência entre políticas macroeconômicas, além de se estabelecerem como referência nos campos industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural. Além disso, comandam a funcionalidade do sistema financeiro, principalmente pelo estabelecimento de uma política monetária/cambial agressiva de valorização do dólar, em um momento de “revolução financeira”, principalmente pelo avanço dos meios de comunicação. Por conseguinte, os momentos subsequentes tornam-se, também, de maior instabilidade na dinâmica de reprodução capitalista (FIORI, 1999). Como destaca Fiori,

[...] como no século XIX, o capital financeiro volta a ocupar o proscênio, em blocos de poder formados com seus Estados nacionais e competindo por novos territórios econômicos, delimitados já não pelas barreiras comerciais, mas pela credibilidade das suas moedas e dos sistemas de pagamento. Criam-se verdadeiros “territórios monetários” que se espriam e competem através de um universo integrado pelas desregulações nacionais do movimento de capitais e pela descompartmentalização dos próprios mercados financeiros do câmbio, dos títulos públicos e privados, das ações, dos imóveis e das *commodities* (FIORI, 1999, p. 72).

Entra em questão uma nova onda de internacionalização e concentração financeira, mais volátil e excludente por conta da flutuação cambial e tendo como centro de controle as determinações vindas de *Wall Street*. Os aparelhos econômicos, sejam nos países centrais do espaço capitalista, ou em sua periferia, tornam-se cada vez mais dolarizados, mas sujeitos às estratégias de flutuação

dessa moeda e os mecanismos de flutuação da taxa de juros americana. Isso, por outro lado, estimula uma dinâmica de competição de valor cambial entre os países e a flutuação constante do valor das moedas, o que gera uma multiplicação da riqueza financeira global e, por conseguinte, maior instabilidade do sistema. A flutuação cambial, notadamente, vem acompanhada de desregulação do mercado de capitais, o que garante o fortalecimento de um segmento financeiro global associado à força da superestrutura americana e ao estímulo à formação de um sistema de “desregulação competitiva” (HELLEINER, 1994).

Fiori (1999) argumenta que essa dinâmica culmina na “economicização do princípio da nacionalidade”, de modo que, os aparelhos estatais (no ambiente ocidental) teriam concentrado toda sua capacidade de autoafirmação nos mecanismos de atração de valores em circulação no mercado financeiro global. Para este autor, essa mudança se reflete de forma paradigmática no contexto da comunidade europeia: “[...] *uma potência industrial e comercial que conseguiu construir uma moeda única, mas não dispõe de unidade entre seus capitais financeiros, nem muito menos de um projeto estatal e militar comum*” (FIORI, 1999, p. 75). Contudo, acredita-se que essa mudança corresponde a uma nova dinâmica de produção de território no sistema capitalista, que se expressa em uma multiplicidade de escalas. Nesse sentido, também é possível considerar o caso da comunidade europeia como emblemático. Justamente pela adoção de uma estratégia de poder completamente influenciada pelos mecanismos de reprodução do capital financeiro, fora produzida uma territorialidade em que os mecanismos sociais formais seriam guiados para a direção da reprodução do capital financeiro. Assim, a União Europeia, como uma instituição regional formadora de território em escala supranacional, bem como, os demais arranjos interestatais, efetivados ou pensados, são reflexos de uma estratégia de competição pela retenção de valores financeiros e, por conseguinte, da submissão da estrutura social a essa dinâmica, desde a padronização de mecanismos de não regulação dos aparelhos estatais, até a livre circulação de mercadorias e força de trabalho.

Em países periféricos, como os da América Latina, Fiori (1999) defende que houve aceitação com relação à hegemonia dos EUA. Nesse aspecto, estes territórios funcionaram como espaços de experimentação da estratégia liberal-desenvolvimentista, que fora organizada pelos seus aparelhos estatais a partir das determinações do capital financeiro internacional. De fato, já existia nestas sociedades periféricas toda uma construção ideológica em torno da necessidade de um projeto desenvolvimentista, que, em realidade, retratava a possibilidade de reprodução de suas elites.

No caso brasileiro, essa situação é bem refletida naquilo que Fiori (1999) classifica como um processo de conciliação entre os interesses das elites civis e militares. As civis, focadas nas possibilidades advindas de um internacionalismo liberalizante. Já as militares, focadas na manutenção de um projeto anticomunista. Como se sabe, esse desenho havia sido tramado desde a década de 1960, que culminou em um processo de industrialização conduzido pelo aparelho estatal e seu endividamento frente ao mercado financeiro global.

O início da década de 1970 é marcado pela tentativa de rediscussão da ordem internacional, o que significaria uma redistribuição do poder entre os Estados, por conseguinte, uma redistribuição da riqueza circulante. Tratava-se de iniciativa que intentava criar um movimento de solidariedade entre os países em desenvolvimento. Para Fiori,

Esse processo começou com o sucesso da estratégia da Opep com relação ao aumento dos preços do petróleo, que por sua vez estimulou o aparecimento do Grupo dos 77 e de sua proposta, aprovada pela Sexta Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974, favorável à criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, que incluía a formação da *Unctad* e a defesa do direito dos países em desenvolvimento de: 1) criarem associações de produtores; 2) vincularem os preços dos seus produtos de exportação ao movimento dos preços dos produtos industriais que importavam dos países desenvolvidos; 3) nacionalizarem empresas ligadas ao exercício da soberania sobre seus recursos naturais; 4) definirem regras próprias para o funcionamento das multinacionais nos seus territórios. Agrega-se a esta agenda a defesa da necessidade premente de rediscutir o sistema de tarifas e o próprio sistema monetário internacional. Em síntese, uma proposta de reforma global da ordem internacional vigente, que questionava a própria hierarquia de poder que regia as relações interestatais (FIORI, 1999, p. 78).

Ainda de acordo com esse autor, baseado em Tucker (1980), a submissão dos países latino-americanos à influência dos EUA faz parte de uma estratégia geopolítica americana, como uma resposta a essa iniciativa vinda do “terceiro mundo”. Os EUA proclamaram a “impossibilidade” do desenvolvimento generalizado e, nesse sentido, tratava de promover a priorização de alguns países, no sentido de fornecimento de apoio, em favor do “equilíbrio” sistêmico. Essa estratégia buscava o enfraquecimento de qualquer perspectiva de solidariedade entre os países ditos “em desenvolvimento”. Em consequência, favorece o cenário de competição em favor do capital financeiro. Gera-se, assim, uma nova onda de produção de territórios econômicos, alvo dos investimentos financeiros potenciais.

A partir da metade da década de 1980 é reforçada ainda mais a lógica de “cooptação seletiva” por parte dos EUA, uma vez que a maioria dos países nutridos por essa relação se via em situações de necessidade de renegociação da dívida externa. Agora, cabia aos países periféricos “selecionados” seguir a cartilha de austeridade, o que resgata, de maneira intensa, o “princípio liberal”: privatizações, fusões empresariais, aumento da taxa de juros, abertura ao mercado externo, controle de gastos sociais, são alguns dos conhecidos elementos de caráter, agora, neoliberal que se pôde

observar (FIORI, 1999). As táticas aplicadas retratavam o objetivo de atração de afluxo financeiro, que nesse período passa a se caracterizar como um mercado privado altamente seletivo. Por outro lado, a estrutura econômica mundial passa a ter características cada vez mais transnacionais, submetendo as territorialidades, em suas diversas escalas, a se entenderem e se reproduzirem enquanto competidoras por investimentos do capital financeiro, em um mundo globalizado. Nesse contexto,

[...] o capital financeiro diluiu e flexibilizou ao máximo as fronteiras variáveis dos seus territórios econômicos, passando de um a outro país e região mundial sem se propor nenhuma fixação mais permanente, muito menos qualquer tipo de projeto “civilizatório” para a periferia do sistema (FIORI, 1999, p. 82).

No Brasil, as articulações das elites regionais se voltaram ainda mais para o exterior, em uma relação intensa com os grandes oligopólios do agronegócio ou na especialização em processamento de *commodities* minero-metalúrgicas, e ancoradas em estratégias fiscais vinculadas às unidades federativas, sobre as quais exerciam influência (ou controle), ou seja, Estados e Municípios. Nesse caso,

Sua competitividade esteve ancorada em economias de escala e em energia, mão-de-obra e recursos naturais baratos, ou seja, em vantagens competitivas espúrias, altamente favorecidas e amparadas por incentivos fiscais e apoiadas em políticas de atração de investimentos a qualquer custo, muitas vezes com débeis requisitos de integração intersetorial (BRANDÃO, 2007, p. 144).

Como consequência desse movimento, que revigora as relações diretas com o mercado internacional, foram minadas as características de integração inter-regional construídas entre as décadas de 1940 e 1970. Os governos pós-ditadura militar tiveram que conviver com um contexto de desmobilização da coerência da territorialidade nacional representada por um projeto de desenvolvimento, em face de um projeto neoliberal de produção de territórios fragmentados e atrelados diretamente ao que se passa no contexto internacional (MARTINS, 1993; LESSA, 1998). Cada vez mais, a coerência imposta é a da articulação com os círculos de valores internacionais. Um bom exemplo dessa inversão no movimento de conexões regionais está no sistema de crédito. Na indisponibilidade de crédito doméstico, o governo brasileiro passa a aplicar uma política de elevação da taxa de juros, o que induz à recorrência às fontes de crédito internacionais (BRANDÃO, 2007). Ao mesmo tempo, essa política estimula a reprodução do capital rentista em detrimento do capital produtivo e pressiona a dívida pública (BAER, 1993).

Na década de 1990, consolida-se ainda a opção de poder relacionada às práticas neoliberais. Torna-se comum o discurso “salvador” de que o crescimento da “poupança externa”, via atendimento da cartilha neoliberal (aumento da taxa de juros, privatizações, cambio flutuante, transnacionalização

do aparelho produtivo, diminuição dos gastos sociais, em suma: criação de um ambiente competitivo e favorável à atração de investimentos externos), considerada a solução para a “modernização” brasileira. O marco da disseminação desse discurso, sem dúvida, foi o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1994 e 2002.

Extremamente interessante é perceber a capacidade de mudança no discurso das elites regionais brasileiras, conforme a conjuntura e seus efeitos sobre seus mecanismos de reprodução. As elites regionais, juntamente com as frações do capital industrial que se instalaram no Brasil durante o processo de industrialização, foram as que mais se beneficiaram das conexões inter-regionais possibilitadas pela ação de fomento do Estado para a expansão das fronteiras da modernização agrícola. Contudo, instaurada a crise do Estado brasileiro, o discurso rapidamente se transforma e converge para a defesa de maior liberdade de iniciativa local, para que, assim, seja possível uma maior conexão com o contexto internacional e a reprodução de suas práticas de poder local. Práticas que, como já mencionado, estão sustentadas na reprodução de seu capital mercantil: de um lado, na produção das cidades através de uma ordem especulativa, da usurpação de direitos trabalhistas e do direito à cidade; de outro, no campo, em um movimento de expansão extensiva das fronteiras de exploração, na incorporação de novas técnicas no processo produtivo, na deterioração das relações de trabalho e no controle do uso da terra. Tudo isso justificado pelo discurso de modernização, contudo, agora com a máscara da necessidade de um “choque competitivo” para que prospere a economia brasileira, no que diz respeito à atração do capital circulante (BRANDÃO, 2007).

A descentralização federativa posta pela Constituição Federal de 1988 coincidiu com baixa capacidade de resposta dos Municípios e Estados em promover a gestão dessas territorialidades formais. Contudo, para além da capacidade administrativa destes entes da federação, verificou-se que a descentralização foi benéfico para os operadores do poder local, uma vez que viram o caminho aberto para sua reprodução especulativa, marcada pelos mecanismos da intensa guerra fiscal observada na década de 1990, com as práticas de isenção e diferimento de ICMS⁵⁴, como forma de atração de capitais, e do endividamento destes entes (SANTOS e SILVEIRA, 2012). Como reflexo dessa política de beneficiamento fiscal, observou-se forte endividamento dos entes federativos, o que, de certa forma, foi coibido pela criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (ALVEZ, 2001). Ainda assim, o que se viu foi a instauração de uma dinâmica de “leilão locacional”, em que a produção de territórios na escala local passa a ser estratégia primordial para a

⁵⁴ Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

reprodução das elites historicamente estabelecidas nos rincões do Brasil (PRADO e CAVALCANTI, 1998; BRANDÃO, 2007). Neste momento, também ganham em força política os operadores do mercado financeiro e sua perspectiva cosmopolita, beneficiada pelo processo de transnacionalização da economia brasileira (BRANDÃO, 2007).

A década de 1990 é marcada por uma série de crises econômicas e tensões sociais nas periferias do capitalismo, principalmente na América Latina. No decênio seguinte, começam a ganhar força ideias críticas ao neoliberalismo na formação dos governos estatais. Contudo, verifica-se que as ações governamentais permanecem vinculadas à essência do pensamento competitivo, mesmo que sob a ótica de um “novo desenvolvimentismo” (BRESSER-PEREIRA, 2004; 2006; 2007). Em verdade, a ideia central de competição pela reorientação da distribuição dos frutos da acumulação permanece presente sempre no discurso desenvolvimentista, seja de caráter liberal ou neoliberal, seja de caráter reformista, com a partir do reconhecimento das discrepâncias, próprias do espaço social capitalista.

3.4. União dos momentos históricos por uma lógica única

Um aspecto que certamente pode ser extraído da leitura desse processo de “desenvolvimento” brasileiro é que os mecanismos de poder das chamadas “elites regionais” nunca chegaram a ser quebrados. Na verdade, houve a incorporação de princípios racionais da reprodução capitalista sem que se desmontassem os instrumentos de poder de escala local, presentes nos primeiros passos da formação territorial brasileira. Mandonismo e acumulação baseada na propriedade da terra foram características que garantiram a hegemonia das classes oligarcas mercantis sobre a proteção do aparelho de Estado, em suas diversas escalas. Características que se reproduziram em movimentos circulares e cumulativos, para utilizar a abordagem de Myrdal (1968). Com certeza, houve movimentos de resistência que mostravam o potencial de um “outro” padrão de sociabilidade, portanto, outro padrão de produção territorial. Haja vista as experiências políticas dos movimentos camponeses entre a década de 1950 e início da década de 1960, baseados em outra forma de educação (FREIRE, 1969), do Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST), das resistências indígenas na Amazônia (MARTINS, 1991), entre outras. Porém, todas drasticamente solapadas pela violência do processo relacionado à acumulação ampla de capital, ou sutilmente minadas pela construção de um pensamento exclusivista, isto é, a racionalidade do modo desenvolvimentista de se pensar.

De modo geral, consolida-se a formação do território nacional sob a égide da racionalidade capitalista. Podem-se discutir as impossibilidades da construção de um Brasil enquanto território de ponta, no que diz respeito aos processos de acumulação mundial, dada a influência das elites oligárquicas e arcaicas, que seriam a expressão das “forças do atraso”, como o faz Furtado (1992), Maria da Conceição Tavares (1999) e Wilson Cano (2007), ainda que cada autor carregue sua especificidade analítica. Por outro lado, o que se observa, como bem apontado pelos mesmos autores, foi que as elites nacionais também se modernizaram em seu discurso e prática, sempre se relacionando nas entrelinhas das oportunidades de acumulação que as fases estruturais do capitalismo lhes ofereceram, inclusive, nos mais drásticos momentos de reestruturação produtiva. O pequeno grupo, chamado de elite oligárquica, ou mercantil, do urbano ao rural brasileiro, se consolidou como classe operadora dos mecanismos de poder vigentes, sempre em sintonia com o de mais “avançado” existente no capitalismo. De fato, por intermédio do Estado, foram os responsáveis pela dinâmica de operação do capital financeiro na produção do capital produtivo brasileiro. E o fez nas diversas escalas, mas, principalmente, na escala da vida cotidiana, através da violência aberta sobre as outras formas de sociabilidade e através da promoção da racionalidade mercantil nas relações locais. A ação dessas elites na construção da sociedade brasileira, nas suas diferentes escalas, fora, de fato, territorialista, pois serviram de impeditivo para a reprodução de outras territorialidades. As escalas do desenvolvimento nacional e regional, do desenvolvimento urbano, pensadas e praticadas, tornam transparentes, ou imperceptíveis, outras territorialidades presentes e às pressionam, no sentido de desqualificá-las frente às estratégias de desenvolvimento.

De fato, o que se viu foi a incorporação da racionalidade capitalista, em seus diversos momentos e formas, na produção do território brasileiro, por meio de um constante movimento de cooptação das lógicas de reprodução social independentes pelas regras de reprodução mercadológica, inclusive, legitimando as exclusões sociais, que são distorções desse sistema social. Como contraponto a essas distorções, educou-se a população de frente a uma perspectiva de mobilidade social. Mobilidade que, se observada dentro dos parâmetros da racionalidade capitalista, de fato ocorreu. Até a década de 1980, o que ocorreu foi um intenso movimento de mobilidade social, representado pelos deslocamentos espaciais entre campo e cidade e, também, pelas mobilidades intergeracionais de incorporação formal aos mercados de trabalho (BRANDÃO, 2007). O processo de penetração do modo social capitalista no Brasil, sempre alicerçado na ideia de desenvolvimento, ofereceu a perspectiva de mudança às pessoas, frente à realidade opressiva (para grande parte da população) das práticas de poder até então vigentes nos rincões do campo brasileiro. Mesmo que,

em muitas vezes, as pessoas sequer se livraram dessa realidade, passou a existir a perspectiva da mudança.

Todavia, a criação de um horizonte potencial – o da mobilidade social – não atua apenas no esvaziamento (potencial) das práticas opressivas que se pôde observar na história territorial brasileira. Existiram diversas formas de territorialidade que foram desterritorializadas com o decorrer da penetração das relações capitalistas. Algumas de forma abrupta e violenta, muitas vezes relacionadas ao uso da terra pelo movimento de expansão das fronteiras da agroindústria. Outras, de modo mais sutil, simplesmente pela difusão de uma educação que conduz as pessoas à procura do “sucesso” capitalista. Nesses casos, os movimentos migratórios para as cidades brasileiras refletem bem a impregnação da noção de desenvolvimento na racionalidade pessoal e em suas perspectivas de reprodução. Modos sociais inteiros foram desterritorializados por uma ideia: o desenvolvimento. Ideia que muitas vezes foi sinônimo de progresso social, crescimento pessoal, modernização, capacidade de consumo, etc. O capitalismo precisa produzir “mentes sonhadoras” para garantir a sua reprodução. E o que chamamos de elites, nada mais são do que pessoas que encontraram, nas possibilidades ofertadas pelo capitalismo, um modo de garantir que a reprodução de sua posição de poder seja relativamente confortável, através do controle das práticas das outras pessoas. O processo histórico brasileiro nos mostra que as elites já estabelecidas se modelaram perante as práticas capitalistas para continuar a reproduzir sua condição de elite. Algumas formas de elite emergiram. Outras sucumbiram. Porém, importa que, neste movimento, é forjada uma forma de racionalidade, que se sobrepõe às demais. E, ao fazê-lo, sucumbi, também, o direito a outra sociabilidade, a outra territorialidade.

Capítulo 4: O territorialismo competitivo e políticas de desenvolvimento regional: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

A partir de 2003, marcado pelo início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), setores reacionários da vertente neoliberal, pelo menos no início da gestão, especulavam sobre forte onda de temor a respeito dos rumos da economia brasileira (o que foi, inclusive, utilizado durante a campanha eleitoral de 2002). Por outro lado, em setores sociais historicamente à esquerda, acendeu-se a esperança de que no Brasil poderia haver a contestação da ordem de reprodução social capitalista vigente.

De fato, durante os governos Lula, bem como de sua sucessora – Dilma Rousseff – ocorreram avanços na incorporação de um pensamento popular questionador, com a construção de diversas políticas balizadas em instrumentos participativos que mesmo sem efetivar imediatos efeitos de transformação representam uma importante conquista (MARICATO, 2007).

Contudo, os governos do PT, ainda que tenham utilizado discursos de caráter crítico e convivido com melhoras na qualidade de vida da população, não romperam, em essência, com os ideais que fundaram a sociedade brasileira. Dentre as realizações desse período pós-2003, se destacam: a inclusão de aproximadamente quarenta milhões de brasileiros no circuito capitalista de consumo, como consequência de uma política de distribuição de renda (efeito sobretudo do bolsa família); a construção de oportunidades para que brasileiros obtivessem formação formal de nível superior (principalmente do ProUni e Reuni)⁵⁵; acesso ao mercado imobiliário⁵⁶; acesso ao crédito via mercado financeiro; além de algum esforço para a realização de obras de infraestrutura. Sem dúvida, em diversos desses quesitos, autoafirmados pelos Governos do PT, podem-se verificar avanços significativos, se comparados aos governos de explícita orientação neoliberal, que antecederam ao seu projeto.

Contudo, cabe fazer uma análise da lógica de produção do território que prosperou desde 2003. Para isso, algumas críticas devem ser destacadas, principalmente aquelas de grupos que, desde o

⁵⁵ Programas de governo voltados, respectivamente, à destinação de bolsas de estudos no ensino superior privado (ProUni) e à ampliação de vagas no ensino público superior (Reuni).

⁵⁶ Programa Minha Casa, Minha Vida.

início desse período, alimentaram esperanças de transformação, mas que, posteriormente, descompatibilizaram-se deste projeto governamental por acreditarem que o governo do PT pouco fez para reorientar os termos das antigas alianças entre elites e o Estado, o que significou a manutenção dos pontos da cartilha neoliberal, que reforça a especialização produtiva em *commodities*, ajustes fiscais, metas de inflação e câmbio flutuante. As escolhas de governo permitiram, na visão desses dissidentes, a reprodução dos operadores do mercado financeiro mundial, das elites mercantilistas regionais e, também, dos grupos transnacionais instalados em território brasileiro, agora, controladores do agronegócio e de frações significativas da produção minero-metalúrgica. Ambos, agindo por meio de uma lógica especulativa, altamente vinculada aos mecanismos do sistema financeiro (fundos de investimento, fundos de pensão, operações em mercado aberto, entre outros), teriam considerável influência na orientação das decisões do governo petista.

Vale ressaltar, que a influência dessas elites vai muito além das pressões negociais feitas junto ao aparato de governo. Conforme o que foi destacado em todo trabalho, o que está em discussão é a reprodução de uma forma de raciocínio, de um mecanismo de saber-fazer, que perante aos embates ideológicos, se constrói como hegemônica. Portanto, não se pode abrir mão de entender que a lógica instrumental capitalista está impregnada em todo o sistema lógico de reprodução social, por conseguinte, também nas estruturas institucionais do Estado. Como foi mostrado, o discurso desenvolvimentista passou, e passa, por mutações e adaptações, conforme as necessidades de reinvenção do capitalismo nos diversos contextos histórico-espaciais. Ele constrói suas cristalizações que passam, como rugosidades, para as formações históricas. Assim, os aparatos técnico-institucionais de Estado foram moldados e recheados de mentes que não conhecem outra forma de pensar, ou que, pelo menos, possuem dificuldade de enxergar outras possibilidades.

Desse modo, por meio da análise de uma política específica de governo, pretende-se demonstrar como se encontra encrustada a lógica instrumental de reprodução capitalista, mesmo em um governo que surge por meio de um discurso, pelo menos aparentemente, questionador; e como isso se reflete nas projeções política-governamentais de produção de território(s), de acordo com o pensamento hegemônico na contemporaneidade. A escolha da política analisada não foi circunstancial, pois se trata do lugar institucional em que o governo desse período alocou conceitualmente boa parte da discussão de produção de território(s). Trata-se da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), assumida formalmente desde 2007.

No ano de 2003, por meio do Ministério da Integração Nacional, o governo brasileiro apresentou a PNDR⁵⁷, que tem como objetivo principal o combate do que tem sido chamado de “desigualdades regionais” (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012). A desigualdade regional, no âmbito da PNDR, é uma noção posta como resultado de um processo histórico de distribuição das riquezas de forma desigual, que teria implicação na produção e reprodução de espaços – territoriais – de concentração da riqueza (meios de produção, fluxos de recursos financeiros, materiais e humanos) e espaços pouco dinâmicos economicamente. Assim, a PNDR tem como ponto de partida para sua atuação os diferenciais de desenvolvimento entre as regiões do território nacional. O que não é novidade, haja vista os contextos observados desde a década de 1940, bem como as propostas teóricas a respeito do desenvolvimento como superação de desigualdades. Contudo, a inspiração concreta da PNDR, nesse sentido, está na Constituição Federal de 1988, que registra como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “*garantir o desenvolvimento nacional*” e “*erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as **desigualdades sociais e regionais***”⁵⁸. Vale ressaltar que o processo constituinte de 1988 representou uma ampla disputa social pela estruturação da democracia brasileira. Disputas que ainda perduram, sobretudo, no que diz respeito às orientações do aparelho público.

Contudo, é inegável que os princípios do desenvolvimentismo regem a redação desse decreto e que representam a manifestação discursiva da racionalidade capitalista impregnada no imaginário ideológico brasileiro. No entanto, o que não se faz óbvio é justamente a perspectiva contrária. Isto é, que existiram e existem, potenciais modos sociais contestadores desta “naturalização”, tornada “verdade”, por exemplo, por meio do texto constituinte. Contudo, na perspectiva desenvolvimentista, de modo estratégico, para a reprodução dos instrumentos de poder vigentes, se faz necessário desqualificar o discurso desse *diferencial* potencial. Nesse sentido, o próprio registro legal se torna um ato territorialista, defensor de uma lógica pré-estabelecida e hegemônica, pois, de modo sutil, desmobiliza os esforços em favor da emersão do “outro”, do *diferencial*.

Baseando-se nessa “verdade” constitucional, foram propostos pelo Governo Federal os princípios da PNDR. O primeiro deles é a redução das desigualdades regionais. O segundo tem a ver, justamente, com o modo para se alcançar o primeiro: “*ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa nesse país de*

⁵⁷A PNDR foi, a princípio, apresentada pelo Ministério da Integração Nacional por meio de um documento para discussão e posteriormente foi institucionalizada como uma Política de governo através do Decreto nº 6.047, 22 de fevereiro de 2007.

⁵⁸ Brasil, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.

dimensões continentais” (BRASIL. Ministério da Integração Nacional). O intuito é promover a dinamização econômica das regiões e maior distribuição dos equipamentos produtivos. Em seguida, propõe-se que tal processo aconteça com amplo envolvimento da sociedade brasileira, em um modelo de negociação entre entes federados, setores produtivos e “*forças sociais relevantes*”, para a construção de um “*referencial nacional comum*”.

O documento apresentado à sociedade brasileira em 2003 e que fora a base para o Decreto Presidencial que institui a Política em 2007, teve suas fundamentações nas elaborações da economista/socióloga Tânia Bacelar de Araújo (1997; 2003), autora que faz interessante discussão a respeito da produção das desigualdades brasileiras e propõe como a ação estatal, em diálogo com a sociedade, pode contribuir para um projeto de superação dessas desigualdades. A proposta, de modo geral, sugere uma abordagem multiescalar, com base na construção de agendas que dialoguem entre o nível de ação e o nível de intervenção, desde a escala local, até a escala nacional. Desse modo, caberia, em escala nacional, a “regulação geral das desigualdades e orientação dos grandes empreendimentos”; em escala macrorregional, “articulação das ações e elaboração dos planos estratégicos de desenvolvimento”; em escala sub-regional, “organização e articulação das iniciativas em mesorregiões diferenciadas”; por fim, a orientação de intervenções na escala das cidades, em uma articulação intersetorial com o Ministério das Cidades. A PNDR propõe-se inovadora em relação às políticas de desenvolvimento regional construídas no passado, por isso a defesa pelo envolvimento de todo o território nacional em um projeto único de desenvolvimento e não somente o estabelecimento de estratégias voltadas às regiões menos desenvolvidas, de modo autônomo. Como demonstrado pelo próprio texto da PNDR, procura-se produzir um consenso acerca da estratégia de desenvolvimento brasileiro. Para isso, foram postos os instrumentos: o planejamento regional; a ação intersetorial no ambiente de governo; e, a promoção de investimentos estruturantes e fornecimento de crédito por meio de Fundos de Desenvolvimento Regional.

Em torno dessa política, foram propostos mecanismos de compensação, principalmente institucionais e financeiros, que permitiriam aos espaços pouco dinâmicos economicamente construir condições para o estabelecimento de novas bases produtivas e serviços em geral, bem como, outros meios de circulação de valor. Há, ainda, uma forte preocupação analítica para a definição de áreas específicas a serem estimuladas. A atuação nas áreas selecionadas envolve, basicamente, a estratégia de estabelecimento de estruturas de gestão e planejamento. Nesse sentido, foram feitos esforços para a implantação de algumas estruturas institucionais, que tinham como intuito básico o alinhamento das estratégias locais de desenvolvimento às diretrizes postas pelo

Governo Federal por meio da PNDR e outras políticas elaboradas em outros Ministérios de Governo. Tais estruturas institucionais permitiriam um alinhamento entre os interesses e anseios das elites regionais e a preocupação geral do Governo em dotar as regiões de melhores condições competitivas. Conforme aponta o texto da PNDR:

[...] Art. 2o A **redução das desigualdades regionais** se norteia pelas seguintes estratégias:

[...] II - **articular ações** que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

[...] Parágrafo único. As **estratégias da PNDR** devem ser convergentes com os objetivos de **inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica** (BRASIL, 2007, destaque nosso).

Desde o início da atuação do Ministério Integração Nacional, no Governo Lula, os espaços de preocupação da política são tratados como “Regiões Programa” que contam com estruturas institucionais (formas jurídico-administrativas que se estabelecem no território) que buscam moldar as relações sócio-espaciais em virtude de uma lógica de inclusão, nos termos de inserção do território nas relações econômicas globais.

Para propor uma classificação de “Regiões Programa” da PNDR, o Governo Federal desenvolveu um conjunto de indicadores microrregionais, que procuravam auferir elementos de renda das famílias e variação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa avaliação estatística das microrregiões brasileiras permitiu classifica-las em: alta renda; dinâmicas; estagnadas e baixa renda. Foram consideradas prioritárias as microrregiões enquadradas nas três últimas categorias de classificação (BRASIL, 2007).

Recorrendo novamente a Foucault (2008a), reconhecer no espaço elementos que precisam ser tratados como mazelas, reflete a existência de um sistema de conhecimento que pré-estabelece condições aceitáveis de uma realidade, que foram por ele chamados de dispositivos de segurança. Para esse autor, o poder, nas sociedades modernas, tem sido praticado por intermédio desses dispositivos de segurança, inclusive, com a produção de espaços. O elemento central que permite a produção de tais “espaços de segurança” é justamente a noção de desenvolvimento, que, conforme se pode perceber na leitura de toda a história do capitalismo brasileiro no século XX, serve de parâmetro que permite a conferência e classificação de espaços enquanto áreas patológicas. O tratamento dessas áreas corresponde à produção de territorialidades, no sentido posto por Sack (1986), estimuladas a serem competitivas. Foucault exemplifica a questão a partir do problema das cidades:

A disciplina trabalha num espaço vazio, artificial, que vai ser inteiramente construído. Já a segurança vai se apoiar em certo número de dados materiais. Ela vai trabalhar, é claro, com a disposição do espaço, com o escoamento das águas, com as ilhas, com o ar, etc. Logo, ela trabalha sobre algo dado. [Em segundo lugar] não se trata para ela, de reconstruir esse dado de tal modo que atingisse um ponto de perfeição, como numa cidade disciplinar. Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos. Trabalha-se, portanto, não apenas com dados naturais, mas também com quantidades que são relativamente compressíveis, mas que nunca o são totalmente. Isso nunca pode ser anulado, logo vai-se trabalhar com probabilidades. Em terceiro lugar, o que vai se procurar estruturar nesses planejamentos são os elementos que se justificam por sua polifuncionalidade. O que é uma rua boa? É uma rua na qual vai haver, é claro, uma circulação dos chamados miasmas, logo das doenças, e vai ser necessário administrar a rua em função desse papel necessário, embora pouco desejável, da rua. A rua vai ser também aquilo por meio do que se levam as mercadorias, vai ser também aquilo ao longo do que vai haver lojas. A rua vai ser também aquilo pelo que vão poder transitar os ladrões, eventualmente os amotinados, etc. Portanto são todas essas diferentes funções da cidade, umas positivas, outras negativas, mas são elas que vai ser preciso implantar no planejamento. Enfim, o quarto ponto importante é que vai se trabalhar com o futuro, isto é, a cidade não vai ser concebida nem planejada em função de uma percepção estática que garantiria instantaneamente a perfeição da função, mas vai se abrir para um futuro não exatamente controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável, e o bom planejamento da cidade vai ser precisamente: levar em conta o que pode acontecer. Enfim, acredito que possamos falar aqui de uma técnica que se vincula essencialmente ao problema da segurança, isto é, no fundo, ao problema da série. [...] É a gestão dessas séries abertas, que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades, é isso, a meu ver, que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança (FOUCAULT, 2008a, p. 26-27).

Para a questão regional também é possível fazer uma análise similar. Na verdade, Foucault (2008a) demonstra o modo como os “dispositivos de segurança” estão essencialmente vinculados ao surgimento de uma racionalidade instrumental do capitalismo, que toma forma no pensamento desenvolvimentista. O planejamento desenvolvimentista passa a ser figura central na construção e disseminação dos “consensos” sociais próprios do capitalismo (SANTOS, 2003). As práticas em favor do desenvolvimento regional, durante a história brasileira, apresentavam como base lógica essa estrutura de segurança. A preocupação com a disposição do espaço, na verdade, dos equipamentos produtivos que favorecem ao processo acumulativo, como foi visto desde o governo de Getúlio Vargas, permanece presente nos governos atuais, como disposto nos princípios da PNDR em questão. A maximização dos elementos positivos e a minimização dos riscos também se reflete em todo o movimento de tensão-acordo entre as elites regionais, industriais e os operadores do capital mundializado e na construção de estratégias de expansão das fronteiras de uso agroindustrial e do uso de recursos naturais. Esses aspectos estiveram presentes na história brasileira do século XX e ainda estão vigentes, haja vista a preocupação da PNDR em encontrar “consensos” regionais, desde que estejam vinculados às estratégias de promoção da inclusão produtiva. Os números, ou indicadores de resultado, econômicos e infraestruturais, bem como as metas construídas em torno deles, são a expressão do “consenso” construído e a base de avaliação

de seu sucesso ou de seu fracasso. Tudo isso envolve a administração da polifuncionalidade das regiões, isto é, movimentos contrários ao discurso “consensual” devem ser gerenciados, não suprimidos por completo, no sentido de se estabelecer uma convivência dentro de um limite tolerável. Tendo sido planejado o caminho, aquilo que não se enquadra na ordem estabelecida deve ser redirecionado. Um exemplo dessa questão é a produção das favelas e sua funcionalidade perante a cidade formal. Algo que perdura nos dias atuais, tendo como parte do debate, não somente a produção dessas territorialidades, mas a sua inserção nos circuitos de valorização (MARICATO, 2013). Transferindo este debate para a escala das regiões, tomando o caso da Amazônia, percebe-se que PNDR resgata a intenção de “resgate” desse espaço enquanto territorialidade competitiva, questão que também esteve presente em toda a história do capitalismo brasileiro. Na escala da própria Amazônia, discute-se, também neste sentido, o movimento de resistência indígena pela manutenção de uma outra territorialidade. Nesse caso, prega-se institucionalmente o respeito às terras indígenas e, por outro, debate-se a sua inserção nos circuitos de reprodução ampliada, principalmente por meio da cooptação de seu conhecimento sobre a floresta e do desenvolvimento de produtos provenientes da atividade extrativa. Trata-se da administração daquilo que não se enquadra no planejamento “consensual”. Por fim, para os planejadores do(s) território(s) brasileiro(s) é preciso sempre projetar, traçar metas, e estar atento ao projeto de futuro. Para isso, o planejamento deve ser registrado, com o que tem sido chamado, já a algum tempo, de planos regionais.

Pode-se notar com a análise histórica e geográfica do processo de desenvolvimento no Brasil, que as questões e os mecanismos que envolvem essa estrutura de segurança são mutáveis. Claro, o planejamento exercido no âmbito da PNDR se dá em momento político diferente do que foi feito durante o II PND, por exemplo. Do mesmo modo que, a PNDR é desenvolvida para atender a contextos políticos-geográficos diferenciados, mesmo em uma mesma temporalidade. Isto é, o contexto amazônico é diferente do contexto do Rio Grande do Sul, por exemplo. Inclusive, é essa pluralidade territorial objeto maior de sua atuação. Mas, o que se quer ressaltar é que a estrutura lógica perpetuou. Também é preciso destacar que o planejamento, feito no âmbito da PNDR, faz parte, assim como o feito em outros momentos, de um ambiente intenso de disputas políticas. Nem sempre vigoram os interesses ali representados, mesmo que eles não expressem uma ruptura com os mecanismos de poder vigentes. Essa análise nos permite compreender o quão importantes são as contribuições das teorias que discutem a desigualdade no modo social capitalista. A própria funcionalidade do modo social cria a concepção de diferença – de desigualdade. Os teóricos da desigualdade sugerem como territorialidades são produzidas e como socialmente pessoas padecem

nessa realidade. Como no tratamento de um miasma, iniciativas como o da PNDR, ou seja, a busca pelo desenvolvimento, não procura a ruptura com a lógica criadora da desigualdade, mas, mesmo que por meio da mesma lógica, procura trabalhar, em perspectiva estatística, a redução do padecimento. É evidente que, comumente, fatores tantos do padecimento ficam escondidos pela (in)capacidade de leitura. Mas, em muitos casos, como o da PNDR, essa, também, pode ser uma tarefa inglória e frustrante, pois nem mesmo os anseios reformistas, próprios do pensamento desenvolvimentista, conseguem se estabelecer frente ao vasto campo de interesses.

O que se procura fazer por meio da PNDR, assim como em outras políticas públicas que pensam a complexidade do território brasileiro, é identificar um campo de intervenção – enquanto área ou zona – e consolidá-lo como uma territorialidade estratégica. Para isso, o aparelho de Estado utiliza os aspectos institucionais que o permitem influenciar na dinâmica da população que vive nesses “fragmentos”. Na linguagem de Foucault, isso corresponderia à criação de um *meio*, que

[...] aparece como um campo de intervenção em que, [...] vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

Assim, para entender os mecanismos de produção territorial, próprios da PNDR, torna-se um artifício importante a investigação dos mecanismos institucionais de atuação regional, os quais serão chamados de *instituições regionais*. Desse modo, a análise do processo recente de produção territorial, em consonância com as práticas institucionais de Estado, será feita com base nas questões apontadas por Foucault (2008a), quanto aos mecanismos de segurança. Assim, fará sentido pensarmos em *instituições regionais* como mecanismos de intervenção espacial frente a uma realidade calculada a partir de métodos estatísticos e como forma de governo que pensa e aponta o futuro que aquele espaço deveria trilhar.

4.1. Territorialidade e desenvolvimento regional no âmbito da PNDR

Pode-se dizer que o maior avanço da PNDR foi a institucionalização, ainda que de forma embrionária, de espaços de diálogo com a população. Em suas diversas áreas de atuação, as ações geralmente foram desenvolvidas com base em uma abordagem participativa. Por outro lado, percebe-se que dentro dessa abordagem há a combinação entre um sentido educador e um sentido de verificação de reais necessidades e entendimento das formas de reprodução social das

territorialidades em questão. A verificação desse movimento contraditório da abordagem participativa pode ser investigada nos Planos de Desenvolvimento Regional elaborados durante a década de 2000. Foram três, os principais planos macrorregionais de desenvolvimento, voltados às áreas prioritárias da PNDR: O *O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido* (PDSA) (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005), o *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)* (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2007) e o *Plano Amazônia Sustentável* (Brasil. Presidência da República, 2008). As análises críticas sobre cada um desses planos estão dispostas nos subitens em sequência.

4.1.1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido.

O primeiro deles, *O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido* (PDSA), representa as intenções de promoção do desenvolvimento da região Nordeste do país, tendo como elemento central sua característica física principal, a semiaridez. Dentre as principais diretrizes é possível verificar a presença intensiva de uma estratégia de fomento à penetração de formas de produção capitalista de valor (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005).

Nesse caso, cita-se o estímulo ao ensino básico profissionalizante, a promoção de pesquisas para o desenvolvimento de produtos mercadológicos específicos do semiárido; estímulo a um processo de urbanização baseado na oferta de serviços para o agronegócio; promoção de investimentos em infraestrutura por meio de parcerias público-privadas (PPPs); estímulo à oferta de empregos em serviços voltados ao agronegócio (atividades “rurbanas”); e estímulo à reprodução dos setores da mineração e turismo, pois tais setores seriam dotados de potencial de criação de empregos (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005).

Por outro lado, no plano, não é possível verificar explícitas preocupações com a reprodução de outras formas sociais, não articuladas com a dinâmica mercadológica capitalista. Ao contrário, verifica-se como preocupação central a inclusão do “sertanejo” ao circuito cosmopolita das relações capitalistas, principalmente pela criação de alternativas formais de emprego. Mais do que isso, o “sertanejo” como figura social surgida de movimentos de fuga quanto à opressão nas *plantations* fixadas no litoral, produz o seu próprio território para além das fronteiras do espaço produtivo nordestino. Desenvolve seus mecanismos próprios de poder, a partir da elaboração de um conhecimento sertanejo de reprodução em meio ao semiárido. Contudo, no auge do processo de expansão horizontal do desenvolvimento à brasileira, encontra seu contraponto social na agroindústria do sertão, estimulada pelos benefícios fiscais de governo e projetos de irrigação.

Nesse sentido, com o intuito de dar ao sertanejo uma função formal dentro do projeto de desenvolvimento brasileiro, nos planos de desenvolvimento do período militar havia lugar “especial” para ele, que foi estimulado a ocupar a Amazônia em processos de colonização, baseados em incentivos a atividades agropecuárias e, por outro lado, a exercer sua função de exército industrial de reserva e migrar para abastecer o processo de industrialização paulista (AB’SÁBER, 1999; CHAGAS, 2007). Apesar da pressão exercida pela agroindústria o sertanejo resiste, principalmente no que diz respeito à sua expressão cultural. Atualmente, o papel delegado ao povo sertanejo nos planos de desenvolvimento é empregar seu conhecimento, seu saber, na formação de novos negócios no sertão e se enquadrar como força de trabalho assalariada, porém agora, nas próprias áreas em que produziu a sua territorialidade. Essa, segundo a PNDR, é a sua alternativa. Nesse sentido, mais parece que o plano se trata de um instrumento orientador para inserção mercadológica.

A Melhora da Eficiência do Uso dos Recursos Naturais constitui compromisso de amplo espectro, porque está relacionado aos determinantes da globalização e da consequente articulação externa da região; ao desenvolvimento de novos processos e produtos, no contexto das cadeias e aglomerados produtivos; à realização do potencial dos valores locais; à recombinação dos recursos locais; e, para não ser mais extenso, ao desenho da demanda – principalmente externa – por novos produtos regionais (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 95).

O diagnóstico do PDSA aponta que, nos últimos anos, o sertanejo tem se deslocado para as cidades produzidas em torno das atividades do agronegócio, embora conserve suas ligações com o meio rural, porém articuladas a um modo de vida urbano (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005). De modo que, a alternativa estratégica voltada a esse grupo social é o investimento em infraestrutura urbana e o estímulo à instalação de empreendimentos e serviços como forma de oferta de empregos. Isso, combinado a uma política pedagógica que o prepare para essa nova realidade. Nesse aspecto,

O caráter de transversalidade da educação faz com que este compromisso influencie os diferentes campos do desenvolvimento regional sustentável. Por isso tem lugar destacado na Estratégia do Plano. Assim, o compromisso com a educação se justifica porque esta tem desdobramentos nas esferas produtiva - afetando positivamente o uso dos recursos e a produtividade do trabalho, por meio de inovações; sociocultural - estimulando o respeito aos valores locais, criando as condições para sua incorporação aos diferentes processos de valorização do trabalho humano; político-institucional - ativando o desenvolvimento e/ou reformulando as instituições, de forma a integrá-las organicamente ao processo de criação de riquezas; e ambiental – orientando a intervenção e a regulação do uso dos recursos naturais (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 95).

Assim, o objetivo principal desse plano é “incluir” o sertanejo nos parâmetros formais de reprodução capitalista. A conservação de sua forma de reprodução social parece ser aceitável apenas no que diz respeito à transferência de conhecimentos relacionados à convivência com o

ambiente seco do semiárido, para a geração de novas oportunidades de investimento produtivo e especulativo; e, também, no que diz respeito à *festa*, isto é, suas características culturais de celebração. Nesse sentido, as relações capitalistas, sob um ponto de vista estratégico de reprodução, encontram espaço para sua marcha de inserção no nordeste brasileiro. As bases desse movimento estão na disseminação dos conhecimentos de indução competitiva da ideologia do desenvolvimento, bem expressos no PDSA.

4.1.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)

Outra iniciativa deste período foi a elaboração do *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)*. Trata-se, em boa medida, de uma expressão do territorialismo competitivo levada a cabo pelo aparato estatal. De modo geral, não apresenta nenhuma problematização que não esteja relacionada à reprodução do agronegócio. No diagnóstico do plano foi considerado que a região Centro-Oeste possui um processo bem sucedido de crescimento econômico, baseado nas fases de ocupação da região, no desenvolvimento das atividades agropecuárias de base moderna e processamento de alimentos. Em seu diagnóstico também foi mostrado que, apesar do “sucesso” do agronegócio, os indicadores sociais da região – taxa de analfabetismo, acesso a saneamento básico, acesso a serviços públicos em geral – refletem sérias carências da população, o que foi caracterizado como o ponto fraco regional, dentro da linguagem do planejamento estratégico (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2007).

Entre as diretrizes apontadas pelo Plano do Centro-Oeste destacam-se: a conservação dos ecossistemas, principalmente, por contar com um cenário possível de aumento da demanda mundial por água e demais recursos naturais, o que leva a questão da preservação desses recursos a ser considerada como forma de acumulação de reserva estratégica de mercado; melhoria da qualidade dos indicadores sociais, como forma de atração de novas empresas e desenvolvimento do turismo; universalização do ensino, bem como redução do analfabetismo, o que geraria novas oportunidades de negócios e atração de novos empreendimentos industriais; criação de um ambiente de inovação e desenvolvimento de tecnologias limpas; integração, no sentido de ganho competitivo de mercado, aos comércios das demais regiões do Brasil e da América Latina; diversificação produtiva e redução da dependência quanto à produção de *commodities* (agronegócio); adensamento das cadeias produtivas do agronegócio extrativas vegetais e minerais; e aumento da capacidade de gestão regional (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2007).

Desta forma, as diretrizes para o Centro-Oeste estão essencialmente vinculadas às possibilidades da economia agrária de bases modernas, acrescida do anseio de atração de outras bases produtivas vinculadas ao processo amplo de acumulação capitalista. Algo compreensível, se for considerada a história da ocupação moderna dessa região, que é a expressão do pensamento desenvolvimentista à brasileira. A “marcha para o oeste” do governo de Getúlio Vargas, a criação de Brasília no governo JK e a intensificação dos incentivos à ocupação do período de governo militar, alinhados com o compromisso de ofertar facilidades às elites regionais para a promoção da expansão horizontal das fronteiras agrárias, evidenciam que, durante o século XX, o Centro-Oeste, por meio das forças hegemônicas, foi pensado para ser uma *região mercadoria*, um território planejado para não abrigar nenhuma outra lógica que não seja a de reprodução econômica capitalista.

O que mais impressiona é que, durante o texto do plano, não se faz referência a alguns processos de contestação da ordem de produção territorial, como a discussão pelo uso e distribuição da terra rural feita pelo MST e as contestações em defesa de sua territorialidade, feita pelos povos indígenas que habitam tal espaço, ambos reflexos de grupos humanos que tem sido desterritorializadas em favor da territorialização do projeto de desenvolvimento brasileiro. Coy e Neuburger (2009), ao analisarem a dinâmica dos complexos da soja do Centro-Oeste brasileiro, apontam como grande contingente de pequenos produtores tem sido expulso para as periferias urbanas da região, ou para as novas frentes pioneiras, principalmente, com direção à Amazônia. Apontam também que, enquanto os enclaves do agronegócio consolidam suas articulações com os circuitos globalizados, forças de resistência se formam entre a classe camponesa, em movimentos sociais como o MST. Gomide (2011) ao estudar o movimento de produção territorial Xavante, demonstra como o processo de “marcha para o oeste” penetrou território indígena, em área que corresponde ao estado do Mato Grosso, como se fosse uma área vazia. Posteriormente, em meados da década de 1970 as terras Xavante foram demarcadas pelo Estado brasileiro, no formato de ilhas isoladas, reflexo dos constantes ataques das frentes de ocupação. O povo Xavante ainda contesta o seu direito ao território, mas tal questionamento não se enquadra na competitividade estratégica, produtora de território, das instituições regionais. O mesmo acontece para os demais povos indígenas, de modo que, no Plano do Centro-Oeste, a questão relacionada a esses povos é resumida como um tipo de unidade de conservação, e os conflitos que daí se desdobra aparecem como um entrave à realização de investimentos no setor de energia. Assim,

Além das limitações financeiras para a ampliação dos investimentos em infra-estrutura econômica, existem muitas restrições ambientais para a aprovação dos projetos. Em vários casos, os atrasos na implementação das obras, principalmente em energia hidrelétrica, decorrem de exigências e impedimentos dos órgãos ambientais, de pressões dos movimentos ambientalistas, ou de decisões do Ministério Público que embargam o

andamento dos investimentos. A situação é mais grave no setor elétrico à medida que o potencial para novos empreendimentos concentra-se na Amazônia (usinas em estudo de viabilidade), que conflitam com áreas de preservação e com reservas indígenas, [...]. Se esses conflitos não forem solucionados, nos próximos 20 anos o Brasil esgota sua capacidade de geração de energia hidrelétrica, alternativa renovável, mais barata e de menor impacto ambiental (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2007, p. 72).

4.1.3. Plano Amazônia Sustentável.

Por fim, o *Plano Amazônia Sustentável* (Brasil, Presidência da República, 2008), que traça as diretrizes de desenvolvimento para a região Norte do país. Este plano, se comparado aos outros dois apresentados, mostra maior problematização quanto aos possíveis modos de reprodução social em contraposição às estratégias de competitividade capitalista. Todavia, apesar do esforço, em certo aspecto, de compreensão de outras dinâmicas de reprodução, o núcleo central ainda se concentra na perspectiva de inclusão da região nos circuitos globalizados da economia capitalista. De modo geral, esse plano representa o registro formal de uma série de conflitos relacionados à produção do território amazônico. Uma tentativa de produção de “consensos”, mesmo lidando com questões em que o acordo é bastante improvável.

De um lado: valorização da diversidade sociocultural e ambiental; ampliação da presença do Estado para estabelecimento de maior governabilidade no que diz respeito à sua ocupação e uso dos recursos naturais, às transformações socioprodutivas e garantia dos direitos das populações tradicionais; assegurar o direito de reprodução social das populações tradicionais; combate ao desmatamento; proteção da floresta e demais recursos naturais; estabelecimento de mecanismos voltados ao consumo local e regional de produtos de movimentos de economia popular e solidária. De outro lado, verifica-se o estímulo ao enquadramento competitivo dos valores da Amazônia ao circuito cosmopolita da economia, como: estímulo ao adensamento da cadeia produtiva do agronegócio, para atendimento de mercados externos; consolidação de iniciativas como a do polo industrial da zona franca de Manaus; estímulo à formação de novos polos industriais, vinculados à exploração de recursos naturais, nesse caso, os setores gás-químico, cloro-químico, mineração e de materiais de transporte fluvial.

Todas as iniciativas, em certa medida, foram direcionadas a favorecer as tradicionais frações do capital brasileiro. Por uma terceira via, observam-se as diretrizes que são a essência do esforço conciliatório, por incorporarem o discurso político-ambiental nas iniciativas de inclusão mercadológica competitiva, quais sejam: combate ao desmatamento ilegal e ao uso do solo em padrão extensivo; recuperação florestal; estímulo ao uso múltiplo da floresta, em bases sustentáveis, principalmente, com aplicação de conhecimento técnico-científico e com a promoção

de capacitação das populações usuárias; incentivo aos assentamentos rurais de base sustentável; revisão do marco regulatório sanitário e fiscal para as cadeias produtivas de fitoterápicos, para estímulo ao uso sustentável da biodiversidade (BRASIL. Presidência da República, 2008). Esse último conjunto de diretrizes revela um conjunto de estratégias voltadas à produção de espaços de (re)produção da vida social conectados aos mecanismos gerais de reprodução capitalista, em que o território é produzido sob as determinações/naturalização da competitividade.

A história da Amazônia nos revela a dinâmica da formação de povos que, secularmente, encontraram na floresta sua forma de sobrevivência e reprodução social. Indígenas, negros-quilombolas, caboclos, camponeses ribeirinhos e, mais recentemente, no período do governo militar, os migrantes pobres vindos de regiões como o Nordeste. Contudo, é a partir da encarnação da face política do discurso ecológico, em meados da década de 1970, que a menção constante à necessidade de fortalecimento e incentivo às práticas que estejam em equilíbrio com os biomas amazônicos e, também, com suas populações, se torna comum e extrapola, sob a forma de discurso, para além das fronteiras amazônicas. Claramente se nota a criticidade deste discurso, que se constrói como contraponto à forma com que historicamente se estabeleceram e que fortaleceram as relações de produção hegemônicas no espaço amazônico.

O artigo de Wanderley da Costa (2007) demonstra a força dos setores chamados de conservadores ou convencionais perante a economia regional amazônica. O agronegócio tradicional em bases extensivas (intensivas em terra) que, apesar das possibilidades tecnológicas disponíveis, em virtude das possibilidades/facilidades de expansão ao longo das terras amazônicas seguem em um quadro de modernização conservadora e devastadora, que marca e continua marcando o território da Amazônia (COSTA, 2007). Podem-se incluir nesse bojo os projetos do setor de mineração, já tradicionais e em constante expansão na região, assim como os grandes projetos hidroelétricos, historicamente capitaneados pelo Governo brasileiro, a exemplo do que acontece atualmente com o Projeto Belo Monte, em Altamira, no Pará. José de Souza Martins (1991) bem exemplifica o poder devastador que tais projetos exercem sobre as territorialidades dos povos da floresta:

[...] se trata de projetos de envergadura, como hidroelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (como aconteceu com os Kreenakarore, com a abertura da rodovia Cuiabá-Santarém; ou com os Parakanã, devido à abertura da rodovia Transamazônica e à construção da Hidroelétrica de Tucuruí – apenas para citar dois caos, entre outros). Algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o próprio aniquilamento das populações que possam representar algum estorvo para a implantação dos grandes projetos governamentais – seja aniquilamento pela integração e assimilação [...] ou mesmo aniquilação física, como na verdade aconteceu com os Waimiri-Atruaí (em 14 anos reduzidos a apenas 20% do que eram), com os Kreenakarore (reduzidos, também, a 20% do que eram, em menos de dois anos), apesar de

todas as advertências, denúncias e apelos, de diferentes grupos e movimentos, por uma reorientação da política governamental. Problemas iguais ocorreram com os Suruí, de Rondônia, os Nambikuara, do Mato Grosso, e com outros grupos indígenas (MARTINS, 1991, p. 16).

Como se pode perceber, as estratégias de outrora permanecem vigentes, mesmo em debates avançados como o do PAS. É claro o tom dramático que se estabelece decorrente do antigo/atual modelo de desenvolvimento, que tem como fundamento a transformação da Amazônia em um território guiado pelos princípios do pensamento competitivo. Elas se impõem de maneira violenta sobre a vida dos povos amazônicos, conforme a crítica feita por Carlos Walter Gonçalves:

A modernização conservadora posta em prática nesses últimos trinta/quarenta anos associada à crescente consciência e a lutas por direitos, seja por meio das Ligas Camponesas, antes de 1964, e depois pelo sindicalismo rural e urbano e, hoje, por meio de diversas entidades que organizam os sem-terra, fez com que essas relações tradicionais de sujeição no campo brasileiro diminuíssem. No entanto, a saída encontrada pelas elites, por uma modernização agrícola, manteve os trabalhadores na condição de sem-direitos que, no fundo, é o que está subjacente à condição de sem-terra, de sem-teto dos sem-emprego, dos sem-escola, dos sem-saúde, dos sem-transporte, dos que moram em favelas que hoje não são exclusivas só das grandes cidades (GONÇALVES, 2001, p. 53).

Contudo, as propostas alternativas, que procuram impregnar uma visão político-ecológica nas atividades de inserção da Amazônia no circuito competitivo não rompem com a ordem de conhecimento vigente. Costa (2007), por exemplo, descreve o que chama de “outros sistemas produtivos da economia amazônica”, que têm como premissa um modelo de desenvolvimento “alternativo” que preconiza uma

[...] desejável combinação entre proteção dos ecossistemas relevantes, o uso racional dos recursos naturais – e em particular os florestais –, a adoção de sistemas rurais de produção que não impliquem o acelerado processo atual de desmatamento e, sobretudo, a introdução ou o fortalecimento de sistemas produtivos que sejam capazes, ao mesmo tempo, de promover a elevação dos padrões de vida das suas populações (COSTA, 2007, p. 86).

Projeto que teria o apoio de setores organizados da Amazônia, de setores do Governo Federal, dos movimentos ambientais e de estudiosos da região (COSTA, 2007). Destarte a plausibilidade de uma crítica mais ampla, é preciso parcimônia ao fazê-la, sem que se corra o risco de negligenciar a importância de um projeto alternativo de desenvolvimento. A crítica pretendida, deve, inclusive, ser feita sobre a pertinência dessa expressão: “projeto alternativo de desenvolvimento”. Parece mais um projeto alternativo *capitalista* de desenvolvimento, ainda que esteja fundamentado em práticas que não sejam necessariamente *capitalistas de produção*.

Costa (2007), ao discutir o que chamou de “recursos minerais não madeireiros”, apresenta as características e possibilidades dos *bioprodutos*. Seriam valores-de-uso formulados pelos recursos florestais em bases técnico-científicas avançadas que se transformam em mercadoria, relações batizadas de *ecobusiness*, que se desenvolvem em mercados como o de produtos de saúde

(fitoterápicos, conforme apontado pela PAS), cosméticos e, também, o agronegócio (COSTA, 2007). Ele alerta para o potencial econômico da descoberta de novos biomateriais através da pesquisa em plantas medicinais e toxinas animais, algo bastante pertinente, principalmente pela apropriação do conhecimento das populações que há séculos lidam com os recursos da floresta e que nos últimos anos têm sido refinados, do ponto de vista mercadológico, por pesquisas elaboradas em centros especializados e pesquisas biotecnológicas. Essa questão é levantada por Gonçalves (2001), ao demonstrar que os patrimônios cultural e natural da Amazônia oriundos da atuação milenar de suas populações originárias se misturam aos parâmetros modernos em um movimento de modificação e (re)invenção dos padrões de (re)produção social nas florestas. Nesse sentido,

A floresta não seria [...] algo estritamente natural, mas teria a intervenção dessas populações [principalmente indígenas] que atuam na região a milhares de anos. [...] Além disso, essas populações desenvolveram uma medicina cujo conhecimento tem servido de base para inúmeros remédios que grandes laboratórios nacionais e internacionais têm processado. E aqui se abre uma interessante questão com relação ao direito de propriedade intelectual e de patentes a que essas populações não têm tido acesso e de que esses laboratórios têm se apropriado, como se o conhecimento dessas populações não se constituísse em know-how. Ou até mesmo caberia refletir sobre o caráter de apropriação privada de conhecimentos que, sabemos, em qualquer caso, sempre está baseado em um patrimônio de conhecimentos que, necessariamente, mergulha no tecido sociocultural sendo portanto coletivo (GONÇALVES, 2001, p. 41).

Costa (2007) aponta o setor de bioprodutos como promissor de uma integração entre atividades de subsistência e atores econômicos de natureza, escalas e posições diversas. Isto representaria a integração desde as “comunidades tradicionais”, passando pelos centros de pesquisa das universidades da Amazônia, centros de incubação e empresas industriais, sejam elas, locais, nacionais ou internacionais. Essas propostas seriam incorporadas à discussão do PAS para a alavancagem desse setor de bioprodutos como condição ao estabelecimento de um ambiente institucional favorável à governabilidade, com incentivos governamentais, do ponto de vista fiscal e creditício. Contudo, apesar da ressalva (alerta do caráter crítico desse modelo alternativo frente ao modelo convencional de desenvolvimento), é preciso evidenciar o quanto dramático pode ser a opção alternativa de desenvolvimento. A história nos apresenta como as populações da Amazônia têm sido drasticamente devastadas por grandes projetos, muitos deles, com o discurso “inovador” de indução do desenvolvimento, com articulação entre tecnologia e saberes locais.

Nesse sentido, pode-se verificar, pelas estratégias apresentadas como supostamente “alternativas”, que se trata do fortalecimento de um setor econômico, sujeito às contradições do amplo circuito de reprodução capitalista. A proposta se encaminha em dois sentidos: o primeiro é o de enquadramento das atividades de povos que durante longo tempo exercem atividades extrativistas e

camponesas em um circuito de mercado, proporcionando que o produto do trabalho desses povos se torne mercadoria, mesmo que não seja resultado de um processo capitalista de produção; o outro sentido está relacionado a apropriação do conhecimento, totalmente incrustado nas culturas locais, conforme expõe Gonçalves (2001), em favor de inovações tecnológicas que permitam o desenvolvimento de novas mercadorias e, por consequência, de novos mercados.

Antes, é preciso lembrar que esse movimento não é novo e se faz prática recorrente na Amazônia, há bastante tempo. Cita-se, como exemplo, a apropriação do conhecimento indígena sobre as possibilidades do látex, ainda em meados do século XIX. O que se pode considerar, nesse caso, é que existe a “produção capitalista de relações não capitalistas” (MARTINS, 1996).

O conceito de produção capitalista de relações não-capitalistas é explicitado e explicado por Martins da seguinte forma: ‘o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução’ (MARTINS, 1996, apud SOTO, 2002, p. 145).

Empresas de fármacos, por exemplo, estimulam o desenho de relações e apropriação do conhecimento dos “povos tradicionais”, subordinando-as a relações de produção voltadas ao mercado global. O mesmo acontece nos setores extrativistas, cujos produtos são comprados por intermediários e levados a serem processados ou comercializados fora do circuito de convivência dos extratores, que detêm o conhecimento sobre como e em que melhores condições conseguir o artigo alvo da extração.

Parece razoável crer no potencial de tais atividades em ampliar a qualidade de vida das populações que dependem da floresta para sua reprodução. Todavia, nesse âmbito, não se constroem relações isentas de críticas, como o que fica evidente em discursos que oferecem a ecologização da economia, em bases tecnológicas avançadas, como estratégia salvadora. Existem vários pontos em que se pode elaborar a crítica quanto a essas práticas, como a questão do direito ao conhecimento produzido, que atualmente, na sociedade moderna, discutimos em termos de patentes. Em uma crítica mais radical, pode-se questionar a perspectiva de ganhos sobre qualquer conhecimento, que derivados de relações sociais perante a natureza, em essência seriam coletivos. Objetivamente:

Pode-se afirmar que com as novas tecnologias de ponta em curso, particularmente com relação à biotecnologia, o saber dessas populações se revela como um dos mais importantes recursos para a Amazônia, principalmente para as populações originárias. Nesse sentido, cabe até indagar se não está na hora de revermos esses conceitos de tradicional e moderno, pois [...] o saber tradicional dessas populações se constitui num importante suporte de tecnologias de ponta, como é o caso da biotecnologia. Já sabemos das possibilidades que se abriram para a Revolução Industrial com o conhecimento indígena da borracha (GONÇALVES, 2001, p. 41).

Seria importante, contudo, reconhecer qual lógica está posta: aquela do desenvolvimento que é inerente à lógica da acumulação? As propostas apresentadas parecem confirmar que os espaços são produzidos mediante a lógica da acumulação que separa (aliena) a apropriação dos recursos da floresta, simbolicamente e culturalmente exercida pelos seus povos, e a dominação exercida pelos agentes do capital. Nesse sentido,

[...] sabemos, também, qual foi o lugar destinado aos índios pelo processo de acumulação de capital que o seu conhecimento sobre o mesmo látex proporcionou (GONÇALVES, 2001, p. 41-42).

A tendência decorrente do projeto “alternativo” de desenvolvimento é a prevalência de uma produção do território que está vinculado aos parâmetros da sociedade ocidental capitalista, a ideologia do desenvolvimento, portanto com todas suas contradições inerentes (FURTADO, 1978). Estamos diante de uma lógica em que tudo

[...] o que serve à produção globalizada também serve à competitividade entre as empresas: processos técnicos, informacionais e organizativos, normas e desregulações, lugares. Tudo o que contribui para construir o processo de globalização, como ele atualmente se dá, também contribui para que a relação entre as empresas – e, por extensão, os países, as sociedades, os homens – esteja fundado numa guerra sem quartel (SANTOS, 1996, p. 169).

Nesse aspecto, parece que se está diante de uma regra que coloca como premissa a competitividade. Mesmo as relações de produção consideradas “alternativas”, como o processo que envolve os bioprodutos, parecem estar se desenhando subordinadas a essa regra de produção territorial.

4.2. A revisão da PNDR.

No de ano de 2012 a PNDR passou por um processo de revisão por meio de conferências (estaduais, macrorregionais e nacional) de desenvolvimento regional. A princípio, parece uma tentativa de verificação social dos resultados dos primeiros anos da Política e um mecanismo de fortalecimento de seus quadros institucionais internos, perante a estrutura organizacional do Governo Federal. Nesse sentido, em uma tentativa de orientação dos debates a serem estabelecidos nessas conferências, o Governo Federal elaborou um documento de referência, em que consta a sua própria leitura dos resultados de sua atuação desde a criação da PNDR (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012).

Foram apresentas, pelo próprio Governo, críticas à implementação da PNDR em seus primeiros anos, até 2010. As principais, dizem respeito à baixa capacidade de financiamento da Política, que

se limitou ao uso de instrumentos tradicionais de compensação financeira regional, como os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e os Fundos de Desenvolvimento dessas mesmas regiões; além da oferta de incentivos fiscais administrados pelas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Nordeste (SUDENE) e Centro-Oeste (SUDECO). Além disso, foram apontados problemas nas articulações interfederativa e intersetorial, no que diz respeito aos principais programas dessa Política. Nesse sentido, foram destacados como sérios problemas: pouca disponibilidade de recursos do orçamento da União; desenvolvimento de ações pontuais, difusas e com baixa capacidade de alteração da dinâmica regional; falta de articulação das linhas programáticas aos instrumentos de concessão de incentivos fiscais, levando a sobreposição de interesses empresariais diversos na instalação de empreendimentos sobre as estratégias desenhadas pelo Governo; baixa relação com os Estados (entes da federação); e limitada interação com outros programas federais, que se pautam na atuação via instituições regionais. Dentre os programas federais, é possível citar: Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e Programa Territórios da Cidadania (PTC), ambos, gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o apoio a Arranjos Produtivos Locais (APL) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Zoneamento Sócio Econômico e Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA); os programas de economia solidária do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE); e projetos do Ministério do Turismo (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012).

O texto base do Ministério da Integração Nacional para a realização das conferências apresenta à sociedade um conjunto de princípios e diretrizes, presentes no pensamento governamental sobre como conduzir a PNDR. Esses princípios foram colocados em debate no processo conferencial e, portanto, foram alvos de críticas e reflexões diferenciadas. Mas sua análise mostra como a lógica de produção do território a partir da racionalidade competitiva capitalista está presente na formação conceitual dos planejadores, de um modo geral.

A PNDR apresenta como princípio uma noção baseada no par *equidade-competitividade*, que permite visualizar o contexto que guia as ações da Política aqui discutidas, bem como suas estratégias. De acordo com o próprio Ministério da Integração Nacional,

Ao atuar na identificação e melhor aproveitamento da diversidade social, cultural econômica e ambiental das diversas regiões brasileiras, e na universalização dos acessos aos serviços públicos essenciais, a Política combina a busca da **equidade**, que se traduz na redução das desigualdades espaciais de níveis de renda e de vida, com a da **competitividade**, não apenas das regiões e sub-regiões diretamente beneficiadas, mas da economia brasileira como um todo, se tornando mais robusta e eficiente para ocupar seu espaço na economia global (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012, p. 29).

Percebe-se que a PNDR é reflexa de uma visão em duas frentes do Estado brasileiro: uma que olha para os diferentes ritmos e espaços que conformam o país, no que diz respeito à acumulação de capital e às estruturas necessárias para sua reprodução ampliada; e outra, que vislumbra na lógica de produção global de acumulação a possibilidade de inserção mercadológica dos diferentes territórios que compõem o conjunto do território nacional (em escala superior). A equidade para a PNDR, não é tratada no nível das relações sociais, da equivalência racional entre as formas diferentes de se reproduzir socialmente, mas como fator espaço-estrutural das condições de reprodução de relações capitalistas de produção. Não se busca certa perfeição das funções, como diria Foucault em relação às tecnologias de disciplina, mas uma equidade relativa, relacionada ao acesso aos serviços públicos e aos dispositivos de segurança de uma forma geral. E a competitividade aponta para parâmetros da configuração fragmentária do território nacional, em que cada espaço deve apresentar suas “soluções” de ingresso na lógica competitiva da economia global, e o Estado deve oferecer suporte e direcionamento à pauta desse processo de inserção. Portanto, o desafio da PNDR é traçar diretrizes que permitam o ingresso dos diferentes espaços brasileiros na competição global pelo abrigo da reprodução do valor. Para a PNDR, o que vale é a lógica do mercado, a qual os diferentes espaços pertencentes à escala do território nacional precisariam adequar-se. O que se busca são relações de mercado, que se estabelecem no campo global, que para se efetivarem necessitam construir seus fundamentos na vida das populações locais.

A PNDR aponta como estratégia fundamental a implementação de estruturas institucionais de base territorial que permitam o acerto de estratégias de competitividade. Assim,

Enfrentar as profundas desigualdades regionais no Brasil, país de dimensões continentais e forte heterogeneidade estrutural, importa em enormes desafios em termos de governança, comportando uma gama enorme de aspectos, como, por exemplo: concepção e implantação de mecanismos democráticos de participação social, modelos de gestão, montagem e aplicação de arranjos institucionais de cooperação vertical e horizontal, entre outros (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012, p. 40).

O que sugere esse documento é a necessária presença do Estado, sob uma forma específica, em fração do território para que se implantem as condições para o estabelecimento de forças produtivas. As técnicas estatísticas delineiam as áreas alvo das práticas de governo. Dentre essas práticas se destaca o estabelecimento de “instituições regionais”; o Estado em forma territorial particular. Essa problemática é posta por um dos autores referência da *economia regional do desenvolvimento*, Albert Hirschman (1961).

Os critérios de elegibilidade da PNDR apontam as frações do território brasileiro onde se fazem pertinentes, sob a lógica desenvolvimentista proposta por Hirschman, as instituições regionais, conforme a agenda a ser estabelecida pelo Estado em cada escala geográfica trabalhada. Um bom exemplo de como se colocou em prática essa proposta foi o resgate dos trabalhos por meio de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) no nível macrorregional. O mesmo mecanismo de implantação de instituições regionais foi desenvolvido através de outras Políticas de Governo: como os Colegiados dos Territórios Rurais e da Cidadania, que são compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, que discutem questões referentes a programas voltados às atividades de agricultura familiar; e os Comitês de Bacias Hidrográficas, criados no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos, com a função de arbitrar em questões relacionadas ao uso das águas provenientes das bacias hidrográficas. Por fim, há também o exemplo dos arranjos institucionais de nível municipal, como os consórcios intermunicipais, que são associações de municípios que tem como principal função o estabelecimento de ganhos de escala através do rateio dos custos de implantação de estrutura de serviços *públicos* para a população, mas que também tem caráter de mobilização político-regional, que é modelo incentivado pela PNDR e outras Políticas de governo (Ministério da Integração Nacional, 2012).

A proposta do Governo brasileiro, no contexto de realização das conferências de desenvolvimento regional, é de que, por meio da PNDR, seja instituído um Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, que seria estruturado pelo funcionamento de arranjos institucionais de base territorial em três níveis: Nível estratégico, em que estaria presente o Conselho Nacional de Integração de Políticas Regionais e Territoriais, instância que se definiriam as estratégias; Nível tático, com uma Câmara de Gestão de Políticas Regionais e Territoriais; e nível operacional, que abriga os arranjos que poderíamos chamar de “equivalentes de soberania”, como as superintendências macrorregionais (SUDENE, SUDAM, SUDECO), os colegiados territoriais, comitês de bacias hidrográficas, consórcios intermunicipais e “outras organizações que atuam territorialmente” (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012, p. 44).

Assim, em atividades estruturadas nesses três níveis, constrói-se um processo que tem como síntese uma lógica de produção do território. Através do critério de elegibilidade da PNDR, que toma como base a produção de renda e indicadores de variação do PIB per capita, o Estado se propõe a fazer um mapeamento dos espaços onde os níveis de acumulação de capital e a integração ao processo de produção da mais-valia global é incipiente (BRASIL. Ministério da Integração

Nacional, 2012). A partir desse mapeamento, são definidas as Regiões Programa – espaços onde existe grande mobilização de capital sob o formato do que vem sendo chamado de grandes projetos estruturantes (o caso dos investimentos na hidroelétrica de Belo Monte e o caso dos investimentos de grandes corporações mundiais do setor minero-metalúrgico na região do Alto Paraopeba⁵⁹, em Minas Gerais, por exemplo).

A definição de Regiões Programa mostra um esforço do Estado em favor de um planejamento regional que busca transformar as formas com que esses espaços se inserem na divisão territorial do trabalho, no caso das regiões de baixo dinamismo econômico, e ainda direcionar o processo de acumulação nas regiões em torno de grandes projetos estruturantes. Pode-se destacar a prática do planejamento territorial como desdobramento de interesses que buscam a aplicabilidade de uma ordem, cujo principal objetivo é tratar das mazelas do território, caracterizadas pelo fato de esses espaços não apresentarem, pelo menos de maneira satisfatória, estruturas de relacionamento com mercado, que se coloca como formador de verdade através da prática da governamentalidade (FOUCAULT, 2008b).

Por meio da identificação dos espaços incipientes frente à acumulação ampliada do capital, como espaços a serem tratados como se tivessem uma patologia, estrutura-se o interesse do Estado em reverter esse quadro e são estabelecidas instituições regionais ou, nos termos de Hirschman, “equivalentes de soberania”, que procuram moldar o processo de inserção competitiva da região. Por conseguinte, podemos observar territorialidades que se moldam através da complexidade formada pelas práticas de governo estabelecidas. Essas territorialidades se mostram pelo conflito, pela luta e prática política, que nem sempre são claramente perceptíveis e fáceis de serem entendidas em sua essência, pois são permeadas pela prática de governo – governança – e os dispositivos de segurança que às transformam em números e polígonos. Portanto, os arranjos institucionais de base territorial que servem como bases de atuação das políticas de governo, se mostram como territorialidades em favor de uma lógica que passa pelo Estado, mas que tem conexões com uma verdade formada na sociedade ocidental, que é a de competitividade mercadológica.

Esse é um processo que busca desterritorializar as relações que não contribuem para o processo de desenvolvimento e (re)territorializar em virtude de uma nova ótica, a da acumulação capitalista. Nos termos de Foucault (2008a), trata-se do desenvolvimento de mecanismos de poder a partir dos

⁵⁹ Minas Gerais (2011).

dispositivos de segurança que buscam tratar as mazelas da população. Formas de poder estabelecidas em momentos anteriores são absorvidas e modificadas em função dessa nova verdade, que aqui podem ser chamadas de *verdade do desenvolvimento*, em que o argumento de base econômica não daria conta da política presente nessas territorialidades. O esforço de desterritorialização, característico do processo de desenvolvimento proposto, guarda características de subjetividade. Por isso, o planejamento precisa fundar outros elementos de identidade territorial. O que nos faz refletir a respeito da elaboração de Milton Santos quanto à intencionalidade do objeto:

Essa intencionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vem trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1996, p. 173).

Assim é possível perceber que os processos econômicos, em sentido *strictu*, são territorialidades na medida em que se conjugam com outras estratégias de poder, que envolvem contextos político-administrativos, identitários e de saber. É o caso do “consenso” buscado nos processos de planejamento territorial participativo e nas iniciativas de governança territorial em instituições regionais propostas pela PNDR, que chamam a sociedade à apropriação, mesmo que simbólica e obscura, do novo processo. Portanto, trata-se de um processo que (re)territorializa.

A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões (COSTA, 2005, p. 76).

Em março do ano de 2013, o processo conferencial proposto pelo Ministério da Integração Nacional culmina na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (ICNDR). Nesse espaço de debate foram elaborados os princípios e diretrizes regentes de uma nova fase da PNDR. O processo conferencial foi proposto para a discussão de quatro segmentos sociais: representantes da sociedade civil organizada (movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e associações em geral); representantes do setor acadêmico; representantes dos poderes públicos; e representantes do setor empresarial.

A análise dos princípios e diretrizes mostra que, de fato, a noção de desenvolvimento funciona como um eficiente formador de “consensos”. Ela está impregnada no saber social e orienta os

desdobramentos das formas de se pensar a sociedade. Apesar disto, verifica-se uma série de expressões conflituosas que permearam o debate desenvolvimentista da ICNDR. O que fica marcado nas fortes reivindicações em favor: do respeito às diversidades regionais; dos direitos das populações tradicionais; da garantia dos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988; da ampliação dos mecanismos de participação social; e de uma articulação federativa entre os três níveis (Municípios, Estados e União), baseada em relações de cooperação. Todas essas reivindicações contrárias a um modelo de desenvolvimento considerado excludente e concentrador (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2013a; 2013b). Algo marcante que surgiu da ICNDR foi a proposta de criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, “*como instrumento de planejamento, monitoramento, regulação e avaliação das políticas [...]*” (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2013b). A ideia construída foi a de que esse Sistema funcione por meio de intensa participação social, com poder deliberativo a respeito das políticas a serem praticadas pela PNDR. Além disso, o Sistema deveria funcionar por meio de instâncias participativas (conselhos), nos níveis federal, macrorregional, estadual e supramunicipal. Também foi proposta a criação de um fórum permanente, composto pelos delegados participantes da Conferência, para articulação e implementação das deliberações desse processo.

Por outro lado, verifica-se nos princípios e diretrizes da ICNDR o anseio em busca da competitividade das regiões, pela geração de riquezas e pelo fomento de infraestrutura que permita às regiões atrair novos investimentos, principalmente, aquelas de baixo dinamismo econômico. Percebe-se, novamente, a manutenção de velhos discursos, sem que se discutam os princípios da formação das desigualdades combatidas, que estão no processo de divisão territorial do trabalho, bem como na aceitação de uma verdade que define os passos futuros das territorialidades produzidas. Contudo, verifica-se o embrião de uma proposta contestadora mais radical. Surge nos princípios e nas diretrizes da ICNDR a ideia de um planejamento de bases solidárias, que se propõe a romper com a lógica fragmentadora de produção de territórios competidores, que tem sido desdobrada na história do desenvolvimento brasileiro. Conforme foi apontado na Carta da ICNDR:

A PNDR deve estabelecer uma relação de corresponsabilidade, cooperação e gestão participativa na formulação de planos e programas e na definição dos projetos prioritários para a Nação, de forma a garantir uma institucionalidade que transcenda os interesses fragmentados e prime pelas ações convergentes. O modelo de governança da PNDR deverá incorporar a participação efetiva das organizações da sociedade civil e dos entes federativos nos diversos espaços e processos decisórios, compreendendo o planejamento, a gestão, aplicação dos recursos e avaliação permanente dos resultados, com os representantes dos segmentos eleitos por seus pares (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2013c, p. 3).

A verificação desse embrião de contestação, em favor de um maior empoderamento social da tomada de decisões que produzem território, permite vislumbrar a esperança de algo realmente novo, capaz de captar questões da realidade que apontem para um momento de transição, a exemplo da análise feita por Paulo Freire (1969), para o período entre as décadas de 1930 e 1960. Quando a sociedade brasileira passava por um momento de transição prestes a adentrar no aberto conjunto de relações, próprio de uma sociedade urbana e, por meio de forças radicais⁶⁰, intenta superar os antigos olhares sociais ou dar nova dimensão a eles. Por outro lado, mobilizações sectárias estariam dispostas à imposição de sua verdade pela força física e pela intolerância. O resultado é que passamos por aquela fase de transição sem que os pilares das verdades sociais anteriores fossem desmontados.

Lefebvre (1999), destaca os períodos de transição da produção do espaço social, analisando-os por meio da história da cidade. A cidade, de um modo geral, inicia sua odisseia nas relações da política, da *festa*, da celebração. Ela funciona como um centro político, de decisões, representação do poder, da “festa” e da riqueza coletiva expressa em monumentos, serviços sociais, etc. Posteriormente, a cidade é produzida, conservando os seus aspectos anteriormente produzidos, enquanto espaço da reprodução comercial, como centro de trocas, ou uma “cidade mercantil”. Em seguida, com a revolução industrial, a cidade é produzida enquanto espaço da produção, ou “cidade industrial”, como forma de garantia de reprodução das atividades capitalistas, centrada na reprodução do trabalho. Essa última característica, se soma às anteriores, de modo que a cidade se conforma como uma estrutura complexa. Contudo, ainda de acordo com Lefebvre, a partir da cidade industrial, a cidade passa por um fenômeno descrito como “implosão-explosão”, em que a cidade passa a oferecer as condições para a reprodução capitalista de maneira essencial. Desse modo, a cidade passa a ser dotada de uma dinâmica onde existe uma concentração de valores e de formas de dominação em seu interior, ao mesmo tempo “explode” em uma desconcentração dos seus elementos, ou dos seus espaços, cujos aspectos da reprodução do sistema são alocados para além dos territórios da cidade. Como resultado dessa dinâmica o espaço abstrato capitalista ingressa em um “ponto crítico”, em que o urbano passa a permear as relações sociais de um modo geral, portanto, com todas as contradições que também o acompanham e que levam a incitações sociais formadoras de classes. A construção do espaço urbano, de uma maneira extensiva (MONTE-MÓR,

⁶⁰ “A radicalização, que implica no enraizamento que o homem faz na opção que fez, é positiva, porque preponderantemente crítica. Porque crítica e amorosa, humilde e comunicativa. O homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor a sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo. [...] Tem o dever, contudo, por uma questão mesma de amor, de reagir à violência dos que lhe pretendam impor silêncio.” (FREIRE, 1969, p. 50).

2003), se faz formadora de disputas, em que ficam evidenciadas a opressão e a reação em grupos diferenciados, numa estrutura complexa e altamente politizada. O “ponto crítico” lefebvriano corresponde, conforme a presente interpretação, justamente ao florescer de um período transitivo, iniciado pela consolidação da cidade industrial e pelas transformações técnico-informacionais das décadas seguintes, como aponta Santos (1996), até os dias atuais, em que diversas possibilidades de produção do espaço despontam como potenciais e contestam a ordem vigente.

A reivindicação, mais do que isso, a efetiva apropriação dos espaços institucionais de decisão, indutores da produção do território, incrustados nos aparelhos de Estado, caminham no sentido de outras territorialidades potenciais. Existem esforços sociais em favor da produção de outro território, a partir da disseminação de um *otimismo crítico*. Portanto, mesmo que, aparentemente os espaços participativos aparentem estar recheados das ideias desenvolvimentistas, próprias da reprodução capitalista, o *diferente*, o *diferencial* pode aflorar. De modo que, a partir desses espaços de participação, surgidos em instrumentos como a PNDR, é possível que as populações passem a entender o seu papel de sujeito que, coletivamente, se apropria de seu potencial criativo e produza territorialidades hegemônicas *diferenciais*. Assim, deve-se considerar a atualidade do que apontou Weffort (1969), em que o raciocínio formal poderia sugerir a existência de uma possível incoerência, a ação daqueles que tem compromisso com a abertura social a uma “história concreta e não uma simples idealização da liberdade” encontra coerência. E,

[...] daí se afigurar indiscutível a necessidade do aproveitamento de todas as possibilidades institucionais existentes de mobilização. Toda prática implica em algum perigo de transfiguração de suas intensões originais, perigo que, no caso da situação brasileira, se esboçava na ambiguidade do movimento popular entre a mobilização e manipulação. Mas se há riscos em toda inserção prática na história, qual a alternativa além do intelectualismo e a omissão? (WEFFORT, 1969, p. 23).

Reflexões finais

Durante este trabalho, foi demonstrado que no Brasil a noção de desenvolvimento foi construída como elemento que permitisse ao país ingressar nos circuitos da reprodução ampla do capital. Na verdade, a expressão “desenvolvimento” tem sido utilizada como conceito explicativo desse movimento de inserção competitiva. Apesar disto, a valiosa contribuição de autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Wilson Cano (da esfera das elaborações de teor mais econômico) Milton Santos, Ermínia Maricato, (da esfera das discussões tanto mais espaciais) entre tantos outros, alerta para as distorções do processo de desenvolvimento. Isto é, o processo de desenvolvimento, que parte da consciência da desigualdade, ao reafirmar os princípios da racionalidade instrumental da competição capitalista, produz ainda mais relações de desigualdade em variadas escalas espaço-temporais.

Nesse sentido, concepções como a divisão territorial do trabalho, o desenvolvimento desigual e combinado e o desenvolvimento geográfico desigual, oferecem elementos teóricos para a análise dos movimentos das relações capitalistas e de sua produção de territórios. Do mesmo modo, a noção de território passa a ser central para o entendimento desses processos, pois, abarca a complexidade da vida social e sua relação com o espaço. Uma vez que desenvolvimento está relacionado com relações de poder, portanto, com a formação de um saber social, que de fato se estabelece como uma racionalidade hegemônica central na produção de territórios, entender os processos de produção territorial na contemporaneidade significa compreender as nuances do processo de desenvolvimento capitalista, nas suas diferentes vertentes.

Contudo, a proposta central deste trabalho foi fazer uma contribuição para o debate em que a preocupação se volta à percepção de que o processo de desenvolvimento capitalista, portanto, o de formação de territórios baseados em sua racionalidade, também funciona como um processo desmobilizador de outras territorialidades possíveis, por considerar “irracionais” outros mecanismos de poder.

Para isso, resgatou-se uma noção tanto “subdesenvolvida” na geografia, o *territorialismo*. Essa ideia expressa a aversão ao *outro*, à sua racionalidade. A ação territorialista torna-se estratégica, pois o pensamento social do capitalismo torna-se hegemônico na medida em que se baseia na

consolidação de uma forma específica de poder em detrimento de outras. A base da racionalidade desenvolvimentista é excludente, pois pretensamente se coloca como *modernizadora*, portadora do *progresso*, como aponta Furtado (1978). O combustível para a disseminação dessa racionalidade esteve, durante a história do capitalismo, na consolidação da consciência de atraso, de desigualdade, o que abriu caminho para que a lógica de competição intercapitalista se incorporasse na produção de territórios por meio de movimentos de competição interterritorial.

Os movimentos competitivos interterritoriais podem ser percebidos em diversas escalas espaço-temporais. Durante a história, essa dinâmica competitiva em torno dos mercados se consolida durante o Século XIX e passa, permanentemente, a ganhar em complexidade. Inicia-se na produção de relações imperialistas entre centralidades econômicas mundiais e suas colônias periféricas e na consolidação da territorialidade dos Estados nacionais. Além disso, formou-se uma territorialidade-rede que paira sobre os demais territórios-zona, a *haute finance*, e com ela foram disseminadas relações sociais baseadas na consciência competitiva entre as nações. Do mesmo modo, as cidades começam a se consolidar como espaço de reprodução da atividade industrial e como centro de controle do mercado financeiro internacionalizado. No Brasil, até meados da década de 1930, o que se viu foi a articulação de elites oligárquicas regionais com os operadores de mercado das potências internacionais e seus esforços em favor da produção de territórios na escala de sua influência oligárquica, ficando imbuídas do fornecimento de mercadorias primárias aos mercados internacionais.

Já no período que se inicia na década de 1930 e se estende até meados das décadas de 1980, no Brasil consolida-se a cidade industrial capitalista concentrada em São Paulo. Como foi abordado, nesse período fora produzido no Brasil uma territorialidade-rede baseada em uma divisão territorial do trabalho em nível nacional. Ocorre a submissão das cidades mercantis dos nichos regionais brasileiros à cidade industrial paulista. Estabelece-se uma lógica de competição entre regiões por melhores posições no movimento de inserção comandado pela reprodução industrial-capitalista concentrada em São Paulo. Em meio a esse movimento de tensão entre as elites regionais, a questão da desigualdade entre as regiões se converte em pauta da agenda pública brasileira e se intensificam os mecanismos destinados à atração de empreendimentos industriais, geralmente vinculados ao capital estrangeiro e aos incentivos à abertura de novas fronteiras do agronegócio. Conjunto de movimentos que marcam, na escala das macrorregiões brasileiras, a história de produção territorial do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, aspectos centrais abordados nos planos regionais destas regiões no âmbito da PNDR.

Das décadas de 1970 e 1980 em diante, o sistema capitalista, que passa por nova reestruturação produtiva de grande monta, trabalha em favor de novas territorialidades, em uma dinâmica complexa que liga o local ao global, por meio de mecanismos competitivos. A territorialidade do sistema financeiro, beneficiária das inovações comunicacionais constantes, intenta em moldar as escalas de seus territórios de investimento. Do local ao supranacional, o que passa a importar é ter credibilidade frente aos investidores, para que as cidades e regiões possam ser competitivas. No Brasil, o discurso das elites se renova em virtude das impossibilidades de sua reprodução, nos moldes do desenvolvimentismo nacional. As elites se abrem à cartilha neoliberal, em um novo momento de potencial estreitamento de laços com os mercados internacionais, cada vez mais especulativos, o que faz dessas elites, também, especulativas.

Contudo, como *outro*, o *diferente*, tem sido percebido nesse processo histórico? Como tem sido vistos os povos que não encontram nos meandros das estratégias competitivas sua possibilidade de reprodução como sujeito não massificado?

Em verdade, todo esse movimento de produção de territorialidades competitivas produziu efeitos impeditivos de outras formas de sociabilidade. Algo bastante marcado na realidade rural brasileira, estigmatizada pela violência das frentes de expansão horizontal do agronegócio e de setores como a mineração. O camponês, o índio, o caboclo, o sertanejo, por diversas ocasiões, foram tolhidos do seu direito a produzir território. Foram tidos como irracionais, como marginais, perante ao movimento esmagador de produção de territórios à forma capitalista.

Na cidade, o homem desterritorializado dos rincões do Brasil passa por um processo de reterritorialização, para passar a ser um homem urbano e se reproduzir em novos parâmetros. Movimento que não acontece sem conflitos. Na cidade, o espaço de reprodução periférico insurge como territorialidades “informais”. Situação de entendimento complexo, pois a expressão da territorialidade “informal”, algumas vezes, caminha junto com a inserção desses espaços no circuito capitalista competitivo. Isto é, a favela também vive seu “duplo movimento”, pois simultaneamente pode ser caracterizada como território da subversão e território alvo de novos negócios. A própria subversão, em alguns casos, como o do tráfico de drogas, representa uma forma de inserção no circuito de reprodução capitalista de valor. Por outro lado, a apropriação do espaço e a construção de uma sociabilidade própria, mesmo que com aspectos de sobrevivência desgraçadamente insalubres em alguns dos casos, representam respostas alternativas ao padrão tradicional de *desenvolvimento* urbano.

Assim, o papel do *outro*, tem sido resistir da melhor maneira possível aos intentos que a produção de território sobre bases desenvolvimentistas, que é territorialista, tem lhe submetido. Debate que tem tomado forma nos espaços institucionais das políticas públicas brasileiras, não necessariamente utilizando-se das categorias analíticas exploradas neste trabalho, que mesmo incipientes, tem marcado presença nos últimos anos nos espaços institucionais de participação social.

É importante ressaltar que no centro do debate desenvolvido neste trabalho está a formação de uma racionalidade, aquela do desenvolvimento. De seu ponto de vista, resistir é irracional. Por isso esse movimento de tensão expressa um territorialismo. Assim, o que se identifica é um movimento dialético que diz respeito à produção de territórios. De modo que, como antítese ao processo de formação territorial do desenvolvimento capitalista, parece fazer sentido pensarmos na existência de um *territorialismo não-competitivo*, de resistência, de contestação, ou seja, a reprodução de racionalidades, de variações de *saber-fazer*, que não aceitam as relações capitalistas. Sociabilidades que produzem territórios alternativos em contraponto à territorialidade hegemônica em vigor.

O território enquanto aspecto das relações sociais guarda possibilidades. O que permite a incursão em elaborações a respeito de um conflito ativo na sociedade contemporânea, que se pode apreender através do contraponto entre o *territorialismo competitivo* e potenciais *territorialismos de resistência*.

Abre-se, assim, um vasto leque de possibilidades investigativas de caráter político-territorial, em que se destacam as seguintes perguntas: Como têm sido organizados os territorialismos de resistência? Quais são suas estratégias? Sobre quais parâmetros se fundam sua racionalidade? Quais são suas escalas? Quais são suas possibilidades de reprodução? Tratam-se de perguntas que valem a pena serem respondidas.

Referências bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.13, n. 36, mai./ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000200002&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 25 mai. 2014.

ALVEZ, Maria Abadia. Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo. 2001. 111 f. Dissertação (Mestrado em economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001758.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

AMARAL FILHO, Jair do. Endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**, nº 23, p. 261-286, 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, jan./abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 mai. 2014.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Política nacional de desenvolvimento regional: arranjos institucionais articulação intergovernamental**. In: **Forum of Federations**, 2003. Disponível em: <<http://www.forumfed.org/en/federalism/library.php>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: ed. Fundação Editora da UNESP, 1996.

BAER, Mônica. **O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro**. São Paulo: ed. Paz e Terra, 1993.

BALDWIN, Robert. E.; MEIER, Gerald M. **Desenvolvimento econômico : teoria, história, política**. Tradução de Augusto Reis e Luiz F. Pereira Vieira. São Paulo: ed. Mestre Jou, 1968.

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. Tradução de S. Ferreira da Cunha. São Paulo: ed. Série os Economistas, 1984.

BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1980.

BENKO, G. **Territoire et Sciences Sociales**. In: ITÇAINA, X.; PALARD, J. **Régimes territoriaux et développement économique**. Rennes: ed. Presses Universitaires de Rennes II, Collection Espaces et Territoire, 2007.

BIELSTHOWSKY, Ricardo (Organizador). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro; São Paulo: ed. Record, 2000.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: ed. BOITEMPO, 1998.

BOUDEVILLE, Jacques-Raol. **Os espaços econômicos**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: ed. Difusão Européia do Livro, 1973.

BOVO, José Murari. A controvérsia sobre a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. **Perspectivas**, v. 5, p. 89-96, 1982. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1802/1455>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRAGA, José Carlos de Souza; MAZZUCHELLI, Frederico. Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 2 abr./jun. 1981. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/2-3.PDF>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: ed. Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar**. In: RIBEIRO, Maria Tereza Franco; Milani, Carlos Roberto Sanches (Organizadores.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporâneo: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. PNDR I – Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Página na *internet*. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de Brasil, de 1988. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido (versão para discussão). Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=347a66e5-2e91-49b7-9bd5-5762d4ae3e02&groupId=24915>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Plano estratégico de desenvolvimento do Centro-Oeste. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0bad5e63-814d-4a4f-acdb-52d23b6b8f80&groupId=14019>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mwng-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=SfXA7soUK8>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (ICNDR): Relatório final. Priorização da etapa nacional da ICNDR. Princípios. Brasília, 2013a. Disponível em:

<http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=881965ad-d8d2-46c7-ac03-d82ea675f97c&groupId=10157>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (ICNDR): Relatório final. Priorização da etapa nacional da ICNDR. Diretrizes. Brasília, 2013b. Disponível em:

<http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=cc536520-21e6-4697-bffc-4954340ae883&groupId=10157>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Carta da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2013c. Disponível em:

<http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=288ddf97-a8b2-490b-a8c4-54320cdde70a&groupId=10157>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo, Séculos XV-XVIII**. Tradução de Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa; Rio de Janeiro: ed. Cosmos, 1970.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4 (96), p. 625-630, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/96-11.PDF>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_01.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado e Mercado no Novo Desenvolvimentismo. **NUEVA SOCIEDAD**, n. 210, jul./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Estado%20y%20Mercado.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRUNET, R.; et al. **Les mots de la Géographie: dictionnaire critique**. Montpellier: ed. Reclus; Paris: ed. La Documentation Française, 1993.

BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. Tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: ed. Abril Cultural, 1984.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: ed. Editora do IE-Unicamp, 1998a.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)**. Campinas: ed. Editora do IE-Unicamp, 1998b.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: ed. Editora do IE-Unicamp, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópoles: ed. Vozes, 1980.

CARDOZO, Soraia A. Continuidades e discontinuidades na articulação do espaço econômico nacional brasileiro: De 1930 aos anos 90. 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado em economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000342083>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

CARVALHO, Fernando Cardim de. O retorno de Keynes. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 83, p. 91-101, março, 2009.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escala de análise e instituições**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2005.

CHAGAS, Liliana Leite. Do arado ao bordado: mudança no trabalho do homem do sertão. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) - Centro de Ciências Humanas da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://uol11.unifor.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=7Kg2L/aRAk>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

CHIVALLON, C. Fin des territoires ou nécessité d'une conceptualization autre? **Géographies et Cultures**, Paris: L'Harmattan, n. 31, 1999.

COGOY, Mario; SWEEZY, Paul M. **Teoria da acumulação capitalista**. Lisboa: ed. Escorpião, 1977.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Wanderley M. da. **Tendências recentes na Amazônia: os sistemas produtivos recentes**. In: COSTA, Wanderley M. da; BECKER, Bertha K.; ALVES, Diógenes Salas (ORG.). **Dimensões humanas da Biosfera-atmosfera na Amazônia**. São Paulo, ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

COX, Kevin. **Political Geography: Territory, State, and Society**. Malden, Massachusetts: ed. Blackwell Publishers, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: ed. Imprensa da UFMG, 1981.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993.

DOBB, Maurice. **Economia política e capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica**. Tradução de Hildete Hermes de Araujo. Rio de Janeiro: ed. Gall, 1978.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira São Paulo: ed. Boitempo, 1997.

FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 93-115, out./dez. 1976.

FERRAZ FILHO, Galeno. A transnacionalização da grande engenharia brasileira. 1981. 327 f. Dissertação (Mestrado em economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000047137&fd=y>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

FIORI, José Luís. **Estados, moedas e desenvolvimento**. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: ed. Vozes, 1999.

- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008b.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1969.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: ed. Nacional, 1959.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 2000.
- GODELIER, Maurice. **L'idéal et le materiel**. Paris: ed. Fayard, 1984.
- GODOY, Marcelo. Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento. **Caderno Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v.11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/1262>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- GOMIDE, Maria Lucia Cereda. Território no mundo A'uwe Xavante. **Confins**, n. 11, 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6888>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- GONÇALVES, Maria Flora. As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. 339 f. Tese (Doutorado em sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humas - UNICAMP, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000183509&opt=1>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: ed. Contexto, 2001.
- GARCÍA, José Luis. **Antropología del Territorio**. Madrid: ed. Josefina Betancor, 1976.
- GOTTMAN, J. **La politique des Etás et sa Géographie**. Paris: ed. Armand Colin, 1952.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2003.
- HALL, Edward Twitchell. **A dimensão oculta**. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: ed. F. Alves, 1977.
- HARTOG, François. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.
- HARVEY, David. **Limits to capital**. Oxford: ed. Basil Blackwell, 1982.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: ed. ANNABLUME, 2006.
- HELLEINER, E. **States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Ithaca: ed. Cornell University Press, 1994.

- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1985.
- HIRSCHMANN, Albert Olist. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Tradução de Laura Schlapfer. Rio de Janeiro: ed. Fundo de cultura, 1961.
- HISSA, Cássio. **Territórios de diálogos possíveis**. 2009. In: RIBEIRO, Maria Tereza Franco; Milani, Carlos Roberto Sanches (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporâneo: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: ed. José Olympio, 1991.
- HUNTINGTON, Samuel P.. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 1997.
- IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Civilização brasileira, 1965.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mario R. da Cruz. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1985.
- KUPFER, David. Uma abordagem neo-schumpeteriana da competitividade industrial. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1848/2217>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. São Paulo: ed. DIFEL, 1974.
- LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. São Paulo: ed. DIFEL, 1978.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. **Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie**. Paris: ed. Découverte/Poche, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. São Paulo: ed. Difusão Européia do Livro, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of the space**. Oxford: ed. Blackwell Publishers, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.
- LEMO, Cristina. Inovação em arranjos e sistemas de MPME. In: PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2001. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/rede>>.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, estágio supremo do capitalismo**. Coimbra: ed. Centelha, 1974.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: ed. Abril Cultural, 1982.

LESSA, Carlos. **A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976. Sonho e Fracasso**. Tese para Professor Titular, FEA/UFRJ, 1978. Campinas: ed. Editora do IE-Unicamp, 1998.

LIMA, Marcos Costa. Desenvolvimento e globalização na periferia: o elo perdido. **Perspectivas**, v. 32, p. 15-46, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/978/0>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, p. 5-19, julho, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878/940>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

LIST, Friedrich. **O sistema nacional de economía política**. Tradução de Miguel Paredes Marcos. Madrid: ed. Aguilar, 1955.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: ed. Cortez, 1993.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Tradução de Henrique Carneiro. **Actuel Marx**, n. 18, p. 73-80, outubro, 1995. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/13596_lowy.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1988.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlo Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: ed. Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: ed. Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: ed. Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. Debate aberto. NUTE-UFSC, 2007. Disponível em: <http://nute.ufsc.br/moodle/biblioteca_virtual/admin/files/erminia_-_nunca_fomos_t+uo_participativos.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In: HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ŽIŽEK, S.; DAVIS, M.; et al. **Cidades Rebeldes: Passa livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: ed. BOITEMPO, 2013.

MARKUSEN, Ann R. Região e Regionalismo: Um enfoque marxista. **Espaços & Debates**, n. 2, p. 61-99, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: ed. Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho (Notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia)** (Prefácio). In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia**. Rio de Janeiro: ed. Fase, 1991.

- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: ed. Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: ed. Editora da UFRGS, 2003.
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. **O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: ed. Crisálida, 2009.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: ed. Civilização brasileira, 1971.
- MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production**. New York: ed. Routledge, 1995.
- MCALLISTER, Carol. Uneven and combined development dynamics of change in women's everyday forms of resistance in Nigeri Sembilan, Malaysia. **Review of Radical Political Economics**, n. 23, p. 57-98, 1991. Disponível em: < <http://rrp.sagepub.com/content/23/3-4/57.short>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- MCALLISTER, Carol. Tradition, changement et résistance quotidienne. **Notebooks for Study and Research**, n. 22, "Les femmes dans la nouvelle économie mondiale", p. 45-54, 1994.
- MILL, John Stuart. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. Tradução de Luiz João Barauna. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1996.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. Plano de desenvolvimento regional do Alto Paraopeba: investimentos estratégicos. Belo Horizonte, 2011.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís M. **Urbanização extensiva e novas fronteiras urbanas no Brasil**. In: Rassi Neto, E. e Bogus, C.M. (orgs.) Série técnica: Projeto de desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde. **Saúde nos grandes aglomerados urbanos: uma visão integrada**. Brasília – DF, p. 79 – 95, 2003.
- MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, 2008, vol. 32, n. 2, p. 203-225.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do brasil: O território colonial brasileiro no "Longo" Século XVI**. São Paulo: ed. Hucitec, 2000.
- MUSSET, Alain. **De Lênin a Lacoste: os arquétipos espaciais do subdesenvolvimento**. In: RIBEIRO, Maria Tereza Franco; Milani, Carlos Roberto Sanches (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporâneo: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009. 2009.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Tradução de N. Palhano. Rio de Janeiro: ed. Saga, 1968.
- MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. Tradução de José Auto. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1986.
- NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Tradução de Cid Silveira. Rio de Janeiro: ed. Civilização brasileira, 1957.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: ed. Paz e Terra, 1977.

- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: ed. Editora do IE-UNICAMP, 1998.
- PAULA, João Antônio de. Limites da constituição do mercado interno no Brasil. In: IV ENCONTRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2001, São Paulo. Anais... São Paulo, set. 2001.
- PAULA, João Antônio de. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate**, v. 17, n. 1(29), p. 1-19, 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11869>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- PERROUX, François. **O capitalismo**. Tradução de Gerson Souza. São Paulo: ed. Difusão Européia do Livro, 1961.
- PERROUX, François. **A economia do Século XX**. Tradução de Jose Lebre de Freitas. Lisboa: ed. Livraria Moraes, 1967.
- PINTO, Anibal. **Política y desarrollo**. Santiago: ed. Editorial Universitaria, 1968.
- POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **LUA NOVA**; N. 63; 2004.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1980.
- PRADO, Sérgio; CAVALCANTI, Carlos E. G. **Aspectos da guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: ed. IPEA, FUNDAP, 1998.
- PRADO JR., Caio. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1960.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RANGEL, Ignácio. Características e perspectivas da integração das economias regionais. **Revista do BNDE**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 43-71, jul./dez. 1968.
- RATZEL, F. **Géographie Politique**. Paris: ed. Economica, 1988.
- RIBEIRO, Maria Tereza Franco. **Introdução**. In: RIBEIRO, Maria Tereza Franco; Milani, Carlos Roberto Sanches (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporâneo: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009. 2009.
- ROSDOLSKY, Roman. **Génesis y estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse**. Buenos Aires: ed. Siglo Veintiuno, 1978.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul. Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. **The Economic Journal**, v. 53, n. 201/211, jun./set. 1943. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2226317?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104581032213>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Tradução de Octavio Alves Velho e Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1974.
- RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. Tradução de José Bonifacio de S. Amaral Filho. São Paulo: ed. Brasiliense, 1980.

- SACHS, Ignacy. **Capitalismo de Estado e subdesenvolvimento: padrões do setor público em economias subdesenvolvidas**. Petrópolis: ed. Vozes, 1969.
- SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: ed, Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: ed. Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: ed. EDUSP, 2002.
- SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, nº 9, p. 103-109, 2000.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: ed. EDUSP, 2003.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: ed. EDUSP, 2005.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: ed. Record, 2012.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo: ed. Abril Cultural, 1982.
- SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Tradução de Norberto de Paula Lima. Rio de Janeiro: ed. Ediouro, 1986.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1988.
- SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 127-146, 2002.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução (da 2. ed. inglesa) Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1993.
- SOTO, William Héctor Gómez. **A produção do conhecimento sobre o "mundo rural" no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: ed. EDUNISC, 2002.
- SOUZA, Marcelo de. **O território: sobre o espaço, poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO et al (ORGs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2007.
- STEINER, George. **A ideia de Europa**. Lisboa: ed. Gradino, 2006.
- SWYNGEDOUW, Erik. **Neither global nor local: "glocalization" and the politics of scale**. In: COX, K. **Spaces of Globalization: reasserting the power of the local**. Nova York: ed. Guilford Press, 1997.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or ‘Glocalisation’? Networks, Territories and Re Scaling. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 17, n. 1, p. 25-48, 2004. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0955757042000203632#.U-oMbPJo56M>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. **Império, território e dinheiro**. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: ed. Vozes, 1999.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, dezembro, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

THERBORN, Göran. **La ideologia Del poder y El poder de La ideologia**. México: ed. Siglo Veintiuno, 1991.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Tradução de E. Huggins. Rio de Janeiro: ed. Saga, 1967.

TUCKER, R. **De l’Inégalité des Nations**. Paris: ed. Economica, 1980.

VAINER, Carlos B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas de ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, p. 9-29, 2006. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 18, n. 51, pp. 51-67, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 mai. 2014.

WEBER, Max. **Max Weber: obras selectas**. Buenos Aires: ed. Distal, 2003.

WICKSELL, Knut. **Lezioni di economia politica**. Torino: ed. Torinese, 1950.